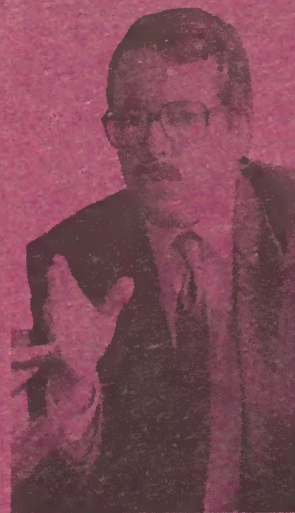


PCP discute educação e ensino

Págs. 16 e 17

Segurança no trabalho propostas do PCP no parlamento

Pág. 8



Daniel Branco
ao
«Avante!»

«Vive-se mal nas áreas metropolitanas e a culpa é do Governo»

Pág. 9

Mulheres comunistas de Almada relançam actividade

Pág. 23



A manifestação de Lisboa na Avenida da Liberdade

O protesto desceu à rua

«A Comissão Política concluiu que a jornada de luta realizada pela CGTP/IN no passado dia 21, e que trouxe à rua dezenas de milhares de trabalhadores para protestarem contra a política do Governo e o famigerado Acordo estabelecido no Conselho Permanente da Concertação Social, confirma mais uma vez que existe hoje um profundo descontentamento em largos sectores sociais, os quais se dispõem a lutar pelos seus direitos e interesses.»

Págs. 3, 30 e 31



CALAMIDADE

São urgentes medidas que atenuem os prejuízos da seca

Págs. 6 e 7

EDITORIAL

Greves e manifestações acusam o Governo

Ao declarar no discurso de encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD, na Madeira, que se as normas do Orçamento de Estado relativas às finanças locais forem declaradas inconstitucionais, isso provará que a Constituição tem que ser alterada, Cavaco Silva revelou, com inusitada rudeza, todo um programa antidemocrático de poder assente no abuso e discricionariedade.

Na concepção cavaquista, como se vê, não é o Governo e o Primeiro-Ministro que devem respeitar e cumprir a Constituição, mas é a Lei Fundamental que se deve amoldar, em cada momento, aos interesses, aos propósitos e aos planos do executivo e do seu chefe.

Cavaco Silva vê o Estado de direito democrático de pernas para o ar. As suas palavras significam que o «estado laranja» é, assumidamente, o estado do arbítrio antidemocrático.

Não se trata, porém, é preciso sublinhá-lo, de um lapso oratório. A prática dos governos do PSD baseados na maioria absoluta traduz, desde há muito, esta concepção autoritária de governação, agora tão brutalmente confessada.

Nos últimos meses, além do episódio da suspensão da Lei das Finanças Locais, que representa um roubo de 50 milhões de contos às autarquias e que se prende com a referida declaração do Primeiro-Ministro, a vida nacional tem estado submetida a um intenso processo de desestabilização por sucessivos actos abusivos do poder e da sua atitude de «quero, posso e mando» em relação à generalidade das instituições, à lei e à própria Constituição.

Foram as manobras e golpes em torno do chamado acordo de rendimentos e preços a funcionar como um verdadeiro tecto salarial; as trapaças à volta da portaria dos 8% para a função pública que apesar de todas as promessas continua em vigor; a eliminação da taxa zero do IVA e as outras medidas de agravamento da carga fiscal; as isenções fiscais ao grande capital; as escandalosíssimas privatizações com destaque para as do BESCL e da Petrogal; as novas taxas chamadas moderadoras da saúde; o anunciado brutal aumento das propinas do ensino superior; as piruetas visando a manutenção da PGA.

A grande novidade da actualidade política portuguesa, não é, no entanto, a confirmação do autoritarismo governamental ao serviço da restauração do capitalismo monopolista, mas a resistência de massas que contra ele se levanta e tem expressão nas greves, concentrações, desfiles, manifestações como as que ficaram a assinalar a Jornada de Luta da CGTP do passado dia 21 de Março.

A operação de revisão de todas as leis eleitorais, compreendendo a própria revisão antecipada da Constituição, é um exemplo dos mais flagrantes de como os governantes do PSD, à margem do interesse nacional e das regras básicas da democracia, se querem aproveitar da maioria absoluta que ainda obtiveram para, através de golpes legislativos, continuarem no Governo quando já não a tiverem.

Por mais que queiram a liderança e os propagandistas do Governo e alguns que os seguem reclamando-se do campo da oposição, é mais que evidente que o problema do nosso país não é a lei eleitoral, muito menos o princípio da representação proporcional, que vigora na generalidade dos países da Comunidade Europeia e que é crescentemente desejado pelos meios democráticos dos países onde não vigora, casos da Inglaterra e da França.

Surpreende, por isso, a pressa com que o PS insiste na criação de uma Comissão Parlamentar para tratar da matéria, quando a sua própria posição vinda a público, que compreende o ponto positivo e coincidente com o PCP de recusar a revisão antecipada da Constituição, revela ainda, no to-

«Cavaco Silva vê o Estado de direito democrático de pernas para o ar.»

cante à lei eleitoral para a Assembleia da República, lacunas e imprecisões em questões capitais.

É evidentemente negativa a tendência anunciada pelo PS de aceitar dividir os maiores círculos eleitorais e romper com a coincidência entre estes e a divisão administrativa, o que além de afectar o princípio da representação proporcional abre as portas às soluções arbitrárias tão ao gosto do PSD.

Não se compreende igualmente no que se refere à lei eleitoral para as autarquias locais que o PS, que justamente recusa a revisão antecipada da Constituição, preconize alterações que só no quadro desta podiam ter lugar.

Para o PCP, a cooperação de todas as forças democráticas é essencial para barrar a ofensiva do PSD contra a legislação eleitoral com o objectivo da eternização do poder laranja.

A regionalização é outra área onde o Governo de Cavaco Silva manobra entre a demagogia, nos períodos eleitorais, e férrea obstrução, em todos os outros, para garantir o poder autoritário e centralista e inviabilizar o projecto descentralizador que a Constituição consagra.

A recente rejeição por parte do PSD na Assembleia da República dos calendários propostos pelo PCP e o PS para a conclusão do processo legislativo da regionalização, a tempo das primeiras eleições regionais coincidem com as eleições autárquicas de 1993, significa que, ao contrário do que prometeu nas eleições e no próprio Programa do Governo, Cavaco Silva tem o propósito de impedir que até 1995, termo da legislatura, as Regiões Administrativas tenham existência real.

O congelamento da Regionalização pelo PSD atenta gravemente contra o desenvolvimento regional sobretudo nas regiões da periferia e prejudica crescentemente o nosso país e o seu poder negocial no quadro da Comunidade Europeia. Isto mesmo foi salientado e reconhecido no Congresso do Algarve no passado fim-de-semana, onde, com numerosa participação de elementos do PSD, foi possível aprovar por unanimidade aquilo que o PSD rejeitou na Assembleia da República, isto é, que se trabalhe para que as primeiras eleições regionais se realizem em 1993.

O País volta a viver uma semana marcada por grandes lutas dos trabalhadores que envolvem, nomeadamente, transportes, Administração Central e Local, professores, enfermeiros, mineiros e trabalhadores de muitas empresas.

O Governo concebeu o chamado acordo de rendimentos e preços como um colete de forças para conter e paralisar a resposta dos trabalhadores à sua ofensiva anti-social. Enganou-se redondamente. As iníquas disposições subscritas pelo Governo, patronato e direcção da UGT provocaram a justa indignação dos trabalhadores e desencadearam uma avalanche de lutas sociais que pela diversidade e participação encontram difícil paralelo.

O Governo é o grande responsável pela aguda conflitualidade social em que o País está mergulhado. Com as greves e as manifestações em curso, os trabalhadores contrariam a degradação das condições de vida que o Governo quer impor à maioria dos portugueses.

Os estudantes do superior e do secundário, pelo seu lado, não se deixaram arrastar para uma atitude de expectativa pela substituição do ministro. As lutas contra o aumento das propinas e contra a PGA prosseguem e tiveram um momento alto a 24 de Março, o Dia do Estudante.

Desenvolvendo a sua actividade específica, como fez, entre outras, com as importantes iniciativas do Encontro sobre a Educação e o Ensino e a interpelação parlamentar sobre a situação nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o PCP apoia e incentiva as lutas de massas em curso, que correspondem aos interesses do nosso povo e dão mais força ao regime democrático.



Imagem da manifestação promovida pela CGTP no sábado contra o acordo social

RESUMO

18
Quarta-feira

A Carris paralisa por 24 horas, enquanto os trabalhadores do Metro efectuam mais uma greve parcial ■ Uma delegação do PS dirigida por António Guterres é recebida na CGTP-IN ■ Terminam os exercícios militares «Galeira 92», em que participaram fuzileiros portugueses e marines norte-americanos ■ A Comissão Europeia propõe para 1992/93 o congelamento dos preços dos produtos agrícolas, e fixa as bases da política de Ambiente da Comunidade até ao ano 2000 ■ Um desmoronamento numa favela de Belo Horizonte destrói 400 barracas, provocando vários mortos e feridos ■ No Cairo os presidentes do Egipto e da Síria declaram-se contra uma nova operação militar no Iraque e a aplicação de um embargo à Líbia ■ Na Bósnia-Herzegovina é acordada a forma de reorganização da república em três entidades nacionais ■ Os partidos Conservador e Trabalhista divulgam os seus manifestos para as eleições de 9 de Abril no Reino Unido ■ Encerra o diário espanhol «El Sol» ■ O Benfca empata a um golo com o Sparta de Praga, em jogo para a Taça dos Campeões Europeus de Futebol.

19
Quinta-feira

Estudantes de enfermagem decidem solidarizar-se com os docentes em greve há 23 dias ■ Tomam posse dois ministros e sete secretários e subsecretários de Estado ■ O Governo anuncia medidas de carácter excepcional para combate à seca ■ Um comunicado da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários confirma a existência de um processo de averiguações ligado a um atraso na liquidação de uma operação na Bolsa de Lisboa ■ Inicia-se em Vilamoura o 7º Congresso do Algarve ■ Chega a Lisboa o primeiro-ministro finlandês para defender a adesão do seu país à CE ■ O democrata Paul Tsongas desiste da candidatura para Presidente dos EUA ■ O parlamento do Zimbábue aprova uma reforma agrária que prevê a nacionalização de metade das terras actualmente na posse de brancos.

20
Sexta-feira

O PS declara-se disponível para alterar a lei eleitoral, rejeitando uma revisão antecipada da Constituição ■ Estudantes de Medicina Dentária protestam frente ao Ministério da Educação contra a solução do Governo para legalizar os dentistas brasileiros ■ A comissão de utentes da linha de Sintra reitera o seu protesto contra o estado de degradação da ferrovia, na sequência de mais uma morte hoje ocorrida ■ Começa o 10º Congresso do CDS ■ Reúnem em Kiev os chefes de Estado dos países da CEI ■ O Iraque promete destruir os seus equipamentos de fabrico e reparação de mísseis de longo alcance.

21
Sábado

Em vários centros de quase todos os distritos realizam-se, por iniciativa da CGTP, manifestações contra o acordo assinado no Conselho da Concertação e por mais

justiça social ■ Reúnem em Lisboa os ministros da Indústria dos países membros da CE ■ A ANAFRE anuncia que poderá efectuar uma marcha à Assembleia da República ■ Um dos dois timorenses a ser julgados em Jacarta por subversão recusa os juízes indonésios e exige a intervenção da Nações Unidas ■ Confrontos entre populares e as forças de segurança turcas provocam 22 mortos e 26 feridos, no decorrer de uma reunião de milhares de pessoas que pretendiam comemorar o Ano Novo Curdo.

22
Domingo

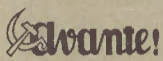
Realiza-se o Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino ■ O MDP/CDE reúne o seu 7º congresso ■ Manuel Monteiro é eleito, em Congresso, novo líder do CDS ■ Deflagra um incêndio na região de Águeda que chega a atingir uma frente de 20 quilómetros ■ Os franceses dão a vitória à direita clássica que atinge 33 por cento dos votos nas eleições regionais, enquanto o Partido Socialista desce abaixo dos 20 por cento ■ A Líbia anuncia que se recusa a cumprir as eventuais sanções das Nações Unidas para obrigar o regime a extraditar dois líbios acusados de terrorismo ■ 33 milhões de tailandeses vão às urnas, nas primeiras eleições gerais depois do golpe de Estado de 1991.

23
Segunda-feira

Alunos das escolas superiores de enfermagem decidiram dormir nas instalações escolares até que seja resolvido o impasse educativo causado pela greve às avaliações decretada pelos professores ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Bragança contra o encerramento da Linha do Tua ■ Um carro armadilhado explode em pleno centro da capital espanhola, matando o filho do presumível alvo do atentado, que é atribuído à ETA ■ O ministro angolano das Relações Exteriores encontra-se com o Governador de Macau para debater questões de cooperação entre Angola e Macau ■ Portugal decide reconhecer a República da Geórgia na sequência de uma declaração da CEE neste sentido ■ É confirmada a vitória do Partido Democrático nas eleições da Albânia.

24
Terça-feira

O Dia do Estudante é assinalado por todo o País, com manifestações de rua contra o aumento das propinas em Lisboa, Coimbra e Aveiro ■ Um incêndio de grandes proporções deflagra próximo das instalações da fábrica de pasta de papel e celulose Portucel ■ Uma greve às horas extraordinárias na RTP regista uma adesão de quase 100 por cento ■ Mais de três mil agricultores concentram-se em Évora e protestam contra a falta de medidas governamentais para resolver os problemas resultantes da seca ■ A aviação turca ataca em pleno dia a cidade de Sirnak, num recrudescimento da luta contra os separatistas curdos ■ Rapu Milekane, secretário-geral da Juventude do ANC, é preso por alegada posse ilegal de armas ■ Um acidente na central nuclear de Leninskaiia, na ex-URSS, provoca uma fuga de radiação estimada em três numa escala de sete.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Gullões, 4450 Matosinhos

Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impressão na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (E ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.



Mobilizados pela CGTP-IN

Trabalhadores recusam na rua

o que o Governo cozinhou «em casa»

A marcha-manifestação realizada sábado passado em Lisboa entre o Marquês de Pombal e o Rossio foi o ponto alto de um conjunto de protestos e lutas promovido pela CGTP-Intersindical Nacional contra a contenção salarial, tendo como grande consigna de luta um rotundo «Não» ao acordo cozinhado pelo Governo e o patronato com a UGT. Realizaram-se igualmente concentrações e manifestações nas principais cidades portuguesas, nomeadamente em Aveiro, Braga, Leiria, Viana do Castelo, Portalegre, Faro, Porto, Vila Real, Évora, Viseu e Castelo Branco, levando às ruas muitos milhares de trabalhadores.

Em Lisboa a jornada fez-se sob um sol quase de Verão, emprestando particular nitidez e recorte ao desfile que começou, como usualmente, no Marquês de Pombal, desceu a Avenida da Liberdade e os Restauradores e terminou em concentração no Rossio, frente ao palco onde usou da palavra o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva. Turistas atónitos perante tão enérgica manifestação de massas — eventualmente invulgares nos seus países de origem — não perdiam pitada e vários, vimo-nos, andavam numa excitação a fotografar tudo o que podiam.

E valha a verdade que havia bastante para fotografar, sobretudo no humor e colorido dos panos e das consignas trazidos à rua pelos trabalhadores. O célebre acordo com brinde de champanhe entre Torres Couto e Cavaco Silva, com o patronato à volta, foi particularmente glosado (e gozado), ora à volta do «Couto do vigário», ora apresentando um «Vinho de Acorde» da Adega Cooperativa «Cavaco e Cª», uma «Reserva especial do Governo», para apenas citarmos dois exemplos. Mas outros protestos vieram à rua, engrossando a mesma luta: transportes, ensino, saúde, autarquias, juventude, habitação, foram alguns dos temas e problemas que marcaram forte presença no desfile.

«A adesão entusiástica dos trabalhadores e da população às manifestações que hoje decorrem em diversos pontos do País, comprova a justiça das posições assumidas pela CGTP-IN face à política socioeconómica do Governo e traduzem um inequívoco apoio à acção que os sindicatos da CGTP-IN vêm desen-

volvendo a nível das empresas e dos sectores de actividade, pela melhoria das condições de trabalho», afirmou Carvalho da Silva, acrescentando:

«Os trabalhadores protestam, porque o País tem tido crescimento económico, tem aumentado a riqueza, mas os trabalhadores continuam a ser prejudicados na sua distribuição, acentuando-se a injustiça social».

Após enunciar os múltiplos malefícios da política governamental, o dirigente da CGTP-IN criticou quer o Governo, quer a UGT:

«Cavaco Silva prometeu mais justiça social, mas o que se verifica é o crescimento das desigualdades, a manutenção de bolsas de pobreza, a marginalização de camadas da população do usufruto das condições básicas para um nível de vida digno, e isto a par de aberrantes e provincianas manifestações de ostentação da riqueza». E acrescentou: «São inteiramente justas as críticas dirigidas pelos trabalhadores à UGT pela sua postura face ao acordo que não pode deixar de ser entendida como um acto de cumplicidade activa e de submissão aos objectivos do Governo e do patronato». Finalmente o dirigente da CGTP-IN apelou à unidade de todos os trabalhadores e à unidade da acção em torno dos seus objectivos gerais.

Porto, Aveiro e Faro

Milhares de trabalhadores manifestaram-se na «baixa» do Porto contra o acordo de concertação social e o aumento dos impostos e dos preços.

Manuel Lopes, da Comissão Executiva da CGTP-IN, um dos oradores da manifestação, criticou a política governamental, tendo refutado afirmações do Primeiro-Ministro de que Portugal «já não está na cauda da Europa».

«O salário mínimo nacional está na cauda dos países comunitários, o valor das pensões e prestações sociais e o nível de assistência médica e da qualidade de ensino mantêm-se na cauda da Europa comunitária», disse o sindicalista aos manifestantes, acrescentando: «Na cauda da Europa não estaremos, mas seguramente que estamos na

cabeça, mas é na quantidade de promessas eleitorais feitas pelo Primeiro-Ministro», tendo exemplificado com o agravamento fiscal estabelecido no Orçamento de Estado para 1992, «sobretudo na carga que incide sobre os rendimentos do trabalho».

O acordo de concertação social foi o principal alvo das críticas dos participantes nas manifestações realizadas em Faro e Leiria, no âmbito do movimento de protesto a nível nacional convocado pela CGTP-IN.

Fernando Amaro, membro do Conselho Nacional da CGTP/Intersindical Nacional, disse, em Faro, que a central sindical não aceita acordos de concertação social.

Depois de considerar o acordo de concertação social «mau e prejudicial para os trabalhadores», aquele dirigente sindical criticou a política governamental no que diz respeito aos aumentos de preços e bens essenciais e à carga fiscal.

Durante a manifestação, iniciativa da União dos Sindicatos do Algarve, os trabalhadores do Centro de Saúde Mental de Faro distribuíram um comunicado à população onde divulgam a intenção do Governo de encerrar estes serviços.

Respondendo à convocatória da União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN, os manifestantes, dos mais diversos sectores, participaram entusiasticamente nesta manifestação, sendo de referir também a presença de grande número de jovens e uma presença significativa de reformados.

Durante a concentração no Largo da Estação, Joaquim Almeida, da Comissão Executiva da CGTP-IN e Coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro, na sua intervenção, entre outros aspectos, disse:

«Estamos aqui para afirmar o nosso protesto contra a política anti-social do Governo, e que temos razões para lutar».

Continuando, referiu que «os trabalhadores portugueses têm direito a viver melhor e que há condições económicas e financeiras no País e nos sectores de actividade para isso. Há riqueza, mas também é cada vez pior a sua distribuição», acrescentou.

Nota da Comissão Política

Amplia-se frente de protesto contra a política do Governo

Na sua reunião de 23.3.92 a Comissão Política do Comité Central apreciou questões relacionadas com a situação política e social e com a actividade do Partido.

1. A Comissão Política concluiu que a jornada de luta realizada pela CGTP-IN no passado dia 21 e que trouxe à rua dezenas de milhares de trabalhadores para protestarem contra a política do Governo e o famigerado Acordo estabelecido no Conselho Permanente da Concertação Social confirma mais uma vez que existe hoje um profundo descontentamento em largos sectores sociais, os quais se dispõem a lutar pelos seus direitos e interesses.

À rua vieram trabalhadores com salários em atraso ou que reclamam melhores níveis salariais, trabalhadores de dezenas e dezenas de empresas ameaçadas de encerramento ou mesmo já encerradas sem que os seus interesses estejam salvaguardados, vieram professores e jovens que protestam contra a degradação do ensino, vieram os reformados e pensionistas, numa confirmação de que se amplia a frente de protesto contra a política do Governo. Para os próximos dias, em particular nos dias 26 e 27, estão marcadas importantes e significativas acções reivindicativas envolvendo sectores muito diversificados, nomeadamente os transportes, a Administração Pública, central e local, os professores, os enfermeiros e trabalhadores de muitas empresas.

Aos trabalhadores não resta outra alternativa que não seja a luta para impedirem a degradação das suas condições de vida.

A Comissão Política considera que o Governo, ao prosseguir com a sua política anti-social, recusando-se a ter em conta os justos protestos das massas populares e ao apoiar e estimular o patronato a resistir às reivindicações dos trabalhadores, torna-se o único responsável pelo aumento da conflitualidade social que já há vários meses se vem vivendo.

2. Ao mesmo tempo que reafirma a sua posição face às propostas do Governo sobre a alteração do sistema eleitoral, a Comissão Política apreciou a tomada de posição do Partido Socialista sobre a matéria.

Considerando positivo que o PS tenha concordado com o PCP com a inconveniência de antecipar a revisão constitucional, como pretendeu o PSD, a Comissão Política considera que a posição do PS, coincidente com a do Primeiro-Ministro, de dividir os maiores círculos eleitorais, não tem qualquer justificação, por romper com a coincidência entre os círculos eleitorais e a divisão administrativa, abrindo caminho para o agrupamento arbitrário de concelhos. De resto, não tem qualquer fundamento a ideia de que os deputados dos círculos com menos de 10 eleitos estão mais ligados aos cidadãos do que os restantes. Aliás para quem, como o PSD, centrou as últimas eleições numa só pessoa com o apagamento dos restantes candidatos, a ideia da aproximação dos deputados aos eleitores não passa de mais um pretexto para tentar eternizar-se no poder.

A proposta do Partido Socialista é ainda imprecisa em pontos particularmente importantes.

Só o conhecimento exacto da proposta em diversos aspectos, tal como a extensão do círculo nacional e da medida em que permitirá ou não corrigir as distorções da proporcionalidade tomará possível apreciar se vai prejudicar a democraticidade e representatividade do sistema eleitoral ou corrigir distorções que já se verificam, desde a última revisão constitucional, ao sistema de representação proporcional.

O PCP rejeita, por outro lado, a proposta do PS de passar a eleger directamente apenas os presidentes de Câmara. Tal proposta facilitaria a composição de executivos camarários com base em arranjos partidários ou pessoais, com prejuízo para a sua representatividade.

Esta proposta, bem como a de listas de cidadãos eleitores concorrerem à Assembleia da República, exige a revisão constitucional, pelo que além do mais são manifestamente extemporâneas neste momento.

3. A Comissão Política apreciou a submissão à Assembleia da República do Acordo de Schengen no próximo dia 26, tendo concluído que se verificou uma manifesta carência de debate público tendo em conta as incidências do acordo em diversos domínios.

O acordo, que começou por ser negociado em clima de grande discricção ao longo de seis anos, levantou reservas dos países ACP, de organizações humanitárias e prescindiu de consulta ao Parlamento Europeu, apesar de sucessivas solicitações; privilegia a segurança e eficácia da acção policial transfronteiriça em detrimento da liberdade; prejudica o exercício do direito de asilo; pode ser instrumentalizado no sentido de combater movimentos de imigração particularmente de africanos, sem preocupação de ir às raízes que estão na sua base.

Assume particular relevo o Serviço de Informações Schengen, para o qual, aliás, já foi prevista verba no Orçamento de Estado, e que corresponde à criação de um vasto ficheiro informatizado de cidadãos procurados e vigiados dos Estados-parte, sem que pareçam estar reunidas as garantias e meios de fiscalização que impeçam a sua utilização abusiva.

A Comissão Política partilha a preocupação de que a liberdade e os direitos dos cidadãos não tenham sido acauteladas suficientemente face às preocupações de segurança e eficácia da acção policial.

Quanto à regularização extraordinária de estrangeiros residentes em Portugal e na situação ilegal, a Comissão Política considera que corresponde a uma necessidade, mas reprova que o Governo recorra a uma autorização legislativa, o que corresponde a uma nova manifestação da subalternização da Assembleia da República.

Este acto de regularização extraordinária de estrangeiros em situação ilegal não pode ocultar o facto de, sendo aprovado em simultâneo com a convenção Schengen, se destinar a preparar a aplicação deste, que pode representar um risco real de utilização ao serviço do racismo e da xenofobia.

4. Expressando a permanente atenção que o PCP dedica a questões relacionadas com o poder local e regional e aos graves problemas que afectam a qualidade e condições de vida dos portugueses, o Grupo Parlamentar do PCP promove amanhã uma interpelação ao Governo centrada nos problemas que afectam as populações das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Nessa interpelação, o Grupo Parlamentar do PCP confrontará o Governo com as suas responsabilidades no agravamento de problemas que afectam as populações dos grandes centros urbanos, como o da segurança das pessoas, dos transportes ou da habitação.

Pela parte do PCP, a abertura da interpelação ao Governo estará a cargo de Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e indigitado pelo PCP para futuro presidente da Junta Metropolitana de Lisboa.

Lisboa, 23 de Março de 1992

A Comissão Política do PCP

TRABALHADORES

Aprovar um programa de acção e eleger o conselho nacional são Objectivos da 1ª Conferência Nacional que começa amanhã no Porto



Entre as iniciativas da CGTP programadas para este mês destaca-se a realização, amanhã e no domingo no Porto, da 1ª Conferência Nacional da Interjovem. Entretanto marcado para 15 do corrente em Aveiro o plenário nacional das estruturas representativas dos trabalhadores estudantes.

Organizado pela FNATES (Federação Nacional), o plenário tinha na agenda a aprovação do estatuto do trabalhador estudante.

De acordo com a Federação Nacional das Associações de Trabalhadores Estudantes, a já referida FNATES, a ordem de trabalhos

incluía também a análise da preparação do II Congresso Nacional, «um dos principais problemas» a debater no sector.

Na altura da elaboração desta peça ainda não tivéramos acesso às conclusões do plenário, marcado para 15 do corrente num «Boletim» edi-

tado no Porto com a data de Janeiro findo.

Objectivos da Interjovem

Com a realização da 1ª Conferência Nacional, a Interjovem tem como objectivos: «Analisar a situação dos jovens face ao emprego e à

sociedade; apontar as reivindicações que respondam aos seus problemas; definir o programa de acção da Interjovem para o período 1992/95; analisar a estrutura e actividade da Interjovem e eleger o seu conselho nacional».

Ao apresentarem os objectivos da Conferência, os sindicalistas desta organização juvenil da CGTP salientaram dos temas em discussão «a situação dos jovens no mercado de trabalho, o sistema educativo e os trabalhadores estudantes, a estrutura e a actividade da Interjovem».

Sob o lema «Agir para transformar», a Interjovem,

que oportunamente distribuiu um extenso e pormenorizado documento de apoio ao debate e à preparação da Conferência Nacional, salienta o seguinte:

«Importante desafio se coloca hoje aos sindicatos — conhecer as motivações, exigências, posicionamento face à sociedade e ao sindicalismo da geração de trabalhadores do pós-25 de Abril. Este conhecimento é fundamental para permitir uma intervenção no sentido de renovar e rejuvenescer as estruturas sindicais para responder aos desafios do futuro.»

A Interjovem foi criada em Março de 1989.

Metalúrgicos recusam baixos salários

Na Dialap termina uma fase da luta, enquanto na Trefilaria se reclamam negociações

A modernização do aparelho produtivo é uma das reclamações públicas do sector da metalurgia, metalomecânica e minas. Outras reivindicações — motivo de lutas recentes — têm a ver com o real crescimento dos salários, que não se verifica, com os horários e a contratação nas empresas. Casos de conflitos e lutas em desenvolvimento

são, por exemplo, os da Trefilaria de Sacavém, da Dialap e da actividade mineira em geral.

Na Trefilaria, desde o final do ano passado que se arrasta a revisão salarial para o ano corrente. A administração recusa-se a negociar com a comissão de trabalhadores (CT). Pretende impor, pelo contrário, como factos con-

sumados, valores abaixo da inflação verificada e previsível para 1992.

Os plenários convocados pela CT têm tido grande participação. A decisão unânime tem sido favorável à adopção de formas de luta, exigindo a abertura de negociações e salários justos.

Em 12 e 13 do corrente, os trabalhadores da Trefilaria pararam duas horas. Fonte da CT revela que as adesões têm rondado os 100 por cento, o que já tinha acontecido noutra paralisação parcial em 28 de Fevereiro.

Num dos últimos plenários foi decidido fazer greve às horas extraordinárias, enquanto o patronato recusar o diálogo com os trabalhadores.

Na Dialap, a CT e o Sindicato (metalurgia e metalomecânica do distrito de Lisboa) afirmaram recentemente que, em vez do despedimento colectivo de 136 trabalhadores — que despoletou a luta —, se chegou a acordo quanto à rescisão do contrato de trabalho.

Para essa substituição vantajosa, ainda que insuficiente, contribuiu a acção dos trabalhadores e o volume das adesões. De acordo com o Sindicato, os 136 trabalhadores, que são agora afastados da empresa, devem continuar a luta a fim de que «os respectivos Ministérios encontrem a solução adequada para a grande especificidade que é a lapidação de diamantes, profissão da maioria dos 136 trabalhadores».

Entretanto, a Federação do sector (FSMMMP) continuava a apoiar as lutas nas empresas e marcava para 18 do corrente uma greve durante todo o dia.

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal afirmava que «na sequência das lutas de 12 e 25 de Fevereiro, o patronato, finalmente, reformulou a sua contraproposta à qual, por sua vez, a comissão negociadora sindical respondeu apresentando uma plataforma para acordo».

Perante a situação das negociações, a FSMMMP acrescentava em 9 do corrente que «a opção está agora nas mãos do patronato: ou viabiliza a nossa plataforma e evita a luta, ou, caso contrário, vai ter como resposta a greve».

Anunciada greve na RTP

A ter efeito o pré-aviso entregue ao conselho de administração da RTP em 17 do corrente, haverá greve ao trabalho suplementar na empresa, por tempo indeterminado, a partir de 24 deste mês.

Uma delegada sindical daquela estação de TV disse à Lusa nesse dia que a greve se prolongará até ser resolvida a questão salarial.

Os trabalhadores da RTP insurgem-se, segundo aquela agência, contra a revisão salarial proposta pela empresa e inscrita apenas pelos sindicatos da UGT.

De acordo com a Lusa, a representante sindical, Diana Andringa, afirmou que «os 10,84 por cento oferecidos pela RTP estão muito abaixo

de um valor que permita manter o rendimento disponível dos trabalhadores».

O acordo revisto apenas pela administração e pelas organizações afectas à UGT foi enviado pela conciliação ao Ministério do Emprego e Segurança Social.

O pré-aviso de 17 foi subscrito pelo Sindicato dos Jornalistas; Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual; e pelos Sindicatos dos Trabalhadores das Telecomunicações, dos Engenheiros Técnicos do Norte, das Actividades Cinematográficas, Televisão e Vídeo e dos Quadros Técnicos de Desenho. Trata-se de organizações sindicais representativas da grande maioria dos trabalhadores da RTP.

«O Metalúrgico» de Fevereiro/Março de 1992 publica o quadro seguinte com «alguns exemplos» dos aumentos salariais verificados nas empresas:

EMPRESA	%	VIGÊNCIA	OBS.
Estaleiros Venâncio	20	Janeiro	
Elo	13	Janeiro	Em média
Motortejo	13/15/17	Janeiro	
Morgado e Amado	15	Janeiro	
Sousa e Santos	15	Janeiro	
M. Fernandes Franq. F. L.	11 a 18	Janeiro	
Funfrap	12	Janeiro	
Salus	14 a 30	Janeiro	
Valfrio	17	Janeiro	
Valpo	17	Janeiro	
Navipica	27	Setembro/91	
Central. Mec. Terra e Mar	21	Setembro/91	
Macroclima	23 a 27	Setembro/91	
Auto Marginal	21,6	Outubro/91	Em média
Bertrand Faure	10 contos		500\$00 sub. ref.
Jorge & Irmãos	16	Novembro/91	500\$00 sub. ref.
Metalúrgica do Tejo	15		
Van Leer	14	Janeiro	
Centro Técnico Hospitalar 92	10	Outubro/91	+10% em Jan./92
General Motors	11,5		
Antunes Guim. & Irmão	6 contos	Dezembro/91	350\$00 sub. ref.
Est. Navais V. Castelo	13	Setembro/91	
Fonseca e Costa	12,6	Janeiro	
Multifol	18	Janeiro	
Jomal	13	Janeiro	
Frimóvel	12	Janeiro	
Tecnitools	15	Janeiro	
Promóvel	12	Janeiro	
Novauto	14	Janeiro	
Lourenços & Irmão	17,5		
Joaquim Vieira Júnior	15		
J. B. Cardoso	11	Fevereiro	
Epi	11	Fevereiro	
Entrepasto	15,4	Janeiro	
Batista Russo	15	Janeiro	
Jol	15,2	Janeiro	
Sorel/Licar	15,2		

Cinco dias de greve nas Minas da Panasqueira Voltam a parar Sines e Mabor

A partir de 30 do corrente, os 750 mineiros da Panasqueira iniciam uma greve de cinco dias. A decisão foi tomada em plenário de 18 do corrente. Depois de um encontro com um administrador que foi peremptório — «não há mais dinheiro», disse — os mineiros decidiram, além da greve, «deter e não deixar sair o volfrâmio». O impasse nas negociações sa-

lariais prolonga-se há três meses.

A FSMMMP (Federação sindical do sector que engloba as minas), ao referir-se à greve de 18 do corrente, salientou «as elevadas adesões» em torno dos objectivos propostos. As associações patronais reexaminaram a sua contraproposta e já admitem 12,75 por cento de aumentos salariais.

Na Continental/Mabor era entretanto marcada nova greve para 20 do corrente: três horas de paralisação por turno, devida também a questões salariais.

Por 14,5 por cento de aumentos nos salários, era decidida nova greve para 23 e 24 do corrente no Complexo Petroquímico de Sines. São 1100 trabalhadores.

Coincidem de novo amanhã greves no Estado e transportes

As paralisações na Função Pública são de âmbito nacional

Pelos mesmos motivos que já levaram a grande massa dos trabalhadores da Administração à greve em 18 de Fevereiro e prevendo-se para hoje e amanhã uma forte dinâmica de luta, incluindo as Regiões Autónomas, designadamente os Açores, sindicatos e pessoal dos transportes urbanos, Metro e Carris (paralisações parciais) coincidem na marcação de novas greves para hoje e amanhã. De realçar é a possibilidade de

coincidirem também paralisações no sector do ensino e na enfermagem.

Nesta última actividade, há semanas que se prolongam as formas de luta, sobretudo entre os docentes. No centro dos conflitos, aos quais o Governo parece não dar atenção, apesar do forte impacto negativo que as situações de luta provocam na vida normal das populações, no andamento do trabalho e no

funcionamento de serviços indispensáveis à vida corrente nas cidades, continuam a manter-se as pretensões governamentais de impor baixos salários, de recusar negociações com sindicatos e outras organizações representativas sobre carreiras e outras reivindicações, desprezando os constantes apelos ao diálogo por parte dos trabalhadores e dos seus representantes eleitos democrática e livremente.

Salários

Atrasos, recuos e um incidente

A IGT de Setúbal acusada pelo SIESI. Um inspector tenta intervir numa concentração de pessoal em greve na Teixeira Ramalho, do Pinhal Novo

Enquanto se mantêm salários em atraso, designadamente em Setúbal e no Algarve, o desacordo persiste na concertação social nos Açores, e o Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal (UGT) acusa as empresas seguradoras de não quererem respeitar os valores desse mesmo acordo que, como se sabe, foi assinado pelo Governo, o patronato e a UGT.

Esta última central viu-se obrigada a accionar entretanto (17.3) aquilo a que chama, segundo a Lusa, o mecanismo da comissão de acompanhamento do acordo de política de rendimentos para 1992, contra o qual a CGTP organizou um protesto nacional com manifestações e outras formas de luta em 21 do corrente por todo o País (ver neste número do «Avante!»).

Acordo na Ramalho

Com esta peça já pronta, soube-se que se chegara a acordo na H. R. Teixeira e Ramalho, do Pinhal Novo. No fim de uma greve de seis horas diárias, iniciada em 13 do corrente por tempo indeterminado, a entidade patronal cedeu aumentos de «cerca de 17 por cento sobre os salários médios praticados o ano passado, com retroactivos a Janeiro deste ano», afirma a direcção do Siesi, segundo o qual «as negociações vão prosseguir para discussão de aspectos relacionados com assistência médica, funcionamento do refeitório e melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho».

Prosseguia entretanto 1991. A fábrica, onde a greve teve início em 13 do corrente, emprega cerca de 400 trabalhadores e produz frigoríficos, (20.3) a greve por tempo indeterminado na fábrica de electrodomésticos H. R. Teixeira Ramalho, do Pinhal Novo. A paralisação de 8 horas por dia destina-se a

apoiar a reivindicação de aumentos salariais de 22 por cento sobre os salários de arcas congeladoras e fogões eléctricos para uso doméstico.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (Siesi) protestou junto da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) de Setúbal, devido a um incidente provocado por um inspector durante a greve naquela empresa. O Siesi acusa Pedro dos Santos, inspector adjunto principal da IGT de, na manhã de sexta-feira, 20, ter pretendido «dissolver uma concentração de trabalhadores junto a um dos portões da fábrica H. R. Teixeira Ramalho».

Sem se ter identificado, o inspector recusou a sugestão de entrar na empresa por

um outro portão situado a cerca de 30 metros de distância, por onde se estava a efectuar a entrada e saída de viaturas na fábrica».

Como os trabalhadores não se afastaram, nem desfizeram a concentração, o mesmo inspector «apresentou-se posteriormente no local, acompanhado de elementos da GNR do Pinhal Novo».

A «situação manteve-se», acrescenta o Siesi. Duas queixas foram apresentadas no Posto da GNR de Pinhal Novo: uma assinada pelo inspector, outra por Manuel Garcia Correia, dirigente do Siesi.

Numa nota de sexta-feira passada, a direcção deste Sindicato revela, por outro lado, que «o inspector-delegado responsável pela delegação de Setúbal da IGT, dr. João Rodrigues, tem ligações comerciais com esta empresa (a H. R. Teixeira Ramalho)», dado ser accionista da Vervite do Montijo, onde «detém 1600 contos do capital social».

A Vervite, esclarece a direcção do Siesi, é «a principal fornecedora de esferovite à H. R. Teixeira Ramalho».

O Siesi tem pedidos de intervenção pendentes na IGT desde Outubro do ano passado.

No seu número de Março, o «TFP» faz um forte apelo à greve

Jornalistas solidários com vítima de agressão

«Vítima de agressão, aparentemente como retaliação» por uma reportagem que publicou no «Independente», a jornalista Helena Sanches Osório foi objecto de solidariedade da parte do Sindicato dos Jornalistas. Em 17 do corrente, o SJ mostrou-se «preocupado com os ataques de que têm sido alvo não só os jornalistas como as instituições esforçadas — refere a Lusa — na denúncia de casos de corrupção ou empenhadas na fiscalização de actos da Administração Pública». O SJ repudia a violência, não aceita a complacência dos «poderes» para com intimidações, e defende a «liberdade de informação» contra ataques com os quais «nunca pactuará».

EFFAS voltam a parar

Convocada em 19 do corrente pelo STEFFAS uma nova greve em 31 do corrente afectará os estabelecimentos fabris das Forças Armadas. A acção terá efeito, se o Governo, ou mais exactamente o Ministério da Defesa, não apresentar entretanto uma proposta de aumento salarial para 1992. Para o mesmo dia está anunciada uma manifestação em frente àquele Ministério. Os trabalhadores pararam em 11 do corrente, sem que o Governo tomasse qualquer atitude.

SEE em acção nacional marcada para 9 de Abril

As organizações representativas dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado (SEE) e a CGTP decidiram em 19 do corrente efectuar uma acção nacional de sensibilização da opinião pública. O lema será «Sector público em leilão não serve Portugal nem a população». Os representantes dos trabalhadores do SEE protestam, como já tem sucedido várias vezes, contra as consequências da «ofensiva privatizadora». Antes da acção marcada para o próximo dia 9, os trabalhadores do SEE concentram-se em 25 do corrente junto à Tabaqueira, em 26, os da Irmãos Stephens (Marinha Grande) junto ao Centro Cultural de Belém e ao Ministério da Indústria, e em 2 de Abril os da CP em Lisboa.

Lorimalhas impede o trabalho em Seia

A administração da empresa têxtil Lorimalhas, de Loriga, em Seia, impediu em 16 do corrente os cerca de cem trabalhadores de pegarem ao trabalho. Interpretada como «lock-out», proibido por lei, o gesto da administração deve-se ao facto de pretender contratar o pessoal a prazo. O Sindicato protestou junto do Ministério do Emprego e Segurança Social. Pessoal e sindicatos recusam a contratação a prazo.



GREVE DIA 27 MARÇO

Inevitável. Depois do Governo confirmar a portaria dos 6% e não dar qualquer credibilidade às intenções anunciadas de chegar sequer aos 10%, não poderá surgir outra resposta. A discriminação é intolerável. A resposta dos TFP's terá de ser clara.

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DO SUL E AÇORES

Tanta seca!

Uma viagem pelo país será impressionante, as consequências da seca são maiores do que há primeira vista se poderá pensar e não será à espera de milagres que os problemas se resolverão nem os pequenos aguaceiros que cairão até ao final do mês vão minorar o problema.

A maior parte das albufeiras do continente apresentam valores de armazenamento muito inferior a igual período do ano passado e só em energia o nosso país está a gastar mais 150 mil contos por dia do que se estava à espera.

As albufeiras onde a situação é mais grave são as do Maranhão e Vale do Gaio. Segundo os últimos dados que conhecemos, divulgados pela Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia, assinala-se um armazenamento útil negativo no Maranhão e um armazenamento útil positivo de apenas cinco vírgula quatro por cento em Vale do Gaio.

A barragem do Maranhão serve uma área de agricultura do Alto Alentejo e Ribatejo (de Avis a Coruche) e a do Vale do Gaio abastece parte da região agrícola de Alcácer do Sal.

No Vale do Sorraia, servida pelas barragens do Maranhão e de Montargil, as autarquias tomaram já posição e em Coruche está marcada para hoje uma concentração de agricultores da região para reivindicar medidas urgentes.

Outras situações graves registam-se com os baixos níveis de armazenamento total nas barragens de Arade (32 por cento), Burgães/Vale do Cambra (44,1 por cento), Campilhas (36,5 por cento), Idanha (41,6 por cento) e Vigia (36 por cento), todas elas registando quebras superiores a 50 por cento relativamente a igual período do ano passado.

Como diversas vezes técnicos do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

lembraram, mesmo que agora chova com alguma abundância a situação não irá melhorar por aí além: as culturas e o gado perdidos não são já recuperáveis e por outro lado o esgotamento dos lençóis fráticos é já de tal ordem que demorará muito tempo até poderem recuperar. Ainda temos de considerar que a capacidade de retenção das águas pelos solos é muito menor que durante o Inverno, já que agora as temperaturas são mais altas e a evaporação é mais elevada.

Os caudais de água para abastecimento dos concelhos serranos dos distrito de Coimbra estão a níveis muito inferiores e há problemas de abastecimento. Em Oliveira do Hospital a situação é localmente considerada de «aflictiva», na expressão do presidente da Câmara que pensa já em levantar os preços do abastecimento público. Em Pampilhosa da Serra a situação é idêntica e no concelho de Góis ninguém sabe como vai enfrentar a época estival, altura em que a população triplica.

O baixo nível da barragem da Aguieira (40 por cento), a falta de chuva e a salinização dos solos levou a Associação Portuguesa de Orizicultores a alertar para as consequências da seca na produção de arroz no Baixo Mondego.

No distrito da Guarda, onde na serra da Estrela popularmente se costuma dizer que água «é coisa que nunca falta», os rios estão transformados em fios, em alguns locais com níveis inferiores aos registados no Verão. Já se fizeram, à pressa, precários regos a tentar captar a última água



de uma qualquer nascente nas vertentes durienses ou nos campos da raia com Espanha.

O presidente da Câmara de Celorico da Beira pediu já a declaração de calamidade pública.

«Calamidade» é a expressão usada pelas associações de agricultores, cooperativas agrícolas e as câmaras municipais da margem esquerda do Guadiana: searas perdidas, falta de pastagens e problemas no abastecimento público de água são os registos.

Também as associações de agricultores de Santarém, Setúbal e Região Oeste debatem-se com problemas e querem que seja decretada a situação de calamidade pública.

Em Bragança o presidente da Câmara disse na semana passada que se os consumidores não pouparem a água, «serão taxados punitivamente» se a seca continuar. A situação nas aldeias é no entanto muito mais grave que na cidade.

Mas onde a situação será mais grave é em todo o Alentejo. Para além dos balanços que são efectuados em outros textos destas páginas, impor-

ta referir que os prejuízos são de tal forma que a Associação de Municípios do Distrito de Beja decidiu solicitar uma audiência ao Governo por considerar que os 20 milhões de contos prometidos para acudir a este problema são manifestamente insuficientes.

A Câmara de Castro Verde procedeu já ao corte do abastecimento público entre as 23 e as seis horas.

Oa agricultores dos distritos de Évora e Portalegre decidiram suspender a sua participação em feiras que se realizam anualmente pela situação de crise que estão a viver.

A Câmara de Montemor-o-Novo pensa já em ir solicitar a declaração de calamidade pública e ainda por cima o Governo retirou-lhe em meados deste mês o apoio dos geólogos da Direcção-Geral dos Recursos Naturais nas sondagens e prospecção de poços.

E agora... os fogos a começarem mais cedo.

20 MILHÕES A DISTRIBUIR

Governo quer dinheiro sem dar

O ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, rejeitou a semana passada hipótese de criação de um organismo para aplicar as medidas de apoio ao agricultores afectados pela seca, o que põe em causa a distribuição dos contos para fazer frente a esta crise.

Diversas associações de agricultores e a CNA-Confederação Nacional da Agricultura tinham já reclamado a criação de Comissões Paritárias onde estivessem representados os serviços do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), agricultores e trabalhadores agrícolas, destinadas a acompanhar o processo de avaliação de prejuízos e de atribuição de auxílios.

Aliás, a CNA, depois do anúncio das medidas governamentais, assinalava em comunicado que era preciso «ver para crer, isto é, é ne-

cessário agora que o dinheiro venha depressa e bem» já que experiências anteriores não terão corrido da melhor forma.

Arlindo Cunha afirmou que a aplicação das medidas de emergência para a seca será da competência dos técnicos do Ministério com a colaboração de organismos como o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), do Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas (IRO-MA) e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA).

Serão criadas fichas de candidaturas para os agricultores e serão as direcções regionais de agricultura que, no terreno, irão avaliar a gravidade das situações.

Parece assim começar a desenhar-se um processo burocrático e moroso que poderá trazer algumas difi-



Estruturas regionais do PCP

Profunda preocupação pela falta de água

Diversas estruturas do Partido Comunista Português (PCP) têm manifestado as suas preocupações e receios pelas consequências negativas que a falta de água irá trazer à vida das populações, já hoje e num futuro a breve prazo. Em particular no Alentejo, onde a situação é mais grave, as Direcções Regionais e as Concelhias do Partido têm tomado posição pública sobre o assunto.

A Comissão Concelhia de Évora, por exemplo, assinala que na estação meteorológica local regista-se a precipitação acumulada 41 por cento abaixo dos valores normais para a época enquanto a percentagem de armazenamento nas albufeiras a sul do Tejo é, actualmente, de cerca de 45 por cento da sua capacidade, contra 76 por cento em igual data do ano passado.

Para além das culturas comprometidas, esta estrutura do PCP assinala que o gado morre já à fome em concelhos como Moura, Serpa ou Barrancos.

A Direcção da Organização Regional

de Portalegre, por seu lado, lembra que esta situação «torna ainda mais claros os efeitos negativos da falta de concretização do Plano de Rega do Alentejo, em particular do Alqueva», chamando a atenção para que as medidas a adoptar não só não venham a ser «discriminatórias para os agricultores com explorações de menor dimensão - como tantas vezes acontece - como deverão abranger os trabalhadores agrícolas assalariados, de forma a minorar as inevitáveis e graves consequências da seca, particularmente em termos de desemprego».

A DORPOR condena o Governo pelo atraso na tomada de medidas concretas que minorem os prejuízos provocados pela seca e assinala outra das graves consequências desta situação: a antecipação do potencial risco de deflagração de incêndios florestais.

Também para a região da barragem do Maranhão estão agravados pela ausência de chuva os problemas resultantes do polémico esvaziamento ali efectuado.

Só no Alentejo e Ribatejo

37 milhões de em prejuízos

FENCA reclama declaração de

37 milhões de contos é quanto a seca custou já nas regiões do Alentejo e Ribatejo. Os números são lançados pela FENCA-Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, que reclama a declaração do estado de calamidade pública nas zonas mais afectadas pela falta de água.

Num balanço feito esta semana às consequências da seca naquela região, aquela Federação assinala que para além da ausência de chuvas desde Outubro, a situação «dramática» que se vive decorre igualmente da inexistência de uma política de gestão dos recursos hídricos.

Num comunicado divulgado após uma reunião das cooperativas agrícolas de produção associadas na FENCA, afirma-se que «no Alentejo e

Ribatejo calcula-se que cerca de 80 por cento das culturas de sequeiro de Outono/Inverno estão perdidas» e que «as culturas de Primavera estão comprometidas» quer por não haver água no solo quer por faltar água nas albufeiras.

«Receia-se que 80 por cento da área de arroz não seja semeada e que cerca de 40 por cento do tomate não seja plantado». O gado, para não morrer, terá de ser vendido ao desbarato.

Os trabalhadores agrícolas da FENCA acusam o Governo de ter tomado medidas «claramente insuficientes» e «pouco claras quanto ao modo e à forma como vão ser aplicadas» enquanto, por outro lado, «insistem numa linha de concessão de créditos» quando produtores e

agricultores «estão descapitalizados e ainda a pagar os empréstimos contraídos para fazer face aos temporais de há dois anos ou os créditos para investimento nas explorações».

Quanto a medidas imediatas, os associados desta Federação reclamam a criação de Comissões de acompanhamento da situação, levantamento de prejuízos e aplicação de medidas onde estejam representados os serviços do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), o sector cooperativo e agricultores e as autarquias.

A concessão de subsídios a fundo perdido que cubra pelo menos 50 por cento das receitas não geradas e de outros para os cereais e oleaginosas são outras exigências saídas desta reunião.

entregar cavaco

culdades para os agricultores. Como afirmou um porta-voz da CNA a comentar para a imprensa as medidas anunciadas pelo Governo: «parecem feitas de encomenda para os grandes criadores de gado e agrários do Alentejo».

A chegar com dois meses de atraso, as medidas governamentais foram no entanto consideradas positivas em alguns aspectos, precisamente aqueles que respondem positivamente a anteriores exigências dos agricultores: a salvaguarda dos efectivos pecuários, a intervenção especial nos mercados de bovinos, ovinos e caprinos e as ajudas aos custos com a respectiva alimentação; a moratória e bonificação dos juros sobre os empréstimos contraídos no passado, a criação de condições para a campanha agrícola de 92/93 e a antecipação da época de prevenção e vigilância dos fogos florestais são os casos referidos.

«Falta uma política da água e de gestão dos recursos hídricos»

— afirma ao «Avante!» Lino de Carvalho

Com um Outono e um Inverno praticamente sem chuva, o País está a braços com uma seca que trouxe a lume as fragilidades de uma política agrícola que se revelou incapaz de responder com medidas atempadas a uma situação excepcional geradora de elevados prejuízos. Os alarmes, provenientes de várias áreas do País, e especialmente no Alentejo, não param de soar e dão conta, como assinala nesta entrevista ao «Avante!» o deputado Lino de Carvalho, de impactes profundamente negativos, quer no domínio da agricultura, quer da produção energética.

Em entrevista ao «Avante!», o deputado comunista Lino de Carvalho faz-nos um retrato da situação actual, aborda a questão da barragem do Alqueva e da sua importância no quadro de uma efectiva política da água e de gestão dos recursos hídricos e expõe as principais linhas de um plano de emergência proposto pelo PCP — a primeira força política a tomar posição sobre o assunto — para responder à situação de crise existente.



Os efeitos do prolongado período de seca estão a fazer-se sentir em todo o País, sucedendo-se os sinais de alarme e preocupação provenientes dos mais diversos sectores. Qual a verdadeira dimensão do problema e impactes negativos registados até ao momento?

No momento em que se realiza esta entrevista ainda não é possível ter um balanço exacto da amplitude e consequências totais da seca.

Esse balanço dependerá do período durante o qual se prolongará a seca dos níveis de precipitação que ainda se vierem a verificar, embora só o Governo esteja em condições de fazer um levantamento completo da situação e conhecer toda a extensão da sua gravidade porque só ele dispõe dos meios para isso.

Contudo, os dados até agora conhecidos são já suficientes para justificar uma posição de profunda preocupação e, até, alarme nalgumas zonas.

Do ponto de vista meteorológico, e com referência aos últimos dias de Fevereiro, o conteúdo de água no solo chega a atingir valores de 20% a 40% no Alentejo e de 40% a 60% no Vale do Tejo e Algarve da capacidade de água necessária ao desenvolvimento das culturas de sequeiro.

A chuva que caiu desde Setembro do ano passado corresponde, no Alentejo, a cerca de 40% dos valores normais mas em todo o País a precipitação acentuada neste período é, em média, inferior a metade dos valores médios.

A água existente nas albufeiras a Sul do Tejo, era em princípios de Março de menos de 45% da sua capacidade máxima contra 76% em igual período do ano passado.

De Trás-os-Montes ao Algarve, da Beira Interior ao Ribatejo e Alentejo a seca, embora com dimensões diferentes, é generalizada.

No momento os impactes negativos são sobretudo na agricultura e na produção energética mas poderão, em breve, a manter-se esta situação, estender-se ao abastecimento de água às populações.

Nesse quadro parece que é sem dúvida o Alentejo a região mais atingida. Confirma-se que as culturas de Inverno estão irremediavelmente comprometidas?

O Alentejo é, de facto, a região mais atingida designadamente a Sul, nos concelhos da margem esquerda do Guadiana.

Estima-se que, pelo menos, metade

da produção de cereais de Outono/Inverno esteja perdida.

As cooperativas e agricultores de concelhos como Moura, Serpa ou Barrancos afirmam que, aí, a perda da produção pode já ser avaliada em cerca de 75%.

Quanto às culturas forrageiras, como as aveias, podem já considerar-se como praticamente perdidas.

Entretanto, há já falta de pastagens para o gado o que vai obrigar os produtores a venderem-no ao desbarato para não morrer à fome.

Mas também em Trás-os-Montes, por exemplo, parte significativa do milho e do centeio está perdida e também não há pastagens para o gado.

Por outro lado, os níveis dos lençóis freáticos estão a descer, há poços que estão a ficar secos e há já furos de reserva que estão a ser utilizados por autarquias para manterem o nível de abastecimento de água às populações. Ora se a situação é já esta em Março, no Verão o quadro poderá ser dramático.

E como vai ser com as culturas de Primavera, caso se mantenha a situação presente?

As culturas de Primavera estão comprometidas tanto pela falta de água no solo como pela ausência de água para a rega.

No Vale do Sorraia a seca veio agravar seriamente o quadro já existente devido ao vazamento da Barragem do Maranhão. Aqui, calcula-se que 80% do arroz não irá ser semeado este ano.

A redução da área a plantar com tomate deverá atingir os 30% a 40%.

Mesmo que semeado, o girassol de sequeiro dificilmente crescerá e os que querem semear batata encontram a terra seca.

Muitos agricultores e cooperativas poderão ficar numa situação de ruína tanto mais que a seca vem encontrar uma agricultura em crise em resultado da política agrícola que o Governo tem vindo a prosseguir no âmbito do processo de integração comunitária.

O Governo anunciou, entretanto, algumas medidas para combater as consequências da seca. Qual a apreciação que essas medidas merecem?

As medidas anunciadas são claramente insuficientes não podendo constituir mais do que uma medida de arranque. Basta dizer que os cálculos que já fizemos apontam, só no Alentejo e Ribatejo, para prejuízos na ordem de cerca de 40 milhões de contos nas culturas de Inverno e de Primavera, sem contar com a pecuária.

Além disso, são pouco claras quan-

to à forma como vão ser aplicadas e quanto aos beneficiários. Aparentam só para a concessão de crédito quando se impunham apoios a fundo perdido face à muito difícil situação financeira de cooperativas e agricultores, seja devido aos resultados da política agrícola que tem sido seguida, seja porque estão a pagar empréstimos contraídos para fazer face a investimentos ou para fazer face aos temporais de há dois anos.

Este problema da seca remete-nos quase obrigatoriamente para uma outra questão que se prende com a construção da Barragem do Alqueva. Qual o seu alcance e importância tanto no domínio agrícola como no aproveitamento de outros fins múltiplos?

Se houvesse uma efectiva política da água e de gestão dos recursos hídricos as consequências da seca seriam minimizadas tal como se houvesse uma política de orientação e fomento da agricultura e de apoio aos agricultores e cooperativas e infra-estruturas adequadas o País estaria em muito melhores condições para enfrentar esta situação.

Se Alqueva estivesse construída teríamos no Alentejo uma grande massa de água armazenada (e que diariamente se está a perder no mar) que articulada com os sistemas hidráulicos das pequenas e médias barragens garantiria água nestes períodos de seca. E isto também é verdade para outros empreendimentos hidroagrícolas no País.

Para além disto, Alqueva significaria a possibilidade de desenvolvimento e reconversão da agricultura, o aumento da produção energética, a garantia de abastecimento de água às populações e a unidades industriais, uma base para o incremento do turismo e teria efeitos multiplicadores não contabilizáveis em todo o processo de desenvolvimento do Alentejo. As notícias recentemente vindas a público de que o Governo teria projectos para diminuir sensivelmente a dimensão de Alqueva devem ser acompanhadas muito de perto porque, a confirmarem-se, poria em causa aquelas múltiplas valias e esvaziaria os objectivos do Empreendimento. É preciso lutar contra tal hipótese.

O PCP defendeu já entretanto a adopção de um plano de emergência para responder à situação criada. Quais as linhas essenciais desse programa?

O plano que propusemos na Assembleia da República — e fomos a primeira força política a fazê-lo defende:

- Um programa de emergência que oriente e apoie os agricultores para culturas alternativas possíveis, que garanta o fornecimento de alimentos para o efectivo pecuário a preços satisfatórios, que salve a importação de desenfreada de gado e que intervenha no mercado impedindo a especulação nos preços;
- A criação, com carácter preventivo, de um programa de profilaxia animal para evitar doenças principalmente em zonas com maiores carências alimentares;
- Apoio à autarquias e bombeiros para a realização de furos artesanais e seu transporte e distribuição da água necessária ao gado;
- Apoios financeiros a fundo perdido com a mobilização de meios comunitários e créditos bonificados.

Os fogos florestais contam-se também entre as preocupações dos parlamentares comunistas que, em relação a este problema, apresentaram já inclusive algumas iniciativas legislativas na Mesa da Assembleia. Em que medida é que virão ainda a tempo de contribuir para resolver este flagelo, no ano em curso, caso venham a ser aprovadas?

Nesta matéria deveriam, desde já, ser accionados os meios e acções de prevenção e detecção de fogos florestais que, normalmente, só em Junho entram em funcionamento.

Para além disso, apresentámos já anteriormente um «Programa de Emergência para a Defesa da Floresta Portuguesa» e um «Programa de Reabertura» que a ser aprovado e posto em execução permitiria que, em seis meses, as zonas mais críticas da floresta portuguesa estivessem cobertas por um plano de prevenção, detecção e combate aos fogos florestais decisivamente para a sua diminuição.

contos

calamidade

Por outro lado, a FENCA reclama ainda uma moratória de 18 meses no pagamento de créditos bancários anteriormente assumidos, a criação de condições para o fornecimento de forragens para o gado a par de uma intervenção do Estado para evitar a degradação dos preços da pecuária.

Uma linha de crédito com juros bonificados para as cooperativas de comercialização, apoios às autarquias e bombeiros no transporte de água para gado e populações, realização de furos artesanais, adopção do plano de emergência de profilaxia animal são outras reivindicações da FENCA que pretende igualmente que a Segurança Social resolva os problemas de desemprego resultantes da seca.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Acidentes de trabalho

Portugal é campeão da Europa

• **Milhões de dias de trabalho perdidos
milhões de contos de prejuízos, milhares de mutilados**

O Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar na mesa da Assembleia da República dois projectos de lei sobre segurança, higiene e saúde no trabalho. Na base desta iniciativa legislativa, de acordo com declarações prestadas em recente conferência de imprensa pelos deputados Jerónimo de Sousa e Luís Peixoto, está o propósito de superar as graves lacunas actualmente existentes neste domínio, relativamente ao qual - essa é pelo menos a convicção da bancada comunista - não existe uma verdadeira política capaz de debelar o gravíssimo quadro de sinistralidade existente.

Os números, a este respeito, impõem-se, testemunhando de forma eloquente a situação dramática em que o nosso País se encontra no capítulo dos acidentes de trabalho: milhões de dias de trabalho perdidos, dezenas de milhões de contos de prejuízos, milhares de mutilados anualmente, dos quais mais de mil ficam incapacitados para sempre e outros tan-

tos perdem mesmo a vida.

Um quadro que, como recordou Jerónimo de Sousa, coloca Portugal a longa distância na cabeça do pelotão em matéria de acidentes de trabalho, com uma taxa média de 10 por cento contra os três por cento da Comunidade Europeia.

Acresce ainda que ao contrário do que sucede nos países comunitários, e em violação do que estipula a Lei de Bases da Segurança Social, os acidentes de trabalho continuam nas mãos das seguradoras, o que representa, conforme foi sublinhado, uma «fonte de fabulosos lucros para umas à custa das miseráveis reparações pagas aos trabalhadores sinistrados».

No ano designado como o Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, cuja abertura oficial decorreu no passado dia 13, sob a presidência de Portugal, afiguram-se por conseguinte justas e pertinentes as soluções agora preconizadas pelos parlamentares comunistas,

tendentes a implementar uma verdadeira política de segurança e higiene no trabalho que o Governo PSD, com mais de cinco anos de maioria parlamentar, não foi capaz de executar.

Com efeito, recordaram-nos os deputados comunistas, não se conseguiu até ao momento definir uma política nacional ou sequer sectorial em matéria de prevenção de riscos profissionais, do mesmo modo que foram ignoradas as recomendações constantes em relatórios elaborados por peritos da OIT.

Por outro lado - e estas foram outras tantas críticas dirigidas ao Executivo de Cavaco Silva - não se promoveu a criação de um sistema fiável de estatísticas nacionais de lesões profissionais, não se tomaram iniciativas sérias para inclusão de matérias de prevenção a nível de todos os graus de ensino, nem se produziu regulamentação de higiene e segurança por forma a

cobrir importantes actividades económicas, como a agricultura e pescas.

O pouco incremento à produção de normas de apoio à regulamentação técnica em vigor, o atrofamento de estruturas e o entrave ao desenvolvimento técnico dos órgãos estatais com competências diversas em matéria de prevenção de riscos profissionais e o confinar a intervenção da Inspeção Geral de Trabalho a questões de natureza praticamente administrativa, foram igualmente apontados pelos deputados comunistas como exemplos da fragilidade da acção governativa no capítulo da segurança e higiene no trabalho.

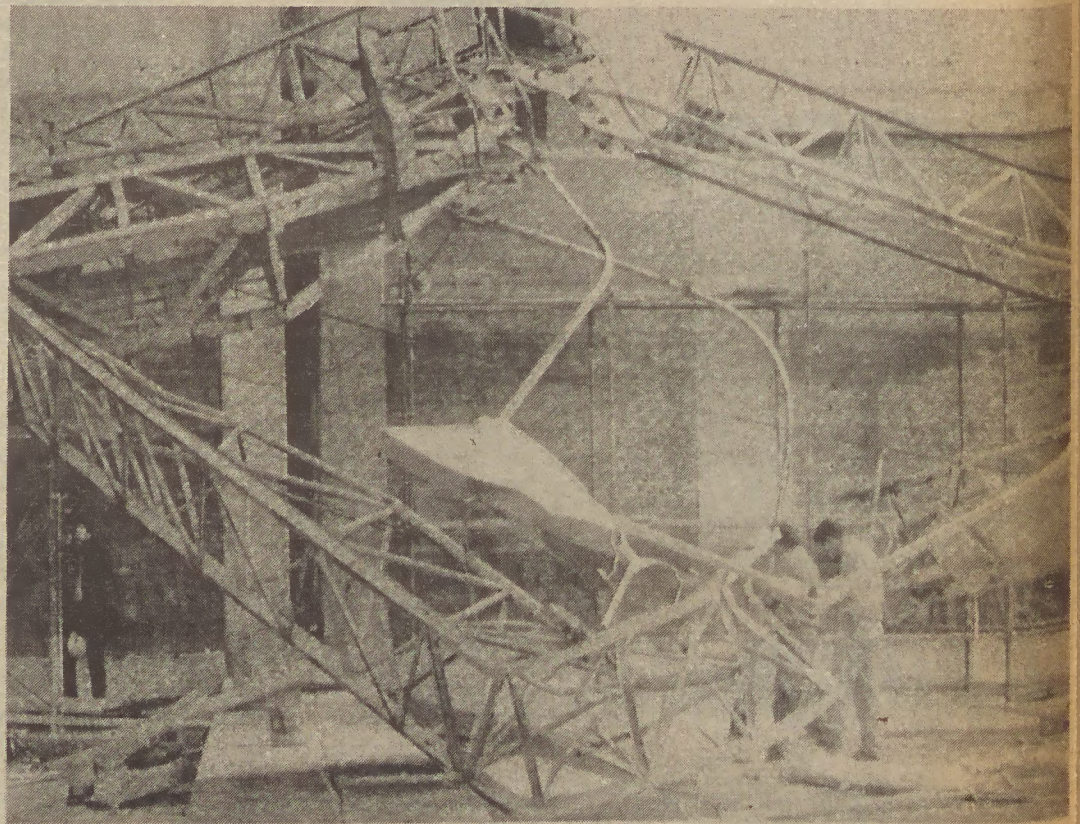
Retrato fiel da gravíssima situação que se vive a este respeito, na perspectiva da formação comunista, são ain-

Jerónimo de Sousa e Luís Peixoto dão a conhecer em conferência de imprensa as linhas gerais dos projectos do PCP sobre segurança, higiene e saúde no trabalho



da a ausência de condições para as empresas desenvolverem os seus serviços de medicina do trabalho ou de prevenção de acidentes, a não revisão da tabela nacional de incapacidades, a manutenção do injusto regime jurídico

dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, a não aplicação dos preceitos da Convenção da OIT ratificada em 1985 ou a não publicação da directiva da CEE relativa ao ruído nos locais de trabalho.



As propostas do PCP para uma política de Segurança e Higiene no Trabalho

A adopção de várias disposições comunitárias e da OIT não contempladas na Lei em vigor (D.L. 441/91), a universalização a todos os trabalhadores sem excepção dos normativos estipulados na legislação e a definição de novos conceitos, actualmente omissos, sobretudo ao nível das condições de trabalho, lesões profissionais danos para a integridade física ou saúde do trabalhador, risco profissional e medidas de protecção, constituem algumas das soluções preconizadas no projecto de lei do PCP que altera profundamente o actual regime jurídico de enquadramento da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

Profundamente inovador em vários domínios, o diploma subscrito pelos parlamentares comunistas precisa e alarga ainda as obrigações do Estado no que concerne à criação do Instituto Nacional de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, definindo simultaneamente as orientações genéricas essenciais a que este deve ficar sujeito, clarificando por outro lado as responsabilidades patronais pelas condições de prestação do trabalho, designadamente quanto aos encargos financeiros e à constituição e funcionamento da Comissão de Higiene e Segurança.

No seu articulado, o projecto de lei reforça também o direito à informação e consulta dos trabalhadores, alarga e reforça o papel e direitos dos seus representantes equiparando-os aos do delegado sindical, define como norma geral a constituição das Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho em todas as empresas e cria um novo artigo relativo a primeiros socorros, luta contra incêndios e evacuação dos trabalhadores em situações de perigo grave e imediato.

Quanto ao projecto de lei que revê parcialmente o regime jurídico da Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Pro-

fissionais, área que na perspectiva dos deputados do PCP deve ir de par com as medidas no campo da prevenção, o essencial do seu conteúdo visa minimizar a situação dramática em que vivem milhares e milhares de trabalhadores vítimas da negligência governamental e patronal em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Nesse sentido, o diploma prevê o alargamento da noção de acidente de trabalho, corrige o actual sistema quanto a acidentes em trajecto por forma a alargar os acidentes reparáveis, aumenta as pensões e indemnizações e alarga no caso das pensões por morte os titulares com direito à mesma, propõe uma retribuição com base de cálculo correspondente à retribuição real na qual passarão a estar incluídas as gratificações.

Nos seus artigos, o projecto estipula igualmente uma prestação suplementar equivalente à retribuição mínima garantida aos trabalhadores do serviço doméstico para assistência permanente de uma terceira pessoa, o complemento de familiar a cargo, o aumento do subsídio para despesas de funeral e o pagamento da 14ª mensalidade, o direito a subsídio para a frequência de cursos de formação profissional.

Consagrados estão ainda o direito a reparação dos danos morais até ao montante de 75 por cento dos mesmos (ainda que não se prove a culpa da entidade patronal), o direito à reparação integral no caso de culpa ou dolo da entidade patronal, o direito à acumulação das pensões por incapacidade permanente com prestações da Segurança Social, a actualização das pensões fixadas anteriormente à entrada em vigor do diploma, a actualização anual de todas as pensões e a publicação pelo Governo de uma nova tabela nacional de incapacidades.

Aduaneiros

Sobram as interrogações faltam as decisões

A situação em que se encontram milhares de trabalhadores e mais de 400 empresas aduaneiras, a braços com as consequências resultantes do embate e aplicação do mercado interno, voltou a ser tema para o qual foi pedida a atenção da Câmara. A iniciativa partiu uma vez mais da bancada comunista, com o seu deputado Jerónimo de Sousa, faz hoje oito dias, a lembrar as graves responsabilidades do Governo na agudização de um conflito que levou há cerca de duas semanas aqueles trabalhadores a

recorrerem a uma paralisação de três dias.

Em causa está, recorde-se, a cerca de oito meses de um «desfecho que vai alterar drasticamente as suas vidas», segundo as palavras do deputado do PCP, a ausência de decisões quanto à reconversão de actividades que terão necessariamente que passar por iniciativas de criação de emprego alternativo, de protecção social, de reformas e indemnizações para os mais de 8500 trabalhadores envolvidos, sem falar da reparação aos vultuosos investimentos das empresas que investiram

entre 1986 e 90 em instalações e sistemas informáticos em resultado da harmonização comunitária.

Um atraso tanto mais lamentável, apesar dos esforços e dos consensos e propostas credíveis feitas conjuntamente por trabalhadores e empresários junto dos Ministérios responsáveis, quanto é certo que nas generalidades dos países europeus, com excepção da Espanha e de Portugal, foram já iniciadas e até concretizadas «soluções e garantias para os trabalhadores e as devidas reparações aos empresários».

Áreas Metropolitanas

«Ou o Governo arrepiia caminho ou alastra a falta de qualidade de vida»

Uma interpelação do PCP ao Governo sobre as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto ocupou a agenda da sessão plenária de terça-feira na Assembleia da República. Tratou-se sobretudo de apurar as responsabilidades da administração central nesta problemática e de contribuir no sentido da resolução dos graves problemas que afectam as suas populações.

No próprio dia, ainda antes do debate, o «Avante!» entrevistou o camarada Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, indigitado pelo PCP para assumir em breve a Presidência do órgão executivo da Área Metropolitana de Lisboa, que nos deu conta das principais questões que seriam objecto da atenção dos parlamentares comunistas e com as quais estes confrontaram as bancadas da maioria e do Governo.

— **Quais as principais razões que levaram o PCP, neste momento, a interpellar o Governo sobre as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto?**

A interpelação encontra justificação em razões de oportunidade política, de necessidade de alargamento do debate e de coerência de princípios. Em razões de oportunidade política porque a próxima constituição dos órgãos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto não deve criar falsas expectativas, nem pode vir a absolver o Governo das suas pesadas responsabilidades relativamente à situação de crise existente. Por razões de necessidade de alargamento do debate, uma vez que só se aproveitarão positivamente as potencialidades que se antevêm disponíveis, se formos capazes de construir pelo diálogo, pelo funcionamento democrático das instituições e pela cooperação, uma intervenção integrada que articule os diferentes níveis da administração e os diversos intervenientes no funcionamento das Áreas Metropolitanas. Finalmente, por razões de coerência de princípios, porquanto o PCP sempre tem pautado a sua acção política pela defesa dos interesses concretos das populações, pela melhoria da qualidade de vida das populações, pela participação dos directamente interessados nos processos de tomada de decisão que lhes respeitam.

— **Mas a verdade é que apesar desse empenho dos comunistas e seus aliados nas autarquias de maioria CDU as populações continuam a confrontar-se com inúmeros problemas, designadamente ao nível da sua qualidade de vida...**

Falando da experiência autárquica, é forçoso reconhecer que as autarquias locais das áreas metropolitanas, particularmente as de maioria CDU, realizaram e continuam a realizar um trabalho que em muito tem contribuído para valorizar e humanizar a vida urbana. Agora o que acontece é que a sua acção tem sido limitada por permanentes dificuldades financeiras resultantes, no fundamental, de uma injusta repartição de receitas entre a administração central e a administração local, e pelo carácter eminentemente centralizador da legislação vigente.

Acresce ainda que os problemas mais prementes que desqualificam e tiram funcionalidade às áreas metropolitanas não se enquadram nas atribuições e competências das autarquias locais.

— **São, por conseguinte, da responsabilidade do Poder central...**

Sem dúvida. E neste momento estamos perante uma importante oportunidade política de dar provas concluintes às populações das áreas metropolitanas de que os compromissos eleitorais e programáticos e todas as palavras promissoras de alterações positivas no seu difícil viver quotidiano podem ter expressão prática.

O Governo, mais do que qualquer outra instância de Poder, tem agora uma oportunidade de provar a sua determinação em cumprir o que sobre esta matéria inscreveu no seu programa: Com a constituição das áreas metropolitanas, o Governo sabe bem que as suas responsabilidades não ficaram diminuídas. Passa antes a tê-las acrescidas e a ter que prestar legalmente contas sobre as

— **É hoje praticamente consensual a ideia de que se vive mal nas Áreas Metropolitanas. Problemas como as acessibilidades, os transportes, a habitação, a saúde, o ambiente e a segurança das populações, aí estão, a testemunhar, o autêntico inferno a que são sujeitas centenas de milhares de pessoas. A que se deve esta situação?**

Os problemas persistem, em nossa opinião, porque os sucessivos governos não têm investido quanto deviam para melhorar a qualidade de vida dos portugueses em geral e dos das grandes cidades em particular.

Por outro lado, porque tem sido bloqueada a regionalização do Continente, a qual, como insubstituível factor de desenvolvimento das várias regiões do País, contribuiria a um tempo para a melhoria da qualidade de vida das populações dessas regiões e também para reduzir as pressões sobre as áreas metropolitanas.

Por último, porque têm sido fomentadas políticas que acentuam a injustiça na repartição da riqueza entre o capital, que aumenta e se concentra, e o trabalho, que vê reduzir-se o peso da sua remuneração.

— **afirma ao «Avante!» Daniel Branco**

— **A eleição em Abril próximo dos órgãos das Áreas Metropolitanas não permitirá a criação de condições para que no futuro haja uma adequada intervenção da parte destas no sentido de resolver os graves problemas existentes?**

As áreas metropolitanas que vão existir são instituições com competências mitigadas e portanto não devem ser criadas falsas expectativas, nem devem ser mitificadas em termos de se querer pedir delas mais do que está nas suas competências.

Não devem também ser transformadas em instâncias desculpabilizadoras do Governo - e este é outro aspecto essencial para o qual importa chamar a atenção - relativamente a problemas que este não consegue ou não quer resolver.

— **Seja qual for a volta que se dê ao problema parece que vamos sempre desembocar nas responsabilidades do Governo em toda esta matéria...**

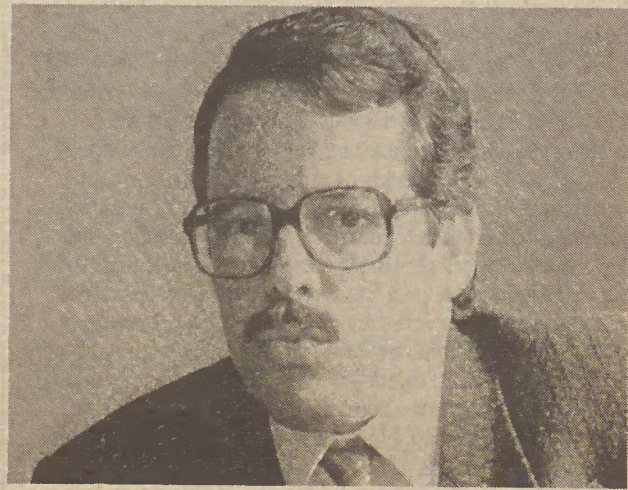
Mas é inegável... E mais: a questão nuclear desta interpelação do PCP ao Governo é a de saber se este continuará a promover, como sua, a

«política de ausência de política» que modelou as áreas metropolitanas, como lhe chamou já em 1983 o Prof. Simões Lopes, ou se, ao invés, entende que é tempo de arrepiar caminho e de articular com os municípios, com as novas instituições Áreas Metropolitanas e com as diferentes entidades que aí intervêm, opções estratégicas capazes de inverter o alastrar de todo o tipo de degradação que têm vindo a sofrer.

— **Podes concretizar com alguns exemplos?**

Os exemplos são muitos. Para ilustrar a situação citarei apenas três. No plano das infra-estruturas e de equipamentos estruturantes, por exemplo, a pergunta que se pode fazer é se o Governo quer continuar a decidir casuisticamente sobre as diferentes opções neste domínio, sem uma clara e fundamentada hierarquização de prioridades, ou se considera ser prioritária a concretização, participada por todos os potenciais intervenientes, de planos integrados de ordenamento do território?

No plano da saúde, por sua vez, a questão que se coloca é saber se vamos continuar



com um défice acentuado dos centros de saúde, com os que existem a funcionarem de forma deficiente, mal apetrechados em meios humanos e técnicos, com longas esperas e más condições de atendimento ou se, pelo contrário, é possível accionar um processo de construção acelerada de centros de saúde onde estes não existam ou onde estão degradados, dotando-os dos necessários meios humanos e equipamentos e de melhores condições de atendimento?

Ainda outro exemplo: continuaremos a assistir à agudização da contradição que se vem registando há décadas

em Lisboa e no Porto, com estas cidades a perderem população activa residente enquanto aumenta o número de empregos - fazendo com que sejam dispendidas cada vez mais horas em transportes - ou, pelo contrário, poderemos juntar estímulos para iniciar agora a superação do actual modelo radio-concêntrico, substituindo-o progressivamente por uma estrutura em rede de núcleos urbanos com fáceis interligações com o centro, entre si e com o exterior e progressivamente equilibrados entre população activa residente e postos de trabalho residentes? **JC**

Debate comprova:

PSD bloqueia regiões e centraliza

Prosseguir uma acção de bloqueio à criação das regiões administrativas em simultâneo com a manutenção de uma prática instrumentalizadora da tutela, em ordem a impedir a descentralização e a manter ingerências abusivas nas autarquias locais, tais parecem ser, no essencial, as posições do PSD e do seu Governo em matéria de regionalização e poder local.

A avaliar pelo debate parlamentar realizado na passada semana sobre o assunto, centrado em iniciativas do PS e PCP subordinadas a temas como a reforma administrativa, descentralização, regionalização e reforço do poder local, dificilmente se pode chegar a outra conclusão, tal a maneira como a bancada da maioria se distanciou das questões colocadas pelos partidos interpellantes.

A ausência de qualquer pedido de esclarecimento da sua parte, com o evidente propósito de esvaziar o debate, dá bem a ideia do modo como os deputados do PSD encararam o agendamento deste «pacote autárquico», do seu ponto de vista «precipitado e inoportuno», segundo acabaria por explicar Manuel Moreira.

Para este deputado, que considerou os projectos socialistas e comunistas como «reprises das IV e V Legislativas», teria sido preferível aguardar pelos resultados de um grupo de trabalho proposto pelo Governo à Associação Nacional de Municípios Portugueses, para só depois, então, agendar a legislação necessária para aperfeiçoamento do poder local.

Aparentemente sensata, tal opinião enferma todavia de um pequeno senão: é que esquece, isto para citarmos apenas um exemplo, que a legislação portuguesa prevê desde 1977 a existência de empresas públicas municipais e intermunicipais, exactamente uma das matérias que agora foi objecto de um projecto de lei rubricado pelo PCP; ora acontece que apesar dos sucessivos projectos de lei e debates parlamentares (o último dos quais foi em Fevereiro de 1990) e do próprio reconhecimento então feito pelo PSD quanto à necessidade de aprovação de um quadro legal neste domínio, a verdade é que já passaram mais de dois anos e continua a verificar-se uma lacuna, correndo-se o risco, como lembrou Luís Sá, de a Assembleia da República «não legislar com a celeridade que tanto tempo perdido impõe».

Os exemplos poderiam multiplicar-se para qualquer dos temas levados na passada semana a plenário, fazendo sem dúvida cair por terra, como de resto tratou de demonstrar o

deputado comunista, os argumentos sustentados pelo PSD quanto a uma alegada precipitação ou falta de oportunidade do PS e do PCP na apresentação das suas iniciativas legislativas.

Daí que não fossem poupadas críticas ao Executivo de Cavaco Silva, acusado por Jorge Lacão (PS) de ser o responsável pelo facto de o Estado ser «mais burocrático, mais clientelista, mais gastador e mais ineficaz», enquanto Luís Sá não hesitava em considerar que o PSD não quer regionalizar «porque já "regionalizou" de forma defeituosa, desconcentrada e não descentralizada, à margem das populações e sem legitimidade eleitoral ao criar as Comissões de Coordenação Regional que desempenham grande parte das atribuições que deviam caber às regiões administrativas».

Para a bancada comunista o problema que se verifica não é, pois, a dificuldade de definir áreas para as regiões, mas sim a falta de vontade política do PSD para as instituir, exactamente a mesma razão que o leva a optar pelo «centralismo, a burocracia, a falta de participação e o empobrecimento da democracia», em detrimento do cumprimento da lei das finanças locais no presente e nos anteriores orçamentos do Estado.

«A questão central no momento não é favor mas sim cumprir a lei em vigor, decidindo em termos favoráveis às autarquias a questão colocada ao Tribunal Constitucional», assinalou a propósito Luís Sá, acrescentando que a questão conexas «é combater a tentativa de o Governo cortar verbas impondo cargos que lhe competem, como aconteceu com as escolas C+S e pretende que aconteça com a rede complementar de estradas».

Referindo-se ao projecto de lei comunista que aprova o novo regime de tutela administrativa, que tal como os restantes baixou à Comissão Parlamentar de Administração do Território, Luís Sá esclareceu que o seu propósito é preservar a autonomia local, garantindo soluções democráticas e conformes à Constituição e alterando as disposições em sentido contrário da Lei nº 87/89. Trata-se, adiantou, da «tutela da legalidade em vez da tutela do mérito» e das «ingerências abusivas», da definição das «competências do Governo e não atribuição ao governador civil das que devem caber ao Governo», da «garantia de que as sanções são claramente tipificadas (...) e aplicadas exclusivamente pelos tribunais, em vez de serem aplicadas pelo Governo e eventualmente instrumentalizadas partidariamente».



6º ENCONTRO NACIONAL DOS PIONEIROS

Os Pioneiros de Portugal realizaram no passado domingo, nas instalações da Sociedade Capricho Setubalense, o seu 6º Encontro Nacional. Este dia foi também aproveitado para assinalar a chegada da Primavera, como forma de contribuir para a motivação das crianças e jovens para a defesa e preservação do meio ambiente. Por isso os Pioneiros de Portugal apelaram «a todos os governantes, instituições e pessoas que se preocupam com a defesa do meio ambiente que contribuam eficazmente para a mudança do caminho negro que até agora se tem percorrido». Mas os pioneiros não se ficaram pelas palavras e realizaram durante a tarde uma plantação de árvores na Avenida Belo Horizonte em Setúbal e uma visita à Arrábida, onde tomaram contacto com o trabalho do Bombeiro na defesa da serra, visitando o local onde no ano passado deflagrou o incêndio que danificou parte da sua vegetação. No final ficou uma enorme vontade de continuar, todos os dias, com pequenos grandes gestos, a aumentar os espaços verdes das terras e cidades do nosso país.

71º ANIVERSÁRIO

As comemorações do 71º aniversário do PCP continuaram com iniciativas em vários pontos do País. No fim-de-semana realizou-se em Vila Real um debate público e um jantar de confraternização, com 75 pessoas. Em Chaves, a JCP promoveu no sábado um debate com a juventude e à noite teve lugar um jantar com a participação de Vítor Dias, da Comissão Política do PCP, reunindo mais de 40 militantes e amigos.

Para assinalar o 71º aniversário do PCP, os comunistas do distrito de Braga realizaram nos dias 15 e 22 de Março, em Carvalhais e Bragança, duas iniciativas comemorativas. A primeira, contou com cerca de uma centena de militantes comunistas e apoiantes da CDU, em que estiveram presentes Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, e Serafim Brás, da Comissão Executiva Nacional. No convívio realizado no domingo em Bragança, participaram algumas dezenas de pessoas e interveio Serafim Brás, da CEN.

Na Lousã, efectuou-se, na sexta-feira, um jantar comemorativo, com a presença de 30 camaradas e amigos, onde participou Carlos Fraião, membro da Comissão Executiva Nacional. Este camarada esteve também em Soure, no domingo, onde se realizou um almoço comemorativo, na Associação Filarmónica de Alfaiões, com 70 pessoas.

Em Torres Novas, por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, foi promovido um almoço de aniversário do Partido, na Vila de Riachos, em que interveio, perante mais de uma centena de militantes e amigos, António Orcinha, da Comissão Executiva Nacional.

A Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo promoveu, no sábado à tarde, um encontro com jovens para assinalar o aniversário do PCP e à noite um convívio em que participaram mais de 150

camaradas e contou com a presença de António Dias Lourenço, membro do CC do PCP.

Em Ponta Delgada, realizou-se no passado dia 14 de Março, no CT do PCP um convívio de aniversário, em que participou José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores e membro da CEN do CC. No passado domingo, num almoço-convívio na Horta, estiveram presentes Aurélio Santos da CEN do CC, e José Decq Mota.

DIA DO ESTUDANTE

«Assinalado desde 1951 em 24 de Março, o Dia do Estudante constitui um momento de particular relevância na afirmação dos direitos e dos interesses específicos dos estudantes portugueses», refere um nota do Secretariado da JCP a propósito da efeméride.

Desde 1951 que as associações de estudantes institucionalizaram estas comemorações que, «quando foram proibidas em 1962, originaram um dos maiores movimentos estudantis de luta contra a ditadura fascista. Até ao 25 de Abril, comemorar este dia representava um acto de coragem e uma prova da determinação do movimento estudantil em romper as amarras impostas pelo regime fascista».

É só em 1987 que a Assembleia da República institucionaliza as comemorações do Dia do Estudante. «Este ano», continua o texto divulgado pela JCP, «as comemorações assumem particular importância por se realizarem num momento de forte contestação estudantil à política educativa do Governo PSD», contra o *numerus clausus*, o aumento das propinas e por outras importantes reivindicações.

A Assembleia Legislativa dos Açores, reunida em plenário, segunda-feira passada, aprovou por unanimidade um voto de saudação à população estudantil, apresentado pelo deputado comunista Paulo Valadão, que pretendeu desta forma assinalar o Dia do Estudante.

Luís Sá visita Almada

A obra da CDU está à vista

O deputado Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, acompanhado de camaradas da Comissão Concelhia de Almada e da DORS, efectuou recentemente uma visita àquele concelho para se inteirar das novas realidades sociais económicas e culturais.

Vocacionada para cidade-dormitório de Lisboa durante largos anos, Almada sofreu um crescimento demográfico notável entre as décadas de 40 e 70, com grandes fluxos migratórios de outras regiões do País, em particular do Sul. Simultaneamente dão-se alterações enormes na utilização do solo, que entre os anos 50 e 60 deixa de ser predominantemente rural para dar lugar ao crescimento da actual urbe.

A instalação de indústrias, com predominância para o sector de serviços, possibilita

que, a pouco e pouco, Almada passe a ter vida própria, com um desenvolvimento intenso em todas as áreas. Neste processo têm um papel de relevo as autarquias e o Poder Local democrático, no âmbito do qual, desde o 25 de Abril, autarcas comunistas e outros democratas trabalharam com empenho para o crescimento da cidade.

A visita de Luís Sá e dos dirigentes locais do Partido, começou no Departamento de Acção Urbanística (DAU) da CMA, instalado num edifício recente. Ao nível do seu funcionamento, as inovações introduzidas, algumas únicas no País, visam a desburocratização dos serviços: existe um sistema de recepção automático (de 24 horas) de processos e requerimentos, que são depois microfilmados, e é efectuado um

atendimento personalizado aos munícipes.

Os visitantes fizeram de seguida uma volta pelas principais obras e serviços do concelho, em que merece destaque, entre outros, o trabalho de recuperação e valorização do património, a Galeria Municipal de Arte, com exposições permanentes, a recuperação do núcleo histórico da Almada velha, com obras que abrangem cerca de 150 casas. Igualmente digno de nota é o trabalho com os jovens, que dispõem de uma Casa da Juventude, um Centro Informático e em breve poderão utilizar a nova Casa Municipal da Juventude, na Quinta de Stº Amaro.

Estão em construção várias estradas alternativas e um corredor para transportes públicos na Estrada Nacional nº 10, com o objectivo de

melhorar as acessibilidades do concelho. Na área do saneamento básico, a CM de Almada tem já em fase de acabamento a Estação de tratamento de águas residuais da Qª da Bomba. Uma outra obra importante é a construção do novo edifício da Junta de Freguesia do Pragal, a inaugurar em Abril.

No campo do desporto, a CM prevê inaugurar, no final de Maio próximo, o complexo desportivo municipal, projecto de grande vulto que vai possibilitar a realização no concelho de competições ao nível internacional nas mais diversas modalidades.

Estas realizações, como os visitantes puderam constatar, devem-se ao profundo empenhamento dos eleitos da CDU no desenvolvimento de integrado de todas as vertentes da vida do concelho.

OE/92 nega promessas eleitorais — afirma a DORB

Com o objectivo de «romper o silêncio a que, em geral, foram votadas as posições do PCP e a sua intervenção na discussão do OE de 92, na Assembleia da República» a DORB promoveu, sexta-feira passada, uma conferência de imprensa, que contou com a participação de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e deputado à AR.

Comentando as opções de fundo do Orçamento, a DORB afirma que «todas elas representam a mais completa negação de tudo o que foram as promessas eleitorais que deram suporte à constru-

ção da maioria absoluta do PSD». Entre os aspectos mais marcantes, o PCP destaca o brutal agravamento do IVA e do IRS, a inadmissível redução dos vencimentos reais de centenas de milhar de trabalhadores, a grande insuficiência das dotações em áreas socialmente sensíveis como a saúde, educação e habitação, a extorsão de 54 milhões de contos às autarquias e as restrições à actividade produtiva.

Ao serem rejeitadas as propostas do PCP para alterações orçamentais nas referidas áreas estão afastadas na

prática «as possibilidades de um PIDDAC 92 que, no plano distrital, corrija os enormes défices estruturais, de equipamentos, meios técnicos e humanos existentes nas diferentes vertentes sociais».

Dos deputados comunistas partiram propostas alternativas de que se destaca: a revogação da portaria dos 8 por cento de aumento para os trabalhadores da Função Pública; o cumprimento integral da Lei de Finanças Locais na atribuição do FEF, que lesou o distrito de Braga em cerca de três milhões de contos; o desagravamento dos impostos com a manutenção da taxa zero do IVA para

os bens e serviços essenciais e a actualização dos escalões e deduções no IRS; o reforço de verbas para habitação social promovida pelo Estado; numerosas propostas sectoriais em áreas específicas como a educação e juventude, mulheres e ambiente».

A DORB comprometeu-se a fazer um «acompanhamento rigoroso da execução deste Orçamento no que ao distrito diz respeito», afirmando que «não vamos aceitar que através dos habituais e conhecidos subterfúgios se neguem ao distrito os parques investimentos nele inscritos e aprovados na AR».

Reforma da PAC debatida em Vouzela

Por iniciativa da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, realizou-se em Vouzela, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no passado domingo, um debate sobre a reforma da PAC e as repercussões na agricultura portuguesa.

No encontro participaram Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e deputado, Lino de Carvalho, deputado, e Carlos Amaro, engenheiro agrónomo e membro da Comissão da Agricultura junto do CC do PCP.

Com uma numerosa assistência, constituída sobretudo por agricultores, dirigentes de organizações de lavoura, técnicos, autarcas e comarcas de baldios, o debate decorreu de forma muito animada e participada.

Era objectivo da iniciativa dar a conhecer aos agricultores da região de Lafões as posições do PCP sobre a reforma da PAC e auscultar as

opiniões dos que vivem e trabalham nesta importante zona agrícola.

Os presentes foram unânimes em considerar como problemas fundamentais a baixa de preços e os limites à produção, as reformas antecipadas, o emparcelamento, os leilões de gado e a rede nacional de abate, o sector cooperativo e as organizações dos agricultores, a reflorestação e o PAF, bem como os baldios, vistos como motor do desenvolvimento das populações serranas.

A importância deste tipo de encontros ficou demonstrada pela falta de informação que os agricultores sentem nomeadamente através do Ministério da Agricultura. A DORB salienta ainda, na sua nota à imprensa, o interesse manifestado pelos órgãos de comunicação regionais, que fizeram uma boa cobertura do debate.

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL FERREIRA

Faleceu em sua casa, em Linda-a-Velha, o escritor Manuel Ferreira que militava no PCP desde 1948 e integrava a célula dos Escritores da ORL.

Com 74 anos, Manuel Ferreira teve uma produção literária de quase cinquenta anos como prosador, poeta e ensaísta, onde se destaca a influência de Cabo Verde, a ligação a temas culturais e sociais africanos.

Foi presidente da Associação Portuguesa de Escritores, Director de Programas da RTP, a seguir ao 25 de Abril, e professor da Faculdade de Letras de Lisboa.

A célula dos Escritores, o Sector de Artes e Letras e a direcção do Sector Intelectual da ORL fizeram-se representar no funeral que se realizou no passado dia 19 de Março, para o cemitério de Carnaxide e em que participaram personalidades ligadas à cultura, à Câmara Municipal de Oeiras, à Associação 25 de Abril e muitos outros amigos e camaradas.

JOSÉ MARQUES

Faleceu no passado dia 14 de Março, com 58 anos de idade, José Filipe da Silva Marques, que desempenhava funções como presidente da Assembleia Municipal de Vila do Bispo.

JUDITE DE OLIVEIRA

Faleceu, no passado dia 7 de Março, com 80 anos de idade, Judite Coelho de Oliveira. Esta camarada pertencia à Organização de Freguesia dos Anjos e durante anos assegurou o funcionamento da banca do Rossio.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Áreas metropolitanas não podem substituir Governo

Por iniciativa da DORP e do grupo parlamentar do PCP realizou-se uma conferência de imprensa sobre as áreas metropolitanas, cujo texto divulgamos.

Vive-se mal nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Enquanto o interior se desertifica, estas áreas crescem desmedidamente de forma descontrolada. As cidades de Lisboa e Porto perdem população para a periferia. Os indicadores económicos não permitem avaliar até que ponto é violento o quotidiano de tantos e tantos moradores do Grande Porto. Envolvidos em deslocamentos pendulares casa-trabalho que prolongam algumas horas as jornadas de trabalho já demasiado longas. Com graves problemas de habitação. Com carências a nível de equipamentos, infra-estruturas, ordenamento, ambiente, saúde, segurança social. Com falta de apoios para a juventude, as crianças e a terceira idade. Com problemas de segurança cada vez mais graves.

É tempo de dizer basta, de alertar o País e chamar o Governo às suas responsabilidades. O Poder Local tem um grande papel, não pode fazer mais do que as atribuições e o dinheiro que tem lhe permite. Às Áreas Metropolitanas que vão ser instituídas cabem funções limitadas, essencialmente de coordena-

ção, que não lhes permitem substituir-se ao Governo.

Por isso, assume particular oportunidade e é de grande interesse público o facto de o Grupo Parlamentar do PCP ter agendado para a passada terça-feira na Assembleia da República uma interpeleção ao Governo tendo em vista a realização de um debate centrado nas responsabilidades do Governo e da Administração Central no que respeita às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e à contribuição para a resolução dos graves problemas que afectam as suas populações.

É ao Governo e não às autarquias que incumbe a política económica e social que permitirá enfrentar a grave questão da Habitação. O Governo vem fazendo cada vez menos no domínio da habitação social. É preciso inverter esta tendência.

A Área Metropolitana do Porto pode cooperar com o Governo para que a política seguida seja a mais correcta, para que o ordenamento do território seja o mais adequado, para que a tempo sejam tomadas as medidas integridas necessárias a uma correcta política habitacional, mas

nem os Municípios nem a Área Metropolitana dispõem de condições para, por si, resolverem o problema.

Mas outros exemplos poderiam ser dados.

Seja o caso da Ponte do Freixo, que há-de permitir fechar a Via de Cintura Interna. É dia a dia mais urgente encarar com decisão este projecto, de modo a dar uma solução capaz à repartição do tráfego rodoviário urbano e suburbano. Ahamos preocupante que no OE/92 se assista a mais um adiamento desta obra indispensável e que a proposta de alteração apresentada pelo PCP tenha sido rejeitada.

Seja ainda o caso do necessário desvio do tráfego de atravessamento Norte/Sul, que hoje utiliza a Ponte da Arrábida, já diariamente congestionada às horas de ponta. Transferi-lo simplesmente para a Ponte do Freixo não será a solução. É um problema relativamente ao qual é necessário perspectivar desde já uma solução para o futuro.

Outro dos grandes problemas é o dos transportes. É de uma violência intolerável que quem vive nos subúrbios do Porto seja forçado a gastar duas a quatro horas por dia em deslocamentos casa-trabalho. É um problema estreitamente

relacionado com o das vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias e com a falta de coordenação entre os vários meios de transporte da Área Metropolitana.

É urgente avançar com os projectos em torno do nó ferroviário do Porto, fazer a electrificação e duplicação da linha do Douro até ao Marco de Canavezes, modernizar e reequipar as linhas da Póvoa e de Guimarães e avançar com a implementação de um transporte rápido para a área do Grande Porto, designadamente através do aproveitamento das infra-estruturas existentes.

É preciso igualmente evitar que as Áreas Metropolitanas se transformem em exclusivo em centro de reivindicação ou em lobbies cegos e desresponsabilizados dos interesses locais. Mas para tanto é preciso também garantir que possam apoiar-se em indispensáveis serviços técnicos e administrativos próprios e adequados.

O que exige que todos, inclusive o Governo, assumam face às Áreas Metropolitanas uma atitude responsável, incompatível, obviamente, por exemplo, com

Propostas do PCP

Tendo em conta a gravidade dos problemas e no sentido de dar uma contribuição para que, após a interpeleção, a Assembleia da República se volte a debruçar sobre eles, o PCP apresentará em breve as seguintes iniciativas:

— Plano de Emergência para Habitação Social na Área Metropolitana do Porto.

— Proposta de Contrato-Programa no domínio do Saneamento Básico na Área Metropolitana do Porto.

— Abolição das portagens de Alfena, Maia, Formiga, Valongo e Campo, tendo em conta a utilização diária destes troços como vias urbanas.

— Programa de extensão da educação pré-escolar, tendo em conta a necessidade de superar os graves atrasos que existem na Área Metropolitana.

— Programa de recuperação dos centros históricos do Porto e Gaia.

a dotação prevista no Orçamento de Estado para a Área Metropolitana do Porto e que é, como sabeis, de 20 mil contos.

Neste momento a questão do abastecimento de água apresenta novos problemas com o aumento da poluição do Douro e as consequências resultantes da falta de um estudo de impacte ambiental quando da construção da barragem de Lever/Crestuma, como aliás o PCP alertou no momento oportuno.

Sem o conveniente tratamento das águas negras, os exdutores submarinos projectados, e aliás repetidamente postos em causa pelas carências financeiras das autarquias, podem mais servir para agravar do que para resolver os problemas. Este é um problema relativamente ao qual

se pode dizer que já há um dossier integrado. É necessário entretanto que se siga uma política de investimentos e equipamento igualmente integrada. O que só será possível de uma forma consistente dispondo de meios suficientes, que o Governo pode e deve garantir.

O Governo vem procurando transferir para as autarquias a responsabilidade pela resolução deste problema. É uma irresponsabilidade e uma hipocrisia. Irresponsabilidade porque Cavaco Silva prometeu, antes das eleições, dar solução ao problema da Habitação. Hipocrisia porque, além de não cumprir as suas promessas, tenta agora transferir obrigações para entidades que sabe não disporem de meios bastantes para lhes fazer frente.

Emigração exige órgão consultivo

1. Com o Decreto-Lei 101/90, o Governo PSD criou os Conselhos de País, o Conselho Permanente e o Congresso Mundial, atribuindo-lhes o pretensio carácter de «estruturas representativas da comunidade portuguesa». Assim, impôs a extinção do Conselho das Comunidades Portuguesas, órgão consultivo para a política de emigração, criado em 1980 e eleito periodicamente pelos emigrantes através dos seus órgãos representativos, designadamente as Associações.

Aprovado na Assembleia da República unicamente com os votos do PSD, o texto daquele Decreto-Lei concitou as críticas e a oposição de todos os outros partidos e suscitou a apresentação pelo PCP e PS de projectos de lei alternativos.

2. A Comunidade portuguesa, através do Conselho das Comunidades, foi, na oportunidade, vivamente crítica em relação ao boicote à actividade deste, denunciou a ilegalidade da sua não auscultação sobre a constituição das novas estruturas e manifestou em todos os continentes onde o Conselho estava constituído clara oposição ao esvaziamento do carácter representativo do movimento associativo, implícito na nova legislação.

3. Em comunicado de 23.2.91, o PCP alertava para a governamentalização das novas estruturas, intenção confirmada pela Portaria 39/91, que visava regulamentar o processo de formação dos Conselhos de País e atribuía aos representantes diplomáticos e consulares a competência de nomeação e constituição dos colégios em situações de inexistência de candidatos.

4. O Decreto-Lei 101/90, de 21 de Março, configura uma deformada concepção política das realidades da emigração no plano da expressão social dos emigrantes, das funções dos seus organismos representativos e da delimitação das competências entre estes e as instituições oficiais do Estado português.

É assim que:

— Dois anos após a sua publicação, não estão ainda constituídas as estruturas a que deu origem, o que tem levado à sistemática publicação e prorrogação de prazos.

— Se manifesta a contrariedade com que os representantes diplomáticos e consulares encaram a tarefa de presidirem à implementação das novas estruturas e o alheamento a que os potenciais membros dos colégios eleitorais de intelectuais, empresários e instituições religiosas as votam.

— Nos deparamos com o facto do Congresso Mundial das Comunidades Portuguesas, cuja efectivação o Decreto-Lei marcava para 1991 não se ter ainda realizado.

O PCP afirma que uma política que considere seriamente as realidades da emigração não pode ser executada à margem do movimento associativo, o qual, na presente conjuntura, sobressai como o elemento catalisador da dinâmica social das comunidades. Movimento autónomo, democrático e representativo, é através dele que se afirma a identidade portuguesa, os anseios e interesses das comunidades.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou a 21/1/92 um requerimento à Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (SEEC) que visa conhecer o processo de constituição das novas estruturas.

No quadro da presente situação, o PCP denuncia a política do PSD que contraria as promessas expressas em períodos de campanha eleitoral e reafirma a necessidade da existência de um verdadeiro órgão consultivo em matéria de política de emigração.

Lisboa, 19 de Março de 1992

A Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP

Milhares manifestam-se em defesa da linha do Tua

Vários milhares de pessoas concentraram-se na segunda-feira, na Praça Cavaleiro Ferreira, em Bragança, para protestarem contra o encerramento do troço entre Bragança e Mirandela da linha férrea do Tua.

A Comissão Concelhia de Macedo de Cavaleiros do PCP apelou aos seus militantes para participarem na manifestação, que foi convocada pelo denominado Grupo de Intervenção Nordeste (GIN) e recolheu apoios de diversos sectores sociais e políticos, entre os quais se contam associações empresariais e de agricultores, sindicatos e diversas personalidades.

Na concentração viam-se faixas com inscrições das organizações aderentes, entre as quais das Ligas de Agricultores de Macedo de Cavaleiros e Bragança, da União dos Sindicatos de Bragança-CGTP, da população de Vale da Porca, destacando-se uma que dizia: «Comunistas sempre na defesa da linha do Tua».

O PCP afirma que «há já vários anos vem alertando para esta situação» e repudia «a actuação do Governo e do Conselho de Gerência da CP que procuram, lenta, mas inexoravelmente liquidar a linha férrea do Tua».

Após algumas intervenções do promotores e face à proibição de realizar manifestações antes das 17 horas nos dias de semana, os presentes desfilarão pelas ruas

da cidade até ao Governo Civil. Aí uma delegação entregou uma carta reivindicativa para ser enviada ao secretário de Estado das Obras Públicas.

A população quer que a linha ferroviária do Tua seja integrada no plano ferroviário nacional e que as adaptações sejam feitas até 1997. É ainda pretendido que até essa data se mantenha o transporte e que o primeiro-ministro se desloque a Bragança para fazer o mesmo percurso de comboio efectuado em 1988 pelo Presidente da República.

Os organizadores da iniciativa exigem uma resposta às suas reivindicações dentro de 30 dias, sob pena de continuarem acções de luta, no sentido de consciencializar e alertar as populações da região, podendo estas alhear-se de votar em próximos actos eleitorais. O documento entregue considera a linha do Tua «uma estrutura fundamental ao desenvolvimento da região» prejudicada por «uma gestão criminosa».

«Desde 1982» - acrescenta-

ta - «a CP delineou uma estratégia de gestão criminosa e incompetente para levar ao encerramento das linhas férreas transmontanas, deixando de investir na reparação adequada das linhas, na sua melhoria e na modernização do material circulante».

O GIN entregou também ao governador civil de Bragança 10 mil assinaturas de apoio à manutenção da linha do Tua e vai fazer chegar à Assembleia da República mais de duas mil com identificação do bilhete de identidade para uma petição de discussão parlamentar.

Os utentes protestam contra a actual suspensão da linha, temendo que seja definitiva, no troço entre Bragança e Mirandela, decretada em Dezembro pela CP, que alegou falta de segurança.

Entretanto o conselho de gerência da CP tem negado que a linha tenha sido encerrada e propôs ao Governo vários planos de investimento, mas até agora não foi tornada pública qualquer intenção dos governantes de reparar a linha.

PCP saúda atletas

O Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva saudou «calorosamente a atleta **Albertina Dias** e o seu técnico **Bernardino Pereira**, pelo êxito conseguido em Boston, nos EUA, ao classificar-se em 3º lugar no Corta-Mato Mundial e em 2º lugar no Mundial de Corta-Mato da FIAA.

Este feito obtido em condições completamente adversas, é demonstrativo das potencialidades da atleta e bom augúrio para futuros êxitos desportivos, em particular para os Jogos Olímpicos de Barcelona/92».

PODER LOCAL

Évora: projectos de desenvolvimento cultural

Afirmar culturalmente Évora na Europa e comemorar o centenário do Garcia de Resende são dois objectivos da edilidade

A Câmara Municipal de Évora manifestou que um dos seus propósitos é afirmar a capital alentejana como cidade cultural a nível nacional e europeu.

O objectivo camarário foi divulgado terça-feira durante a cerimónia de assinatura de um protocolo de colaboração entre a autarquia e o Centro Dramático de Évora (CENDREV).

«O reforço dos laços de cooperação entre as duas instituições em prol do desenvolvimento da arte e do teatro» é um dos objectivos do protocolo, que privilegia o CENDREV como principal utilizador regular do teatro Garcia de Resende.

O município e o CENDREV vão desenvolver, durante o corrente ano, um programa de actividades para comemorar o centenário do teatro Garcia de Resende, edificado entre 1881 e 1892.

Uma monografia sobre o teatro, uma exposição sobre Gil Vicente, a realização da Bienal Internacional de Marionetas, novas produções teatrais e espectáculos de ópera e bailado são alguns dos pontos do programa comemorativo do centenário do Garcia de Resende.

O teatro está a sofrer obras de recuperação que são apoiadas pela Secretaria de Estado da Cultura, pelo município e pela Comunidade Europeia.

Além de uma companhia

profissional de teatro e de uma escola de formação de actores, o CENDREV congrega um departamento de escultura em pedra, a preservação e divulgação dos Bonecos de Santo Aleixo e uma unidade de infância teatral.

Por outro lado, a Câmara Municipal de Évora anunciou ter apresentado à Direcção-Geral das Políticas Regionais da CEE, em Bruxelas, o projecto de Cidades de Média Dimensão que, com oito cidades europeias, se propõe desenvolver nos próximos três anos.

Além do presidente do município eborense, Abílio Fernandes, da CDU, estiveram presentes na reunião de apresentação do projecto alguns representantes do Conselho de Municípios e Regiões da Europa e de várias cidades participantes na iniciativa.

Os representantes da Co-

munidade consideraram o projecto, liderado por Évora, da «maior importância», uma vez que se insere nas perspectivas de desenvolvimento do território comunitário preconizadas para a Europa dos Anos 2000, refere um comunicado camarário.

Segundo o município, um relatório recente, divulgado pela Direcção-Geral das Políticas Regionais da Comunidade Europeia, aponta para a «importância de uma visão estratégica do desenvolvimento futuro para cada cidade europeia, por forma a afirmar a sua identidade no todo europeu».

Simultaneamente, acrescenta a autarquia, «é realçada a importância da criação de redes de cooperação estratégica entre cidades» que permitam potencializar a sua capacidade de especialização e afirmação nos espaços regionais, nacionais e transnacionais.

O município eborense adianta que o projecto europeu de cidades de média dimensão «vem ao encontro desta filosofia», pelo que a Comunidade Europeia o classificou do «maior interesse comunitário, encorajou a sua realização e confirmou o seu financiamento».

A Câmara de Évora vai, brevemente, dar início à elaboração do plano estratégico de desenvolvimento de Évora, o qual projectará a cidade exteriormente e permitirá traçar as suas principais perspectivas e possibilidades de desenvolvimento económico.

Através do plano, o município vai examinar o papel estratégico que Évora poderá desempenhar em termos regionais, nacionais e europeus e a partir dele delinear um quadro de especialização que lhe permita afirmar-se concorrencialmente no espaço europeu.



Évora pretende integrar-se no projecto de cidades de média dimensão da Direcção-Geral das Políticas Regionais da CEE



Apresentado cabeça de lista da CDU no Faial

O médico Luís da Costa Ramos Bruno, de 38 anos, é o cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral da ilha do Faial nas eleições regionais de Outubro.

A notícia foi divulgada, domingo passado, durante um almoço comemorativo do 71.º Aniversário do PCP, realizado na cidade da Horta, no qual participaram meia centena de pessoas entre as quais o Coordenador Regional do PCP/Açores e membro da CC, José Decq Mota, o Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão, e Aurélio Santos, membro do CC.

Calorosamente aplaudido por todos os presentes, que o

saudaram como sendo o deputado que o Faial precisa, Luís Bruno afirmou na sua primeira intervenção pública, na qualidade de Candidato, que «sou contra a corrupção, o apadrinhamento e o compadrio reinantes. Sou contra formulações redutoras da Democracia que a restringem a dois partidos. Sou contra uma política económica e social que cada vez mais penaliza os que mais necessidades têm. Fundamentalmente candidato-me porque sou a favor de uma política que, embora perspectivada regionalmente, se empenhe na defesa do Faial com determinação, transparência e frontalidade».

Reunião de eleitos e activistas CDU em Coimbra

Realizou-se no Sábado, em Coimbra, uma reunião de eleitos e activistas da CDU nas autarquias locais daquele concelho.

A ordem de trabalhos da reunião incluía três temas: «rever e adequar ao momento presente a estratégia política dos eleitos da CDU nas autarquias do concelho de Coimbra, em situação de maioria ou minoria; apreciação do projecto do Plano Director Municipal recentemente posto a discussão pública pela maioria absoluta do Partido Socialista no executivo municipal; avaliação da actividade da Câmara e juntas de freguesia do concelho passados dois anos de mandato.»

As conclusões da reunião condensam numerosas críticas à actuação da maioria camarária durante estes dois anos de mandato e apreciam alguns aspectos essenciais do Plano Director Municipal.

Os eleitos da CDU criticam a opção claramente assumida pelo PS na Câmara quanto ao desenvolvimento do concelho no sentido de privilegiar a vertente terciária, com prejuízo dos incentivos e esforços no sentido de valorizar os investimentos e iniciativas nas áreas industrial e agrícola, exemplificando: «não são conhecidos reais incentivos ao investimento para implementação de novas empresas industriais; a prioridade ao alcatrão nas zonas urbanas esquece a necessidade de recuperação urbano-industrial da zona da Pedrulha-Eiras».

Além de se sublinhar o não cumprimento de

promessas constantes do programa do PS, foi ainda severamente criticada a postura centralista do executivo camarário, com particulares reflexos no relacionamento com as juntas de freguesia, nas quais as de maioria socialista têm sido claramente beneficiadas.

Os eleitos CDU manifestaram críticas ao Projecto de Plano Director Municipal pela ausência de uma clara definição de prioridades nos projectos indicados, mas acima de tudo pelas insuficiências na regulamentação de obras nas zonas fora da área urbana. A Câmara de Coimbra pretende, com efeito, aplicar a áreas com características geográficas, económicas e sociais completamente diferentes os critérios de gestão urbanística da área central da cidade, com óbvias inadequações e inconvenientes fáceis de deprender.

Os eleitos da CDU decidiram centrar a sua intervenção nos órgãos a que pertencem e na sua acção junto das populações no apoio a «uma estratégia de desenvolvimento do concelho, a qual deve passar essencialmente pelos aspectos seguintes: a Câmara deve incentivar investimentos industriais, privilegiando áreas junto aos nós rodoviários de ligação a vias internacionais, nacionais e regionais; deve ainda considerar prioritária a desconcentração urbana, privilegiando as vias municipais principais (ou de ligação da cidade a freguesias periféricas e interfreguesias), abastecimento de águas, esgotos e transportes».

Golpes do PSD na freguesia de Azaruja

A CDU tornou público o seguinte comunicado dirigido à população da freguesia de Azaruja (Évora):

Como é do conhecimento da população da Azaruja, em face dos resultados eleitorais obtidos pelos diversos partidos políticos em 1989, a CDU obteve a maioria relativa para a Junta de Freguesia.

Por motivos que não nos compete a nós avaliar, mas que a nosso ver se prendem com a infelicidade que atingiu Joaquim Graça, através de um grave acidente laboral, numa altura em que justamente vinha desenvolvendo um bom trabalho, foram os membros da Junta de Freguesia eleitos por outros partidos, sistematicamente faltando às reuniões, o que por imperativos legais originou a perda do seu mandato e a tomada de posse de 2 elementos eleitos pela CDU.

Assim, a CDU passou a ter a maioria absoluta na Junta de Freguesia, sendo o cargo de Presidente da Assembleia de Freguesia da responsabilidade de um eleito do PSD.

Agora que a Junta se encontra a trabalhar, com um Plano de Actividades aprovado e obras em curso, quer da sua inteira responsabilidade, ou em colaboração estreita com a Câmara Municipal, como sejam a ETAR, arruamentos, jardim de infância, electrificação da zona de expansão, abertura de uma cantina escolar, eis que são provocadas eleições antecipadas, em resultado da demissão do Presidente da Assembleia de Freguesia.

Assim, dia 24 de Maio, de novo os eleitores da Azaruja

irão decidir quem deve ficar a presidir à responsabilidade de encontrar as melhores soluções para os problemas com que hoje ainda nos debatemos. Pela nossa parte, pensamos que encetámos uma obra que vale a pena continuar, necessitando somente de estáveis condições de trabalho. Tal situação passa, a nosso entender, por um reforço da votação na CDU, no próximo acto eleitoral de 24 de Maio.

A população da Azaruja pode estar certa de que os eleitos da CDU na Azaruja saberão honrar as suas responsabilidades, e de que, em estreita colaboração com a Câmara Municipal e sabendo ouvir as opiniões e sugestões dos seus conterrâneos, saberão encontrar as soluções adequadas para que a vida das nossas gentes seja mais digna e solidária.

PARLAMENTO EUROPEU

RETEX deve incluir cláusulas sociais mínimas

Parecer de Sérgio Ribeiro sobre o RETEX aprovado na Comissão Económica do PE

A Comissão Económica, Monetária e da Política Industrial do Parlamento Europeu considera necessário que se incluam cláusulas sociais mínimas em todos os acordos e protocolos relativos à concretização do programa RETEX (relativo às regiões fortemente dependentes do sector têxtil/vestuário).

A proposta consta de um parecer, da autoria do eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, aprovado no passado dia 18, sobre um projecto de recomendação da Comissão da Política Regional, do Ordenamento do Território e das Relações com os Poderes Regionais e Locais, e reveste-se da maior importância para Portugal.

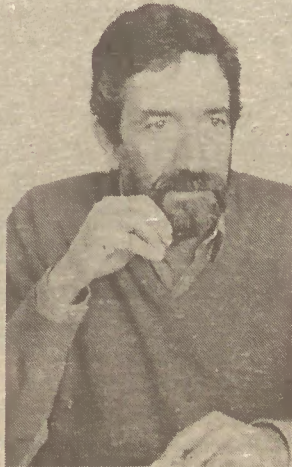
A recomendação visa a criação de condições para apoio às regiões que, sendo menos desenvolvidas, em declínio industrial ou rurais menos favorecidas, estejam fortemente dependentes do têxtil/vestuário, o que desde logo a define como iniciativa de desenvolvimento regional e não como programa sectorial. É uma iniciativa, como se salienta no relatório de Sérgio Ribeiro, que «reflecte a importância de tal sector e a sua fragilidade», para cuja tomada de consciência muito contribuíram o Parlamento Europeu e os portugueses Carlos Carvalhas, com o seu

parecer sobre o Acordo Multifibras (AMF), e João Cravinho, com o relatório dele decorrente.

No actual parecer considera-se, no entanto, que, não obstante o valor da iniciativa, esta deveria ser considerada no âmbito dos recentes acordos de Maastricht; no «sentido da salvaguarda ou desenvolvimento da capacidade concorrencial da indústria da Comunidade».

Segundo o documento, importa sublinhar que «as grandes linhas de orientação vão no sentido da modernização e da diversificação, pelo que respeita a todos os sectores, com ajudas regionalizadas ao investimento, particularmente para melhoria da organização empresarial e interempresarial, e para formação dos trabalhadores».

Para concretizar tais orientações propõe-se, como complemento às acções previstas para o sector têxtil/vestuário no Quadro Comunitário de Apoio (QCA), medidas a favor da melhoria do *know-how* empresarial, acções de cooperação interempresarial, criação de uma equipa de animação e consultoria para apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME), contribuição temporária para financiamento de quadros em empresas com planos de



modernização e acções de formação profissional, recuperação de baldios industriais, melhoria de acesso a capitais de risco.

Considera o parecer de Sérgio Ribeiro que «importaria precisar» algumas das anteriores formulações, em particular no que se refere ao «acesso a capital de risco», bem como tornar claro que «as assistências técnicas por peritos externos só terá eficácia se houver um real conhecimento do sector, das características e especificidades nacionais e regionais do sector, e também das características e especificidades de cada região».

Por outro lado, chama-se a atenção para a «relativa exi-

guidade» dos meios financeiros disponíveis para a iniciativa, bem como para a necessidade de «definir os critérios para as contrapartidas nacionais». Sublinha-se ainda, neste âmbito, o facto de, a partir de 1993, a segunda *tranche* - de 400 milhões de ecus - estar «condicionada pela adopção das perspectivas financeiras para o período 1993-1997», ou seja, o tão falado «Pacote Delors II», que está longe de reunir o consenso dos Doze.

Para além destes aspectos, o parecer de Sérgio Ribeiro considera que a recomendação não dá «o necessário relevo» à participação dos parceiros sociais e das autoridades regionais.

Na opinião do eurodeputado comunista, subscrita pela Comissão Económica, importa que o programa de apoios contribua para que a competitividade de algumas regiões da Comunidade deixe de se basear, em definitivo, na vantagem comparativa de baixos salários e mais desfavoráveis condições sociais, incluindo situações extremas de trabalho infantil, e passe a ser o resultado da capacidade de gestão, da produtividade do trabalho, da qualidade do produto.



Política Agrícola Comum não agrada a ninguém

A Comissão não teve coragem para iniciar uma verdadeira reforma da política agrícola comum, antes preferindo fugir aos problemas de fundo e perspectivar uma agricultura cada vez mais transformada em organização de reformados e pensionistas precoces.

A afirmação é de Rogério de Brito, deputado do PCP no Parlamento Europeu, no recente debate dos relatórios Bocklet, referentes à reforma da PAC.

Uma conclusão fundamentada no facto de as propostas legislativas em análise terem suscitado mais de 700 emendas na Comissão de Agricultura, procurando alterar profundamente a sua orientação e a sua própria natureza, numa evidente manifestação, como fez notar Rogério de Brito, da inexistência de uma base minimamente consensual para avançar com racionalidade e eficácia em matéria tão sensível quanto o é a Reforma da PAC, pese o facto de a mesma ser uma exigência por todos reconhecida.

Para o eurodeputado, os conteúdos das referidas emendas «traduzem a dimensão da conflitualidade resultante da diversidade dos condicionamentos naturais, económicos, sociais e estruturais que marcam o espaço comunitário e condicionam os interesses nacionais, regionais e de grupo que lhe estão inerentes».

Esta uma realidade que exigiria da Comissão propostas orientadas para uma reforma capaz de compatibilizar tamanha diversidade «com a racionalização dos modos e sistemas de produção, corrigindo os excessos de intensificação produtiva e viabilizando o desenvolvimento das agriculturas mais atrasadas e deficitárias». Mas, para Rogério de Brito, a Comissão «não teve coragem» para iniciar tal política, antes preferindo «fugir aos problemas de fundo e perspectivar uma agricultura cada vez mais transformada em organização de reformados e pensionistas precoces». Por isso mesmo as propostas não agradam nem a gregos nem a troianos e caem em flagrantes contradições ou incoerências.

Exemplificando tais incoerências, o eurodeputado assinalou o facto de a Comissão afirmar, por um lado, ter como objectivo prioritário a extensificação das produções vegetais e animais, e propor, por outro lado, a retirada da terra à produção forrageira sem estabelecer para as explorações uma relação integrada entre a produção forrageira e as necessidades alimentares dos efectivos pecuários, condição necessária para o êxito da própria extensificação. Incoerente é também o facto de a Comissão pretender a ocupação de terras com aptidão agrícola com a floresta, sem ter em conta os Estados-membros e as regiões onde a superfície agrícola é já escassa e onde as áreas não agrícolas se encontram com baixa cobertura florestal, ou mal florestadas e onde a floresta é devorada pelos incêndios a um ritmo superior ao das plantações e à recuperação natural.

Não menos incoerente é a afirmação, como grande princípio, da coesão económica e social, quando a Comissão se propõe generalizar a situação e as consequências dos «excedentes», sabendo que há Estados-membros fortemente condicionados pelos défices agro-alimentar e da balança do comércio externo na generalidade. E mais incoerente é ainda que a Comissão pretenda que estes Estados sejam penalizados por excedentes para que não contribuam, chegando ao ponto de lhes tornar extensiva a retirada de terras de aptidão agrícola à produção, mesmo sabendo que por razões de ordem climática e agológica estes Estados não só são fortemente deficitários como têm uma reduzida área de aptidão agrícola e baixas produtividades no conjunto das produções economicamente estratégicas.

Por tudo isso, para Rogério de Brito, as propostas legislativas da Comissão constituem a mais cabal demonstração da incapacidade de reformar e estruturar a Política Agrícola Comum de uma forma intersectorial e articulada, capaz de conter os indispensáveis mecanismos de modulação e ajustamento aos condicionamentos naturais e agro-estruturais.

Conclusões

De acordo com o relatório apresentado, a Comissão Económica, Monetária e de Política Industrial do PE decidiu apresentar à Comissão de Política Regional as seguintes conclusões:

1. Regista, com satisfação, que a Comissão se tenha decidido a apresentar uma comunicação sobre a iniciativa comunitária relativa às regiões fortemente dependentes do sector têxtil/vestuário (RETEX); considera que, no quadro em que se propõe a iniciativa, deveria haver referência explícita ao Título XIII sobre indústria, no texto do tratado saído de Maastricht.

2. Reconhecendo a relevância da vertente regional do sector têxtil/vestuário, considera prejudicial qualquer tendência para isolar, ou tornar estanque as abordagens, pelo que, aceitando que a iniciativa se trata de uma acção de desenvolvimento regional, não pode ser menos um programa sectorial e intersectorial dada a preocupação de promover a diversificação.

3. Assim, pede à Comissão que precise as orientações RETEX capazes de ajudarem a vencer as fragilidades da indústria europeia, como a fraqueza do seu potencial de investigação, a diminuição das suas quotas de mercado e a partilha do mercado interno, tendo em conta que não tem sentido a demarcação entre uma acção de desenvolvimento regional e um programa industrial, sobretudo quando o sector se confronta com uma concorrência internacional forte e com problemas estruturais.

4. Entende necessário que, para acelerar a adaptação das regiões e do *know-how* em conformidade com o título XIII do Tratado saído de Maastricht, deveriam ser tomadas iniciativas e medidas comunitárias, no quadro do programa para que: a assistência técnica visada no RETEX encorage a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das PME's, nomeadamente a cooperação entre elas; na escolha dos técnicos para a equipa de animação e consultoria, e para apoio a planos de moder-

nização, se privilegie e assegure o real conhecimento das características e especificidades nacionais e regionais do sector, bem como das características e especificidades de cada região; o acesso ao mercado de capitais, e particularmente às empresas de capital de risco, possa ser facilitado por uma garantia comunitária para as suas operações financeiras a fim de diminuir os riscos; se apliquem com mais flexibilidade as regras do FEDER, enquanto não houver decisões relativamente ao chamado Pacote Delors II.

5. Considera poderem revelar-se escassos os recursos financeiros consignados ao programa, e espera que, na discussão das perspectivas financeiras para 1993-1997, em que se incluirão os previstos 400 milhões de ecus, esta verba possa ser, eventualmente e à luz das aplicações anteriores, reforçada.

6. No âmbito da discussão do Pacote Delors II, e da sua regulamentação, será desejável que as regras a adoptar tenham em conta as particularidades das regiões que justificam a necessidade do programa RETEX.

7. Lamenta que, tal como se apresenta, a recomendação não valorize o princípio do *parténariat*, como deveria ser próprio de um programa prioritariamente de desenvolvimento regional, recomendando uma explícita referência à participação efectiva no programa, em todas as suas fases, dos parceiros sociais e das autoridades regionais.

8. Considera necessário que se incluam cláusulas sociais mínimas em todos os acordos e protocolos relativos às concretizações do programa, aferindo a prática social, nomeadamente no relativo ao trabalho infantil, pelas convenções da OIT e Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, condição para exigir de terceiros igual procedimento e lutar contra o *dumping* social.

9. Insiste na utilidade de um Observatório Têxtil que acompanhe, estatisticamente, a evolução do sector.

África do Sul

«Sim» a uma política não racial e democrática

A vitória esmagadora do «Sim» no referendo (só para brancos) realizado na África do Sul abre novas possibilidades para se avançar no caminho da total liquidação do «apartheid», em particular no plano político. Como é conhecido, 68,7% dos votos foram de apoio às reformas em curso, reflectindo pelo menos o realismo de um eleitorado que massivamente afluíu às urnas — 85,7%.

De referir, em particular, os resultados obtidos em Joanesburgo — 78,3% dos votos «Sim», e os da circunscricção de Pretória, tradicionalmente de supremacia conservadora — 57,28%.

No seu comentário aos resultados do referendo, o Partido Comunista Sul-Africano sublinha: «O resultado confirma o que há muito afirmamos, de que a esmagadora maioria dos sul-africanos é a favor de negociações por uma nova África do Sul não racial e democrática», sublinhando aguardar «agora um progresso nas negociações rápido e significativo».

Para Mandela, em entrevista à televisão oficial sul-africana, o triunfo do «Sim» trouxe grande alívio aos negros por todo o país e constitui uma fonte de encorajamento aos que pensam em termos de bem-estar de toda a população.

Mandela voltou a defender a formação de um executivo provisório — a incluir personalidades das principais forças políticas brancas e negras — que deveria administrar o país até à realização de eleições gerais não segregadas.

O dirigente do ANC afirmou ainda — «a nossa posição é de que as sanções não devem ser levantadas até à posse de um governo de unidade nacional», sublinhando que «apesar do resultado excitante do referendo, que saudamos, ainda estamos muito longe de apresentar um governo interino».

No plano estritamente político, os factos parecem apontar para uma aceleração do processo.

Em entrevista publicada em Paris pelo jornal «Liberation», o ministro da Defesa da África do Sul, Rolf Meyer, garantiu que a formação de um «governo de transição multi-racial» é «uma questão de poucos meses», muito embora seja necessário chegar a um acordo quanto a um modelo de transição.

Entretanto o governo sul-africano anunciou o fim de todas as eleições municipais baseadas em critérios raciais. O ministro do Poder Local e Habitação afirmou que a questão dos governos locais será debatida com carácter de urgência na Convenção para uma África do Sul democrática, CODESA.

Assim, a primeira fase de transição — um governo interino que supervisione futuras eleições — poderá ser rapidamente implementada. É no que respeita à segunda fase — durante a qual será elaborada a futura Constituição — que ainda se verificam as maiores divergências.

Para Mandela, o processo político de transformação de África do Sul só poderá ser

considerado irreversível quando se realizarem as primeiras eleições livres e justas, nos termos da futura Constituição.

É no plano económico que a realidade do «apartheid» será bem mais difícil de superar. No próprio dia em que foram divulgados os resultados do referendo, o ANC, o Partido Comunista e a central sindical COSATU convocaram uma manifestação de protesto contra o orçamento de Estado, exigindo um orçamento para «todo o povo sul-africano — não somente para os ricos e brancos, um orçamento que reduza o dinheiro destinado às forças armadas, corte os projectos secretos e demita os governantes incompetentes».

No documento então divulgado, o ANC exige maior atenção à resolução dos problemas de habitação, cuidados sanitários, educação e abastecimento de energia eléctrica, e reclama paralelamente o fim das privatizações e da reestruturação unilateral da economia, a realização de conferências sobre educação, habitação, saúde e outras áreas.

Note-se que, na África do Sul, uma em cada duas famílias vive com cerca de 600 rands/mês (cerca de 30 contos). A taxa de desemprego situa-se próximo dos 40 por cento e afecta em particular a população negra.

Em 1991, o país registou uma quebra no seu produto nacional bruto (PIB) da ordem dos 0,6%. O sector mais afectado foi o da construção



As últimas eleições só para brancos

civil, considerado como o que gera maior número de postos de trabalho.

Em causa — para além da actual situação económica — está a própria política a implementar nesse domínio, emergindo aí a questão das nacionalizações como problema fulcral.

Em encontro com empresários e diplomatas, reali-

zando pouco depois da divulgação dos resultados do referendo, Nelson Mandela afirmou que o Congresso Nacional Africano mantém as nacionalizações como política oficial, mas «está a rever continuamente esta opção, devido à hostilidade dos investidores».

Mandela afirmou que o ANC mantém como política

a nacionalização das minas, instituições financeiras e monopólios, mas permitirá a operação de forças de mercado noutros sectores. E garantiu, ao encerrar a sua intervenção no encontro, que um governo do ANC reformará e democratizará os serviços civis, a política e as forças armadas, de maneira humana e não discriminatória.

Jugoslávia em notícias

Mais de um milhão de deslocados

Cerca de um milhão de jugoslavos tiveram de deixar as suas casas em consequência da guerra, de acordo com um relatório do Ministério federal da Informação, divulgado hoje pela Agência Tanjug.

Os dados foram recolhidos pela Cruz Vermelha jugoslava e revelam que a Sérvia acolheu 164 744 deslocados e a Bosnia-Herzegovina 93 736.

Cerca de 330 mil refugiados croatas, vindos de zonas de guerra, refugiaram-se no resto da Croácia e 16 mil na Eslovénia, segundo dados do alto comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

O relatório do Ministério indica ainda que 200 mil jugoslavos deixaram o país desde que eclodiu a guerra civil.

Apesar do cessar-fogo, a situação continua tensa.

Greve na Eslovénia

Os trabalhadores eslovenos efectuaram uma greve de duas horas contra os salários baixos e a política económica do executivo, revelou a agência noticiosa eslovena.

Segundo a mesma fonte, a greve foi observada por cerca de 400 000 trabalhadores, aproximadamente 60 por cento da população activa da Eslovénia.

Os observadores indicaram que a paralisação, integrando trabalhadores de todos os sectores, constituiu um aviso para a coligação governamental de centro-direita chefiada por Lojze Peterle.

Os trabalhadores eslovenos ganham em média 200 dólares mensais (cerca de 29 mil escudos).

A Eslovénia, que com 8 por cento da população jugoslava foi no passado o motor

económico da Jugoslávia, gerando 25 por cento do produto interno bruto e 1/3 das divisas do país, enfrenta tempos difíceis depois da independência.

Bosnia-Herzegovina Acordo em Sarajevo

A Bosnia-Herzegovina será um Estado independente, composto por «três unidades constituintes», refere o acordo de princípio alcançado em Sarajevo.

A declaração, considerada «uma base para futuras negociações», foi aceite pelos líderes das três comunidades étnicas, Alija Izetbegovic (muçulmana) Rodovan Karadzic (sérvia) e Mate Boban (croata) durante a quinta ronda de negociações.

O documento prevê a «manutenção das actuais fronteiras» e assegura que nenhum governo da Bosnia-Herzegovina «encorajará ou apoiará reivindicações de Estados vizinhos».

A soberania do futuro Estado residirá «nos cidadãos das nacionalidades muçulmana, sérvia e croata e de outras etnias», que participarão nos «órgãos das unidades constituintes e nos órgãos centrais da república».

As futuras «unidades constituintes» do país serão «estabelecidas por um grupo de trabalho, com base nos princípios nacionais, económicos e outros», devendo a sua criação passar pela alteração da constituição a «confirmar por referendo».

As três partes comprometem-se também a respeitar os direitos humanos, a propriedade privada, a economia de mercado e a assegurar eleições livres e a liberdade política e religiosa.

O acordo de princípio prevê que a Bosnia-Herzegovina tenha «uma assembleia directamente eleita e um parlamento das unidades constituintes, com igual número de representantes».

África

Um terço da população sofre de fome

Pelo menos 19 crianças morreram de fome nos últimos meses no distrito de Guru, província de Manica. As vítimas faziam parte de um grupo de 640 crianças internadas entre Outubro de 1991 e Janeiro deste ano no centro de Saúde daquela comunidade, afectadas por problemas graves de má nutrição e doenças consequentes. Um exemplo, entre muitos, da dramática situação que se vive no continente africano.

«Ameaça de fome» generalizada em Moçambique, «desastre» na Zâmbia, colheitas quase completamente

destruídas na região mais povoada da Namíbia — estas as expressões de alarme que nos vêm do continente africano, face a uma das piores secas do século, e cujas origens estão também na superexploração de recursos, um processo de desertificação ligado em grande medida ao subdesenvolvimento.

A maioria das colheitas cerealíferas do Sul estão destruídas, nomeadamente as de milho, base tradicional da alimentação na região.

O presidente do Zimbábue lançou um apelo à ajuda da comunidade internacional

para fazer face ao que considerou uma «verdadeira catástrofe nacional».

Segundo um Relatório conjunto da FAO, UNICEF e OMS, agora apresentado no decorrer de uma conferência regional, um em cada três africanos sofre de subnutrição e 17 países subsarianos lutam contra a falta de recursos alimentares.

A FAO alerta ainda para os perigos das políticas de austeridade, que restringem as importações de víveres e de outros bens necessários ao crescimento económico do país.

À VENDA

O Militante

Sobre a

UNIÃO SOVIÉTICA

Mesa-redonda com
ABOIM INGLEZ • VICTOR ALVES • LURDES GONÇALVES





Sete estudantes e um jornalista foram feridos e outros 43 detidos pela polícia durante mais uma manifestação que juntou em Paris cerca de 20 000 estudantes contra o projecto de reforma universitária do ministro francês da Educação.

A reforma projectada pelo ministro prevê nomeadamente uma especialização mais acentuada dos estudantes no sentido da inserção profissional.

Estudantes e professores receiam que esta reforma conduza a médio prazo ao desaparecimento de certos cursos universitários como a Comunicação e Artes.

França

Queda acentuada do PS em eleições regionais

As eleições regionais realizadas este fim-de-semana em França, em que se registou acentuada dispersão de votos, com a queda vertical do PS e a estagnação da oposição da direita «clássica», deixou quase todas as 26 regiões sem maiorias claras, abrindo um período de manobras e concertações políticas.

A queda do Partido Socialista Francês, no poder desde 1981, e que perdeu mais de 10 pontos em relação às últimas eleições europeias de 1989, reflecte sem dúvidas um profundo descontentamento por uma política que se tem vindo a reflectir no agravamento das condições de

vida da maioria da população. A estagnação da direita dita «clássica» mostra que o eleitorado também não confia em tal alternativa (já antes experimentada), apostando, entretanto, numa percentagem preocupante — 14% —, no partido da extrema direita racista de Le Pen.

Simultaneamente, as formações ecologistas entram em força na vida política (11%). Os comunistas, com 8 por cento dos votos registaram alguma estabilização. Comentando este resultado, o secretário-geral do PCF, Georges Marchais, afirmaria que o Partido Comunista «recebeu sensivelmente mais

Na verdade, esta faceta do projecto, e a concepção que lhe está subjacente de estreita especialização, vai mesmo ao arripio do relatório sobre formação/emprego, elaborado em 1984 pelo Comité de educação da OCDE, em que se afirma: «A proliferação de medidas de curto prazo destinadas a garantir uma formação profissional muito circunscrita tende a reforçar mais ainda a injusta rigidez que caracteriza as ligações entre a educação recebida no início da vida e o mercado de trabalho. As medidas conjunturais visando remediar os «handicaps» no mercado do trabalho têm um efeito perverso. Podem mesmo ir contra o seu objectivo explícito».

votos que nas eleições europeias» e «a quebra de votação no partido começou agora a inverter-se».

Estas eleições, em que participou 68% do eleitorado, mais do que o anteriormente previsto, foram as eleições duplas: renovação dos 22 Concelhos Regionais da França metropolitana (e de quatro regiões do ultramar) e de metade dos Conselheiros Gerais (executivo nos departamentos).

A importância destas eleições — para além dos seus óbvios reflexos no plano político mais geral — está na política de descentralização que tem vindo a ser implementada. Actualmente estão em debate, nas regiões, questões como a construção de escolas, a formação contínua e a aprendizagem, a planificação e o desenvolvimento económico, e a ligação com o Estado. Os departamentos — historicamente muito anteriores, pois foram criados pela Revolução Francesa — foram dotados de competências mais vastas, nomeadamente a assistência social.

No quadro político que até agora vigorava, apenas duas das 22 regiões eram dirigidas pelos socialistas. Uma terceira presidida por um centrista aliado do presidente Mitterrand. As outras 19 governadas pela direita, das quais seis com o apoio da Frente Nacional de extrema direita.

Um quadro que naturalmente será agora reequacionado. Possivelmente na perspectiva de uma maior diversificação de forças políticas. Mas também com o perigo

agravado do maior peso eleitoral do partido de Le Pen.

Esta evolução do voto do eleitorado, em que se destaca a queda do PS, vem marcada pelo descontentamento gerado por uma política lesiva dos interesses dos trabalhadores, como o testemunha a evolução registada quer em termos salariais, quer em termos de emprego.

Assim, em 1991, no sector privado, o salário/hora apenas aumentou em 4,2%, uma quebra de um ponto em relação a 1990. Para 1992, as perspectivas são piores, com o Estado a limitar os aumentos do sector público a 2,6%, quando a inflação prevista oficialmente é de 2,8% e, segundo os especialistas do Observatório francês da Conjuntura Económica, de 3,2%.

No plano do emprego, a aposta é no trabalho precário, sendo de realçar que o desemprego parcial aumentou de 207%, segundo os números do Ministério do Trabalho.

Uma aposta claramente explicitada nas páginas do «Tribune de l'Expansion», em que se afirma: «Na realidade é preciso distinguir a tendência secular para a redução do tempo de trabalho, que está naturalmente ligada ao progresso técnico, e flexibilização das modalidades de trabalho, em particular o desenvolvimento do tempo parcial».

Política que muito naturalmente leva à liquidação na prática do salário mínimo, e ao aumento do peso social do desemprego, cujos subsídios já hoje representam uma das maiores rubricas nas despesas do orçamento nacional.

BULGÁRIA

Mais de 30 000 apoiantes do Partido Socialista Búlgaro, PSB (ex-P. Comunista), manifestaram-se em Sofia contra a política do governo, reivindicando «pão, trabalho e democracia».

Intervindo na manifestação, Nora Ananieva, do grupo parlamentar socialista, denunciou «a falta de competência, a política aventureira, a traição dos interesses nacionais e a corrupção da União das Forças Democráticas, no poder».

Outro dirigente partidário, Yanaki Stoilov, afirmou que as leis, aprovadas pela maioria parlamentar, de direita, «agravam mais ainda a difícil situação socioeconómica» da Bulgária.

«A restituição primitiva e total dos bens, uma decisão sem paralelo nos outros países do Leste europeu, apenas aumenta o desemprego», acusou Stoilov.

Os manifestantes gritavam palavras de ordem e empunhavam cartazes onde se exigia a demissão do governo e novas eleições legislativas.

Stoilov defendeu a participação dos trabalhadores na privatização da economia e insistiu em que o governo deve preocupar-se mais com a segurança nacional e a luta contra a delinquência.

EUA

○ Congresso dos Estados Unidos aprovou um plano de relançamento da economia ao qual o presidente George Bush opôs imediatamente o seu veto, num cenário conhecido antecipadamente.

O plano do Congresso, que comporta reduções de impostos para as classes médias compensadas por aumentos aos mais ricos, votado primeiro pela Câmara dos Representantes, foi aprovado pelo Senado minutos antes de um discurso do Presidente na Casa Branca.

Bush começou este discurso anunciando que tinha assinado o texto opondo o seu veto antes mesmo de conhecer o voto dos senadores.

ESPAÑA

Mais de 100 concentrações silenciosas ocorreram em várias regiões do País Basco e Navarra convocadas pela organização «Gesto pela Paz» para protestar contra os atentados registados em Barcelona.

As pessoas permaneceram em silêncio durante 15 minutos, empunhando cartazes em que se lia «Vamos dar uma oportunidade à paz, porque não a paz? Di-lo com o teu silêncio».

Num comunicado, «Gesto pela Paz» assinala que é cada vez mais difícil para quem apoia e exerce a violência, continuar a ignorar a resposta pacífica à violência dada pelo povo basco.

MOÇAMBIQUE

A guerra foi responsável pela destruição ou encerramento de 3000 escolas em Moçambique, entre 1982 e 1987, afirmou em Maputo o director nacional do ensino primário, Manuel Golias.

O dirigente escolar falava em entrevista ao jornal «Notícias», acrescentando que no período em referência mais de 50 por cento das crianças em idade escolar não conseguiram acesso ao ensino, sobretudo nas áreas rurais.

A falta de professores, equipamento escolar e material didáctico são outros factores que fazem aumentar as dificuldades atravessadas pelo ensino em Moçambique, onde são frequentes turmas com 70 alunos.

O fraco poder de compra da população camponesa dificulta igualmente a possibilidade de acesso à escola, afirmou Manuel Golias, tendo levado o governo moçambicano a criar este ano um sistema de subsídios aos alunos mais pobres para compra de livros e material didáctico.

GATT

○ comércio mundial de mercadorias registou resultados negativos em 1991, sofrendo uma quebra acentuada pelo terceiro ano consecutivo, para 3,5 mil milhões de dólares, indica um relatório do GATT.

«A recessão na América do Norte e a desaceleração da expansão económica na Europa Ocidental, conjugadas com uma forte contracção da produção na Europa Central e Oriental e na antiga União Soviética, foram os principais factores do abrandamento» registado no comércio, refere o documento.

Na Ásia, no entanto, os resultados obtidos apontam para «a expansão do comércio e da produção, apesar de começarem também a aparecer alguns sinais de desaceleração», acrescenta o relatório.

De acordo com este estudo, o crescimento do comércio mundial em volume não ultrapassou os 3 por cento em 1991, comparativamente a 1990, a evolução mais reduzida desde 1983.

Em valor, o comércio mundial progrediu apenas 1,5 por cento, contra um aumento de 13,5 por cento em 1990.



Encontro PCP-Frente Polisário

Albano Nunes, do secretariado do Partido Comunista Português, encontrou-se com Ould-Salek, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Saharaoui Democrática e responsável das Relações Exteriores da Frente Polisário, que se encontrava de visita a Portugal no quadro de uma missão de informação pela Europa. No encontro foi confirmada a solidariedade do PCP para com a Frente Polisário na sua luta pela autodeterminação do povo Saharaoui e pela efectiva aplicação do Plano de Paz da ONU para o Shara Ocidental.

Democratizar o Ensino valorizar a Escola

Valorizar o Ensino - Democratizar a Escola foi o lema que presidiu ao Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e Ensino, realizado no passado fim-de-semana, em Lisboa. A iniciativa, que reuniu professores, estudantes, encarregados de educação, responsáveis autárquicos e técnicos de educação de todo o país, debateu problemas ligados com a reforma educativa, a estratégia de desenvolvimento do ensino superior e a valorização profissional dos professores. O debate contou com a colaboração de vários professores convidados, como Avelãs Nunes e Graça Abranches, que se associaram aos esforços do PCP para a análise de tão importante temática.

Nos trabalhos participaram ainda os camaradas Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, e Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, a cargo de quem estiveram, respectivamente, as intervenções de abertura e encerramento.

Na sequência de outros Encontros já promovidos pelo PCP com o objectivo de aprofundar e alargar o debate sobre as questões da educação e do ensino, os trabalhos (primeiro em secções e depois em

plenário) incidiram na análise da reforma curricular, avaliação das aprendizagens, ensino tecnológico, artístico e profissional, novas concepções da escola, acesso ao ensino superior e formação de professores.

Das conclusões do Encontro, de cuja Resolução se publicam excertos em separado, salienta-se a exigência da suspensão da entrada em vigor dos novos currículos escolares, prevista para o próximo ano lectivo, sem a prévia criação de condições que permitam aumentar o sucesso dos alunos. Em causa está a criação de novas condições na escola, por um lado, e, por outro, a formação de professores. De destacar ainda as fortes críticas à política seguida pelo PSD nesta matéria, ditada por «critérios economicistas», que desvaloriza o ensino público e privilegia o ensino particular, e é cada vez mais gravosa para professores, alunos e para os interesses nacionais. De salientar ainda o facto de as três secções do Encontro terem aprovado sínteses conclusivas dos respectivos trabalhos, apresentadas em plenário por Lília Santos, António Filipe e Rui Namorado Rosa. A esta matéria voltaremos em próxima edição.

Intervenção de
EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política do CC do PCP

Desafio dos novos tempos

... Falar da educação é, em primeiro lugar, falar da juventude, do desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades e de todas as responsabilidades de cada jovem.

Da actual juventude portuguesa, que em grande parte irá iniciar a sua actividade profissional já no século XXI, num quadro comunitário e internacional que não é possível hoje prever, mas em que a competitividade económica e profissional irão ser certamente ainda mais intensas.

... Importa chamar a atenção para algumas das orientações e objectivos de mudança dos sistemas de ensino e de formação propostos pela OCDE em 1989.

Muito resumidamente:
- um ensino de alta quali-

dade para todos os jovens como base do seu desenvolvimento pessoal e da formação ulterior no decurso da sua vida;

- uma larga formação técnica e profissional ao nível pós-obrigatório que responda a normas de qualidade elevadas;

- o reforço do papel do ensino superior, no desenvolvimento económico e social, no domínio da I&DE, no reforço das formações de alto nível para os jovens que se preparam para entrar no mercado de trabalho e na formação contínua dos adultos;

- o alargamento das possibilidades de formação para os adultos, nas empresas ou nas instituições educativas, a fim de facilitar a adaptação às alterações estruturais e tecnológicas;

- o reforço do papel do ensino geral e teórico no conjunto dos sistemas de educação como resposta às formas cada vez mais abstractas de trabalho e de comunicação;

- o estabelecimento de uma maior coerência e um melhor equilíbrio entre os conhecimentos teóricos e práticos a todos os níveis e em todos os sectores do ensino, a fim de reforçar as interações entre os progressos da ciência e o desenvolvimento económico e social;

- o ajustamento do ensino escolar às evoluções tecnológicas e científicas e às alterações estruturais nas sociedades e nas economias;

- e a diversificação dos programas e métodos de formação inicial e contínua.

A política educativa do PSD não serve

... É dramática a diferença do nível de instrução da população activa do nosso país, com 20 anos e mais, em relação a outros países europeus: 91% dos portugueses têm um nível de instrução inferior ao ensino secundário, em comparação com os 57% da Espanha e os 36% da Alemanha. Quando se compara a situação da faixa da população com idades compreendidas entre os 3 e os 24 anos, a população escolar por excelência, salta à vista o baixíssimo índice de escolarização de Portugal, onde apenas 47% frequenta qualquer instituição escolar, bem longe dos 74% da Espanha e dos 77% da França.

No que respeita ao analfabetismo, que se pode dizer de um país que ainda apresenta taxas da ordem dos 20% na população com mais de 15 anos, isto sem falar do inquietante alastramento das manchas do analfabetismo funcional?

E que dizer dos enormes desníveis entre Portugal e outros países comunitários em relação à frequência da educação pré-escolar (30% de crianças portuguesas, contra os 80% em média na CEE), bem como em relação aos ensinos secundário e superior?



avaliação real das condições em que decorre a experiência e não ponderar os seus resultados previsíveis.

Esta medida, aliada ao anunciado aumento do horário do professor, permite prever e temer o desemprego para alguns milhares de docentes.

A incompetência e a ausência de vontade política dos responsáveis do Ministério da Educação e do Governo não só não perspectivam qualquer Reforma digna desse nome, mas antes fazem prever que, no ano escolar de 1992-93, a verificar-se a precipitada generalização dos novos programas nos 5º, 7º e 10º anos e a aplicação do novo sistema de avaliação, se assista a uma situação de grave deterioração da qualidade de ensino/aprendizagem, com incalculáveis prejuízos para os jovens e a instabilidade na situação profissional dos docentes.

Nestas circunstâncias, o Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino considera indispensável e urgente o lançamento de uma discussão pública, alargada e séria, que permita a todos os interessados conhecer as várias perspectivas em confronto.

Reclama-se assim a não generalização sem condições, dos novos currículos de forma a poder definir e tomar as medidas imprescindíveis a uma Reforma Democrática do Ensino capaz de responder, com sucesso, às necessidades de desenvolvimento do país, no respeito pela Lei de Bases do Sistema Educativo.

O conhecimento e a consideração da cultura de que os alunos são portadores, levando a cabo programas em cooperação com as autarquias, as associações de pais (o que impõe a definição do quadro e a criação de condições para a adequada participação dos pais na vida da escola), as colectividades e outras entidades, devem ser também entendidos como indispensáveis ao sucesso da escola, tornando-a apta a agir nos mais diversos meios, procurando assim ultrapassar o efeito da incompatibilidade, existente entre a cultura escolar e a cultura das populações que a escola serve.

Mas se olharmos o sistema de ensino de outros ângulos, o que vemos nós?

Vemos índices elevados de abandono da escolaridade obrigatória. Vemos alarmantes taxas de reprovação e de retenção em todos os níveis.

Vemos um quadro de grandes carências e de degradação de muitas instalações escolares. Vemos a generalizada falta de recursos para assegurar o funcionamento mínimo das escolas. Vemos a insuficiente dotação orçamental das escolas do ensino superior. Vemos uma acção social escolar de baixíssimo nível. E no que respeita aos professores e outros profissionais que intervêm no processo educativo, vemos condições de vida, de trabalho, de emprego e de formação, frequentemente deficientes, precárias e não estimulantes.

... Cabem neste aspecto culpas particulares ao PSD, partido que tem assumido desde há treze anos e de forma praticamente ininterrupta, a responsabilidade pelo Ministério da Educação.

A educação é uma prioridade social

— Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP

(...)

Este Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino teve como lema valorizar a escola - democratizar o ensino. E porque? Porque para nós a educação é uma questão estratégica, porque defendemos uma escola para o nosso tempo, uma escola de igualdade e de qualidade adaptada aos desafios actuais, em que o Estado assumira as suas responsabilidades constitucionais, num quadro que assegure de facto a liberdade de aprender e ensinar tanto no acesso à educação como na sua prática.

Ao contrário, após doze anos em que o PSD ocupa (quase ininterruptamente) a pasta da educação, três grandes linhas, com maior ou menor demagogia, têm caracterizado a sua acção:

a) A desresponsabilização perante o povo português e que se tem traduzido na diminuição da importância do ensino público e, objectivamente, na degradação da sua qualidade.

b) A promoção activa e sem critério à custa do ensino público, do ensino privado, muitas vezes de baixa qualidade, que orientado pela lei da maximização do lucro.

c) O divórcio do sistema educativo em relação às necessidades do país presentes e futuras, tendo nomeadamente em conta as consequências da integração e as orientações postas em prática nos domínios da educação, da ciência e da tecnologia.

E isto num país com uma elevada taxa de analfabetismo e com um progressivo aumento do fenómeno do analfabetismo funcional, com um baixíssimo índice de escolarização e elevados índices de abandono escolar.

(...)

É necessária uma viragem na política educativa do país. Mas não é com a substituição de ministros-fusíveis, para salvarem a imagem do chefe, nem com promoções mediáticas artificiais de secretários de Estado, que se dá a resposta às questões da educação e do ensino e às aspirações e reivindicações da juventude estudantil que reclamam muito justamente o fim da PGA.

Do que o país precisa não é de um ministro mais ou menos populista; com mais ou menos provas dadas, de êxito demagógico face às associações académicas e à juventude.

A educação é uma questão estratégica, é uma prioridade social e um factor importantíssimo para o desenvolvimento do país nas suas dimensões, económica, social, cultural e ecológica.

Ensino para todos

... Não é possível vencer o grande atraso educativo do país, sem um aumento significativo das dotações orçamentais para o ensino público e sem que se procurem racionalizar os gastos e aproveitar também as reservas de eficiência e das capacidades existentes no conjunto do sistema. Portugal não pode deixar de ser exigente no plano cultural e humano.

E, no entanto, o que a vida nos mostra é a explosão das ciências e das técnicas abrindo novas perspectivas e novos horizontes para a humanidade.

Rejeitamos um ensino que da base ao topo estrutura e agrava as desigualdades face à formação e à aquisição dos conhecimentos.

Nós temos uma outra ambição: um sistema de ensino e da formação inicial e permanente, que dê a todo o cidadão os meios de se apropriar do prodigioso desenvolvimento das capacidades materiais e intelectuais da nossa época, os meios do seu livre desenvolvimento.

A transformação necessária passa pelo efectivo cumprimento da Lei de Bases do Sistema Educativo, pelo desenvolvimento, renovação e democratização do serviço público de ensino.

A presença na população activa de um tão grande número de trabalhadores desprovidos de qualquer qualificação, pesa sobre o desenvolvimento da nossa economia e é uma hipoteca para os desafios do futuro.

E o problema é ainda acrescido pela manutenção e nalgumas áreas pela aceleração dum fluxo de inovações tecnológicas muito elevado, que atinge o conjunto de todas as profissões e todas as categorias profissionais.

A questão das relações entre o sistema educativo e o sistema produtivo é uma questão maior para o presente e para o futuro.

Durante muito tempo os instrumentos de produção exigiram sobretudo uma habilidade manual aliada a uma exigência prática; hoje exigem cada vez mais capacidades intelectuais e o domínio de conhecimentos, eles mesmos um profundo e rápido movimento.

E a expansão da economia, que não se traduz apenas em crescimento, mas em desenvolvimento, exige também novas relações de produção e a intervenção interessada, informada e

inteligente profundamente concertada e democrática de cada cidadão trabalhador na produção e na gestão da vida social.

Um país moderno necessita de um ensino aberto para a vida, devendo possuir e ter por objectivo formar homens e mulheres com um elevado nível cultural, cidadãos dotados de sentido crítico e criatividade, donos do seu destino no respeito pelos outros e pelos valores da humanidade.

Uma estratégia de crescimento assente na concentração da riqueza, na acentuação das desigualdades, nos baixos salários, no trabalho infantil, no alastramento das manchas de pobreza e nas exclusões sociais é uma estratégia de regressão que está fora das perspectivas, dos anseios, das aspirações e dos valores do Portugal de Abril.

Valorizar os recursos humanos

E não bastam investimentos estruturais, redes transeuropeias de transportes e telecomunicações. É necessário uma outra política, é necessário dar uma elevada prioridade a uma questão vital para o desenvolvimento e para todo o processo de valorização da especialização produtiva e de transformação económica: a qualidade dos «recursos humanos».

A tendência para o aumento da intensidade e da complexidade tecnológica dos bens e serviços que se oferecem no mercado é uma realidade. Mas se olharmos, por exemplo, para o perfil das nossas exportações e importações o que vemos é que o país tende a exportar produtos de baixo valor acrescentado nacional e de baixa complexidade tecnológica e a deixar ocupar o seu mercado interno com produtos estrangeiros de alto valor acrescentado.

Para se avaliar a gravidade desta situação e a importância dos «recursos humanos» basta recordar que uma estimativa feita num recente relatório do Parlamento Europeu referia que 80% da força de trabalho do ano 2000 já está a trabalhar, enquanto 75% das tecnologias, dos sistemas e dos processos que vão ser utilizados no terceiro milénio ainda não estão.

Independentemente do grau de rigor da estimativa esta chama-nos a atenção para a importância decisiva que têm a educação, o ensino e a formação, o binómio inovação e desenvolvimento tecnológico, a capacidade de difusão da tecnologia para a competitividade da economia portuguesa no quadro da União Económica e Monetária.

E neste sentido não podemos deixar de assinalar a baixíssima percentagem das despesas com o sector das ciências e da tecnologia em relação ao PIB.

(...)

Não é possível vencer o grande atraso educativo do país, sem um aumento significativo das dotações orçamentais para o ensino público e sem que se procurem racionalizar os gastos e aproveitar também as reservas de eficiência e das capacidades existentes no conjunto do sistema. Portugal não pode deixar de ser exigente no plano cultural e humano.

Temos assente entre nós que para assegurar uma formação de qualidade e uma qualificação para todos é urgente uma reforma profunda, participada, cientificamente conduzida e devidamente apoiada dos currículos escolares e educativos; a articulação do sistema de ensino com as necessidades do desenvolvimento do país nas diversas formações profissionalizantes e profissionais de nível médio e de nível superior; a intensificação da articulação entre ensino e investigação no ensino superior, reforçando a importância entre o sector do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural; o desenvolvimento da formação de docentes e a revalorização da sua função, a atribuição às Autarquias Locais dos meios adequados ao cumprimento das competências que lhe estão atribuídas.

A reforma do ensino não pode também deixar de ter em conta que o trabalho humano se tem modificado em profundidade, nos processos de comunicação, na tendência para a atenuação e desaparecimento das clivagens entre concepção e execução, entre investigação e produção.

E naturalmente que estas mudanças em curso, exigem homens e mulheres cada vez mais qualificados e responsáveis, cidadãos dos nossos dias e exigem um novo conceito de escola, uma escola verdadeiramente para o nosso tempo - enquanto centro educativo - que estimule as capacidades e as múltiplas potencialidades de todos, mediante espaços de aprendizagem formal e não formal, que promovam o sucesso escolar efectivo.

Mas ontem como hoje, a educação é para nós um factor de diálogo crítico e criador, que visa a democracia não apenas como um estado a que se chega, mas como um processo que continua. A educação e o ensino têm um papel insubstituível na formação do indivíduo e dos cidadãos activos e solidários, participantes e criadores. (...)

Uma experiência. Um percurso. Com opções.

Ao que consta, nalgumas instâncias comunitárias processa-se um grande debate entre organizações sindicais e patronais sobre os níveis de participação e intervenção a reconhecer aos trabalhadores na vida das empresas e sectores, particularmente nas multinacionais e nos processos de reestruturação.

Recentemente, o próprio Parlamento Europeu aprovou uma directiva que reconhece o direito de consulta aos trabalhadores nos processos de despedimento colectivo. Deslumbrados pelo tema, alguns candidatos a teóricos da nossa praça trazem-nos a boa nova.

Partindo das permissões de uma maior internacionalização da economia, da dimensão social da Europa e dos avanços tecnológicos, propõem a co-gestão e a co-responsabilização dos sindicatos na produtividade e competitividade das empresas, marginalizando as Comissões de Trabalhadores.

Os pressupostos onde assentam as suas teses residem, em síntese e cito: «No esgotamento do modelo socialista do Leste que criou um vazio relativamente à principal referência que desde sempre tem alimentado o movimento sindical: a esperança numa sociedade alternativa ao capitalismo.»

Logo, e cito novamente: «Haveria que romper com o imobilismo e modificar a posição defensiva dos sindicatos que, no contexto português, mais não fazem que tentar conservar um sistema produtivo condenado» (sic).

Ao pensar nos trabalhadores do Vale do Ave, nos aduaneiros, da Dialpag, da Indep, da Seagate ou da Automática Eléctrica Portuguesa, interrogo-me sempre como reagiriam e sustentariam esses iluminados as suas teses se constassem da lista dos despedidos...

Feito o desabafo, confrontemos estas ideias com a nossa realidade.

Como resultado do vigoroso e criativo movimento das Comissões de Trabalhadores, a Constituição da República de 76 (mesmo depois de revista em 82 e 89) acolheu, na sua parte mais nobre dos Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais, o direito dos trabalhadores exercerem, através das suas CT's, o controlo de gestão, a intervenção na reorganização das unidades produtivas, a participação na elaboração da legislação do trabalho e dos planos económicos e sociais que contemplem o respectivo sector, promover a eleição de representantes dos trabalhadores para os órgãos sociais das empresas pertencentes ao Estado ou outras entidades públicas e receber todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

A Lei das CT's, a vigorar desde 80, apesar de na sua génese, tentar moldar, parlamentarizar e «domesticar» as Comissões de Trabalhadores nos processos de eleição e no seu funcionamento, acabou por reconhecer e ampliar estes comandos constitucionais.

A Lei Fundamental não quis limitar-se a co-responsabilizar os trabalhadores num poder que não dominam nem é seu, mas antes reconhecer-lhe o poder de intervir e controlar esse poder, sem, simultaneamente, lhes recusar a possibilidade de participar construtivamente nas decisões económicas e de gestão.

Ou seja, a Constituição procura dar sentido ao seu princípio do aprofundamento da democracia participativa ao mesmo tempo que acolhe, com uma visão dinâmica, moderna e transformadora, o exercício de um direito colectivo dos trabalhadores.

Significará isto que os tais teóricos se limitaram a descobrir o que está descoberto ou a arrombar portas abertas, quando proclamam «os novos espaços de poder que surgem aos sindicatos que é o da participação dos trabalhadores na planificação da empresa de modo a melhorar e aumentar a produtividade?»

Não! Incurrem no erro grave (e nem é por ignorância) de propor soluções mutiladas e mitigadas em relação ao que está expresso na Constituição e na Lei e que é praticado em centenas de empresas, numa linha de recuo que só pára na parede do conformismo e da conciliação.

Aliás, é criticável que, por exemplo, José Luís Judas, não em nome pessoal (o que seria admissível), mas em representação da CGTP-IN, tenha desafiado uma deputada, num debate promovido pela Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República, a apresentar um projecto de lei de co-gestão a ser encarado como medida positiva.

A CGTP sempre tem valorizado no seu programa e nos seus documentos o direito ao controlo de gestão e tem dado contribuições determinantes na interpretação e no exercício deste direito.

O «duplo canal» de representação

Os que interpretam a realidade mas que abdicam de a transformar, sempre dirão que as CT's e o exercício do controlo de gestão, os seus amplos direitos de intervenção e de participação a diversos níveis, são «coisas do passado» que não se compadecem com a época moderna, havendo que dar o protagonismo aos sindicatos, até porque não se justificaria o «duplo canal» de representação nas empresas.

E pensarão que com a sistemática violação e incumprimento dos direitos constitucionais e legais por parte do Governo e do patronato, acrescido da redução, em termos quantitativos e qualitativos, da acção das CT's, seria melhor transferir estes direitos para o movimento sindical...

A operação seria tanto mais arriscada quando se verificou na revisão constitucional de 89 que, tanto o PSD como o CDS, queriam desconstitucionalizar os direitos mais elevados das CT's.

Alguém acredita que na actual composição e relação de forças de poder, é possível retirar direitos constitucionais e legais às CT's e transferi-los integralmente para os Sindicatos?!

Mas para além disso, o que os apóstolos do mero direito de consulta ou de participação no aumento de produtividade, da competitividade e dos despedimentos resultantes da reestruturação propõem ao movimento sindical não é o seu protagonismo, mas um mero papel de figurante.

Deixaria intocáveis e inacessíveis os santuários da decisão patronal, mas acompanharia e agiria co-responsavelmente nos efeitos sociais e laborais negativos dessas mesmas decisões, particularmente nas «escolhas dolorosas» relativamente aos trabalhadores.

Mérito seja reconhecido às organizações sindicais, nomeadamente dos sectores da Metalurgia, Têxtil e Vestuário, Ferroviário e Rodoviário, Função Pública, Cerâmica e Vidro, Indústrias Eléctricas, Química, entre outros, que, sem esperar dádvas do legislador, nunca abdicaram de propor e de intervir nos processos de reestruturação das empresas e através da cooperação, a própria intervenção das CT's.

Nesse sentido se pronunciou a Conferência Sindical Nacional.

As Comissões de Trabalhadores, contrariando as expectativas das forças de direita e do PS, que através da Lei 46/79, as tentaram transformar em concorrentes do movimento sindical, continuam, de uma forma geral, a ser comissões dos trabalhadores, assumindo um papel de complementaridade insubstituível à acção sindical nas empresas.

Evitaram as armadilhas e espartilhos legalistas, potenciando os direitos que lhe são conferidos para defender, nima posição de classe, os interesses dos trabalhadores que representam, para promover a sua unidade e a sua consciência social.

Foram e são instrumentos democráticos nas mãos dos trabalhadores e não instrumentos nas mãos do patronato, disponíveis para participar e intervir responsabilmente, mas não para se transformarem em comissões de ou da empresa.

A tese falaciosa do «duplo canal» de representação — Sindicatos versus CT's — não tem pés para andar.

São dois ramos da mesma árvore, respeitadas que sejam as devidas proporções, autonomia e influência.

Demonstrativo disso é o facto de, nalguns sectores, com o desaparecimento das CT's unitárias, a própria actividade sindical na empresa ter ficado mais debilitada.

O espaço de intervenção ou não foi preenchido ou foi mal ocupado por comissões animadas pelo patronato.

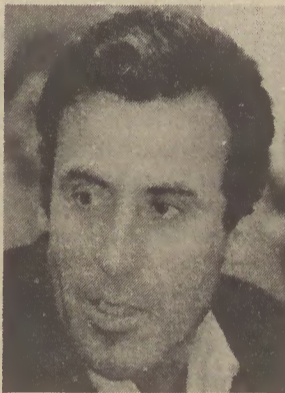
E quantos não são os prestigiados dirigentes sindicais que começaram a sua aprendizagem e reforçaram a sua ténpera na acção em defesa dos direitos, interesses e aspirações dos trabalhadores como membros de CT's?

Nos processos eleitorais para as CT's que se realizaram em Fevereiro e Março, só trabalhadores de grandes empresas e de sectores diversos demonstraram que querem estas Comissões de Trabalhadores, particularmente logo após a vergonhosa assinatura do Acordo entre a UGT, o Governo e o patronato.

As listas identificadas com a defesa do Sector Empresarial do Estado, da estabilidade dos postos de trabalho e na luta contra os despedimentos, que incluíam nos seus programas o controlo de gestão e a cooperação com o movimento sindical unitário, reforçaram o número de votos e nalguns casos até de mandatos, em empresas muitas vezes «sangradas» em milhares de efectivos.

Recentemente, na Caixa Geral de Depósitos, na Carris, no Borges e Irmão, na Siderurgia Nacional, na TAP, na Setenave/Solisnor, na Mague, na Olaio, os resultados das listas unitárias condenaram a indigência das teses dos defensores do mero direito de consulta.

Nestes resultados residem também muita da hostilidade do PSD e da frustração do PS, perante o movimento das CT's.



JERÓNIMO DE SOUSA
Deputado do PCP

No momento em que se discute tanto (mais do que se realiza) a dimensão social da CEE e à luz do princípio da harmonização da legislação, no sentido do progresso, não seria descabido reclamar que na legislação comunitária fosse acolhida a experiência e os direitos da Constituição e da Lei portuguesas.

O produto que alguns querem importar está estragado ou pelo menos requentado.

Foi experimentado por cá, na década de 60, por iniciativa de algumas empresas monopolistas, através das «comissões de empresa» ou de «pessoal».

As experiências falharam ante a recusa dos trabalhadores que, como resposta, elegeram as suas comissões de unidade que estiveram na origem das CT's.

As Comissões de Trabalhadores, com o apoio e incentivo do movimento sindical unitário, criaram e realizaram algo de mais moderno, audacioso e transformador.

Recentemente, cerca de 500 membros de CT's e Sub-CT's eleitos por mais de 180 mil trabalhadores, reunidos em Encontro Nacional, debateram colectivamente as

novas e velhas questões, os pequenos e grandes problemas, com que são confrontados diariamente nas empresas.

Desde os efeitos da precarização às privatizações, desde a questão dos prémios à higiene e segurança no trabalho, debruçando-se sobre a eficácia do exercício dos direitos nos processos de reestruturação até à dimensão social da Europa, procurando caminhos novos de intervenção, cooperação e coordenação, colocaram em cima da mesa, as suas preocupações e experiências, numa visão dinâmica ante realidades, dificuldades e caminhos a percorrer.

Encontraram as respostas todas? Não!

Mas tiveram como estrela polar do seu trabalho, apesar das dificuldades, das mutações, dos refluxos qualitativos e quantitativos e das novas realidades, a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, a sua unidade e elevação da sua consciência de classe.

Falaram da vida, das coisas concretas, falaram dos trabalhadores e dos seus direitos, sabendo que permanentemente têm de fazer a opção entre palmilhar caminhos apertados em direcção a uma linha de horizonte aparentemente longínqua mas exaltante e a estrada larga e curta que resvala para o pântano do conformismo onde habitam os arautos da desistência.

O Partido

Não data de Abril de 74 o apoio dado pelo PCP às Comissões de Trabalhadores.

Quando os Mellos e os Champalimauds acalentaram a experiência laboratorial das comissões de empresa, o Partido apelou aos trabalhadores para que criassem as suas comissões de unidade, em defesa dos seus interesses de classe. Quando a jovem democracia resultante de Abril estava ameaçada pelas actividades sabotadoras dos monopolistas desalojados, o Partido apelou à intervenção democrática dos trabalhadores e das CT's, que souberam realizar nas empresas o direito novo e avançado do controlo de gestão e de produção. Não reclamou nem lhes propôs modelos ou figurinos. Com perspectiva revolucionária e visão dialéctica, acolheu no seu programa, nas suas orientações, a criatividade, as realizações e conquistas do movimento das Comissões de Trabalhadores.

Como prova da sua política de unidade, orientou os seus militantes para que integrassem e formassem as listas com homens e mulheres prestigiados pelo seu comportamento, acção e luta na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Tais listas merecem, por parte do patronato e dos revisionistas, a identificação de «listas dos comunistas».

Mas contrariando expectativas e vaticínios, nas principais empresas do país, os trabalhadores, com o seu voto, têm vindo a reforçar, em votos e mandatos, as listas onde se empenham e participam os militantes do PCP.

É um capital de confiança que, embora caracterizado por uma forte componente de consciência social, cria condições para se transformar em consciência política.

Aberto à vida, às mutações, às realidades e animado pelos seus ideais transformadores, o PCP irá contar, no grande debate colectivo a promover antes e durante o seu Congresso, com a contribuição dos seus militantes eleitos nas CT's para apontar rumos novos e necessários às classes trabalhadoras na construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo.

MAI – Estatísticas e Orçamento da (In)Segurança

Com o pequeno hiato do Governo do bloco central (83/85), em que foi MAI o socialista Eduardo Pereira, o PSD controla este Ministério desde Janeiro de 1980 e ininterruptamente desde Novembro de 1985.

Durante todo este período acumularam-se um conjunto de problemas cuja solução é hoje absolutamente inadiável, nuns casos por apodrecimento, noutros por pressão associativa, política ou popular e noutros por simples exigência comunitária, precipitada pelo Acto Único Europeu.

Nestas condições não é de estranhar que, rompendo com o «cinzentismo» tenha sido escolhido para MAI Dias Loureiro e o seu «dinamismo», nem é de espantar que, tarde e a más horas, consiga resolver alguns problemas e nalguns casos de forma tecnicamente aceitável.

Devemos até reconhecê-lo se, e quando for o caso. Mas todas as medidas do MAI, serão conformes com os objectivos gerais do PSD de governamentalizar e partidizar o aparelho de Estado.

E quanto ao Orçamento de Estado, veremos adiante como se revela vazio de soluções.

Muita parra...

O acentuado «protagonismo» que Dias Loureiro tem vindo a revelar enquanto MAI, magistralmente gerido pela equipa de imagem do Ministério, tem de ser visto com «olhos de ver», o que impõe certas cautelas para que não nos cegue o «barulho das luzes».

Vale a pena referir os «casos» mais controversos em que o MAI se fez notícia, nestes três meses de função.

Um dos primeiros foi a substituição de diversos Governadores Civis por gente de confiança, no que constitui um episódio picaresco da luta intestina dos barões do PSD.

Dizia a propósito o ex-Governador Civil do Porto, Mário Mesquita: «Dias Loureiro demitiu-me por ser Nogueirista» e «tem uma concepção mafiosa da política».

Lapidar, sobretudo vindo dum (ainda agora) correligionário.

Logo de seguida o MAI determinou o envolvimento de efectivos do Corpo de Intervenção (CI) da PSP e do Regimento de Cavalaria da GNR no policiamento de determinadas zonas urbanas.

É positivo o reforço do policiamento como factor dissuasor da criminalidade. Mas no caso dos efectivos do CI da PSP, esta prática é usual há muitos anos, e no caso da Cavalaria da GNR, trata-se duma medida de eficácia muito reduzida, por razões legais e funcionais, e muito controversa, por ausência de referências tradicionais.

Há também a reter que, só na cidade de Lisboa, estão acumuladas unidades de reserva da GNR, que totalizam alguns milhares de homens sem qualquer envolvimento na segurança das populações.

Assim, o empenhamento diário de meia dúzia de agentes a cavalo, em acções de dissuasão da marginalidade, parece uma medida sem qualquer correspondência na desproporcionada campanha promocional do Ministro.

Outros casos houve, como no estendal «informativo» em volta da visita às unidades da Brigada de Trânsito em operação no Natal, ou na marcação de uma reunião urgente com os sindicalistas da Polícia, procurando evitar em vão, que protestassem tardados à porta do Ministério, em que nada mais sobreveio que a preocupação do MAI com a sua imagem.

Aliás, nestes três meses, o MAI administrou um calendário de declarações de intenção de mexer nisto e naquilo, na legislação de trânsito, na segurança rodoviária, na protecção civil, nos fogos florestais, no Serviço Nacional de Bombeiros, nas empresas privadas de segurança, na reestruturação da Guarda Fiscal (GF), no dispositivo da PSP, na luta contra a droga, na imigração, nas leis eleitorais, etc.

Mas a transparência do MAI termina na projecção da sua imagem mediática.

Quanto ao conteúdo dos seus projectos sabe-se pouco; quase nenhuns foram devidamente explicitados ao país, e em caso algum se assistiu a uma apresentação pública sistémica e objectiva.

É mesmo evidente a preferência por uma actuação secreta, absolutamente injustificável.

Assim sucedeu com a passagem da GF e da Direcção Geral de Viação para a tutela do MAI, que, segundo consta, não foi discutida ou sequer comunicado aos respectivos Comandante e Director, com os projectos de

reestruturação da GF geridos como segredos de Estado, ou com as intenções, denunciadas e não desmentidas, de transferir a Polícia Judiciária (PJ) da tutela do Ministério da Justiça para o do MAI.

Protestos e estatísticas da (in)segurança

Nas últimas semanas situações diversas de insegurança têm motivado numerosos protestos populares: cortes de estrada, greves de estudantes, manifestações, movimentações de órgãos de poder local, etc.

O descontentamento extravasou para as páginas dos jornais e mesmo para a RTP, chegou à Assembleia da República e ao Governo.

Houve até quem escrevesse que os protestos populares tinham feito cair por terra a imagem de competência do MAI.

Por outro lado, estatísticas recentes revelam uma acentuada degradação da segurança e tranquilidade públicas.

Segundo a PSP de Lisboa praticamente todas as formas de criminalidade registaram de 90 para 91, aumentos sensíveis. Por exemplo: houve mais 45% de assaltos

preensão dos meios destinados à segurança e tranquilidade públicas.

No OE para 1992, das Forças e Serviços de Segurança, os únicos que registam dotações orçamentais com crescimento real são o Serviço de Informações de Segurança (SIS) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

O SIS voltado para a contra espionagem regista um aumento de verbas de cerca de 50% na área de pessoal, o que é estranho, quando até o relatório governamental de Segurança Interna reconhece um significativo decréscimo das actividades de espionagem.

O SEF é um novo serviço em fase de organização e cuja finalidade é o controlo de Estrangeiros no território nacional; verifica-se ainda neste caso, a implementação do «Sistema Schengen», que permitirá o controlo informático da movimentação de estrangeiros em toda a Comunidade Europeia a partir de Janeiro de 93. Assim, não é de estranhar que este serviço mais que duplique a sua dotação orçamental.

Depois, quanto ao resto, o Orçamento das Forças de Segurança é um autêntico fracasso.

As subidas orçamentais reais na área do pessoal, são pouco superiores a 10% na PJ, na PSP e na GNR e de



à mão armada, mais 27% de roubos com violência, mais 129% de furtos em edifícios, mais 42% de furtos de carteristas, etc.

Segundo o Ministério da Justiça, entre 87 e 91, o número de detenções por comercialização de psicotrópicos passou de 2192 para 4667.

O haxixe apreendido passou de 5 toneladas em 87, para 9,5 toneladas em 90 e 7,6 em 91. A cocaína passou de 222 quilos em 87 para 1096 quilos em 91 e a heroína de 30 quilos em 87 para 60 em 91.

Segundo o Procurador Geral da República «o volume da criminalidade em Portugal aumentou 24% nos últimos dois anos e, em 1991, a criminalidade conhecida registou um acréscimo de 11,6%». Por outro lado, «a subida da criminalidade tem especial expressão nos crimes praticados com violência e nos crimes de tráfico e consumo de estupefacientes...» e mais de 80% dos assaltos em residências e estabelecimentos e de roubos por esticção, são da responsabilidade de toxicodependentes.

Como sempre sucede com as estatísticas, são números desumanizados que não traduzem a negra realidade das bolsas de marginalidade, nem as culpabilidades e conivências.

São números que não retratam os «novos» fenómenos, nados ou criados no liberalismo cavaquista: a subalternização dos valores éticos e sociais, a alienação do consumismo e do lucro fácil, a concorrência que se autojustifica, a violência mediática, a xenofobia, o racismo e o neofascismo.

Mas são números que permitem concluir que falhou a política cavaquista e que a sociedade está doente e em processo de autofagia.

... Pouca uva

O Orçamento de Estado (OE) é seguramente um dos instrumentos essenciais do Governo para incrementar qualquer política. Neste caso, interessa-nos a com-

apenas 6% na GF, onde se prepara uma redução de efectivos.

Quanto às verbas destinadas à construção de instalações para as Forças de Segurança, graças provavelmente à transferência de financiamentos comunitários, há verbas com algum significado, por exemplo no PIDDAC, mas muitas instalações reclamadas pelas populações e já prometidas pelo Governo, continuam sem dotação orçamental.

Todas as outras despesas destinadas à logística e operações, ou seja ao cumprimento das missões que devem garantir a tranquilidade e segurança públicas, registam variações insignificantes, por exemplo mais 140 000 contos na PSP (0,3% do total orçamentado), mais 21 000 contos na GNR (0,04% e menos (!) 10 000 contos na GF (0,04%).

Tudo mais claro

Este OE não comporta soluções para, sequer, dificultar o crescimento da insegurança das populações, para, pelo menos, contrariar a tendencial aceleração do desenvolvimento de fenómenos de marginalidade e criminalidade, para obstar à importação de criminalidade altamente organizada que resultará da próxima implementação do Acto Único Europeu.

O OE de 92 está a léguas da prosápia mediática do MAI e do demagógico Programa do Governo para a Administração Interna.

E embora a solução para a marginalidade e a criminalidade não seja possível no âmbito das medidas de polícia, mas sim, tendencialmente, através duma política de desenvolvimento integrado que o PSD nunca implementará, deve ficar claro que a defesa das liberdades e direitos dos cidadãos, nomeadamente o direito à segurança e tranquilidade é um princípio constitucional pelo qual temos o direito e o dever de pugnar.



Notícias da Censura

O **Jornal de Sábado** do Canal 1 da RTP vem, ao longo dos tempos, surpreendendo e indignando os espectadores portugueses com aquilo que são (para empregar a terminologia dos chefes da Informação da casa) os «críticos jornalísticos» mais estranhos e alheios ao senso comum do que é (ou deveria ser) informar, com rigor e pluralismo, em democracia. Alternando, na sua planificação e alinhamento, entre o formato de um «magazine de informação» e o formato de um puro «jornal noticioso», o **Jornal de Sábado** não consegue esconder que o que o norteia é vaguear ao sabor das conveniências internas e das solicitações externas, que o mesmo é dizer actuar deliberadamente na exacta medida das conveniências conjunturais e temáticas do Poder Laranja e do partido que o apoia.

A emissão daquele serviço informativo do passado sábado (21.03.92) não podia ser mais esclarecedora. Cobrindo, como aliás lhe competia, um acontecimento relativamente a uma partida política com representação parlamentar (o Congresso do CDS), logo achou jeito de fazer centrar as atenções dos espectadores, não nas iniciativas políticas de outros partidos com idêntico estatuto institucional ou de organizações de massas com larguíssima representatividade social (que também aconteceram, mas o **Jornal de Sábado** desvalorizou ou silenciou, como veremos), mas, sobretudo, nas «Jornadas Parlamentares» realizadas pelo PSD no Funchal.

E com que intenção, perguntar-se-á? Para dar a conhecer aos portugueses, como seria normal e adequado, a actividade parlamentar e legislativa daquele partido? Que ideia! Para que, numa entrevista em directo e via «satélite» dos estúdios da Madeira, e sem possibilidade de contestação, o chefe do Grupo Parlamentar, Duarte Lima, pudesse ocupar sete minutos de antena (!) a referir-se à questão publicamente levantada por um partido da oposição (o PS) quanto ao respeito pelas normas constitucionais e democráticas naquela Região Autónoma.

Mas as coisas iriam, pouco depois, refinar. Procurando dar o arremedo de uma postura «pluralista», o **Jornal de Sábado** fez seguir esta longa peça de um conjunto de outras (com a duração total de 2m e 30s), em que «despachou», em síntese, três breves notícias de teor e impacte desiguais: a Conferência de Imprensa do PS de apresentação pública dos elementos escolhidos para a Assembleia Metropolitana do Porto, o Congresso do MDP/CDE (e pasme-se!) a manifestação de muitos milhares de pessoas em Lisboa organizada pela CGTP/IN, sem qualquer som dos discursos dos intervenientes nesta grande jornada de protesto contra a política laboral do Governo, numa peça de 40s com

imagens deliberadamente captadas ao nível da rua e, apenas, da cabeça da manifestação! Completamente silenciado e ignorado foi, ainda, o **Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino**, que reuniu no passado fim-de-semana, numa profunda discussão sobre problemas actualíssimos da realidade nacional, representantes de professores, pais e estudantes de todos os graus de ensino. Um puro e escandaloso acto de intolerável censura!

Mas o **Jornal de Sábado** não se ficou por aqui. Ciente de que as polémicas medidas do Governo recentemente anunciadas para a área da Cultura têm tido significativo e negativo reflexo na opinião pública, logo tratou de elaborar para a segunda parte uma peça de mais de quarenta minutos (!) que constitui o pano de fundo para uma longa entrevista com o **Pedro Santana Lopes**. Seria lógico que, para a discussão de um problema tão importante como este, os Serviços da Informação da RTP tivessem escolhido um programa vocacionado para o debate (como, por exemplo, o **Primeira Página**) para confrontar o secretário de Estado com a opinião dos partidos da oposição ou dos representantes dos criadores e associações culturais. Mas, à RTP e ao Governo não interessam, como se sabe, o debate partidário nem o confronto de opiniões. E, preferindo intercalar a referida entrevista com uma série de pequenas peças dedicadas a várias áreas da Cultura (método, em princípio, plausível para um contraponto ao discurso do governante) acabou por agravar o escândalo no seu tratamento formal.

Nem mais nem menos: gravando antecipadamente quatro depoimentos de quatro personalidades da Cultura (**David Mourão Ferreira** e **Luís Francisco Rebelo**, contestando as medidas governamentais, e **Vasco Graça Moura** e **Borges de Macedo**, funcionando como «comissários políticos» do partido do governo) cometeu a enormidade de subverter a fluência dos discursos com a técnica dos *fade in* e *fade out* consecutivos! Ou seja, à «clareza» da intervenção do secretário de Estado em estúdio, ao qual sempre foi dada a possibilidade de resposta *a posteriori*, o **Jornal de Sábado** contrapôs um conjunto objectivamente fragmentado de ideias divergentes ou convergentes que resultaram, para o receptor desprevenido, caóticas e dispersas, porque entrecortadas pelo próprio e absurdo método técnico que escolheu. Uma autêntica provocação!

É caso para os homens da Cultura terem redobrados cuidados. À semelhança do outro que puxava logo da pistola, também a RTP, quando ouve falar de Cultura, puxa uma câmara. Mas aponta-a para ferir de morte!

■ Francisco Costa

Esquerda: plural ou cinzenta?

Um dos temas mais interessantes para a esquerda neste fim de século é o da sua natureza e diversidade.

As duas principais famílias da esquerda têm sido constituídas pelos socialistas/sociais-democratas e os comunistas. Tem havido e continua a haver outras forças de esquerda, mas a sua base é, no essencial, composta por aquelas duas famílias.

Os movimentos ecológicos não podem ser situados à esquerda ou à direita, pois dentro deles as tendências político-ideológicas são múltiplas e variadas.

Com o colapso do modelo estalinista das sociedades socialistas no Leste e no centro da Europa a crise do comunismo agravou-se. Ela já vinha fazendo sentir-se no Ocidente com as rápidas mutações no tecido social em vários países que não eram acompanhadas (em muitos casos nem seria possível) pelos partidos comunistas e operários. Diga-se que atrasos na previsão da evolução social são relativamente naturais, dado nenhum partido ser omnisciente e daí não poder determinar com todo o rigor a evolução vertiginosa no mundo.

As forças de esquerda no Ocidente não decidem essa evolução. Tentam prevê-la. Mas o campo de momento é determinado sobretudo com o relativo sucesso (ainda que a médio prazo) da integração económica europeia no quadro da CEE.

A crise do comunismo é hoje profunda e requer rápidas alterações não no ideal, não no apagar das diferenças com os socialistas, não na natureza e identidade próprias, mas sobretudo nos métodos, no estilo, na sua democraticidade interna e na sua capacidade de intervenção.

Desde logo na democracia interna, na capacidade de protagonizar um partido unido na diversidade, a qual implica o combate às frações, à contagem das espingardas, e implica a aposta decidida no debate democrático das ideias. Discordar é tão importante como concordar.

Toda a democracia possível num mínimo de centralismo, mas centralismo; isto é, sem um programa, sem uma linha política para ser seguida por todo o partido, sem o empenho de todos em levar à prática tal orientação, não há partido que resista. Daí que o mínimo de centralismo é a única possibilidade de dar eficácia ao máximo de democracia, a qual, sem esse centralismo, perde a eficácia no domínio político-prático.

Sem dúvida que os comunistas enfrentam um desafio gigantesco. Como transformar? Com quem transformar? E ainda antes destas interrogações, outra maior: serão capazes?

Nada garante a um partido que pelo facto de se chamar comunista tem o futuro assegurado. Mas um partido comunista que persiga o ideal humano mais avançado tem futuro. Isso implica, para além da renúncia e do combate à perversão que foi feita em nome do comunismo, o estudo das novas realidades e novos fenómenos, e, consequentemente, de propostas alternativas credíveis, capazes de

Ausência de política de Pescas na base da crise do sector

Défiçe anual dos produtos de pesca e importação de bens alimentares andam de mãos dadas

O défiçe de produtos de pesca em 1990 foi aproximadamente de 50 milhões de contos. Aliás, esta tendência reflecte o aumento do saldo negativo da nossa balança comercial dos produtos da pesca na ordem dos 3% ao ano entre 87 e 90.

A comprovar esta dura realidade estão os valores de 1991 que mantêm a tendência dos primeiros 9 meses: chegámos ao final do ano com um défiçe de 75 milhões de contos, ou seja, mais 25 milhões do que em 1990.

Esta situação de crescente dependência do estrangeiro é resultado de um decréscimo das capturas nacionais a que não é alheia a política de abates.



O que é a política de abates e que consequências tem

A política de abates no nosso país tem vindo a cativar no PIDDAC elevadas verbas que crescem de ano para ano. Até 1991 tinham já sido inscritos no Orçamento de Estado português e despendidos 1 milhão e 230 mil contos.

Para 1992 estão previstos 860 mil contos o que corresponde a 29% das verbas previstas em PIDDAC/apoiados enquanto que em 1991 representou 207 mil contos, ou seja, 17% do total. Tal diferença significa um aumento de 279% entre 91 e 92 em termos reais.

Insiste-se assim numa política de pescas que é já reconhecida pela Comissão da Pesca da Comunidade Europeia como «não tendo tido bons resultados pois não satisfaz nem pescadores nem consumidores». De facto, os empregos dos pescadores estão ameaçados e assim aquela comissão é obrigada a reconhecer o «triste balanço» da política comum das pescas.

Regime jurídico, PRECISA-SE!

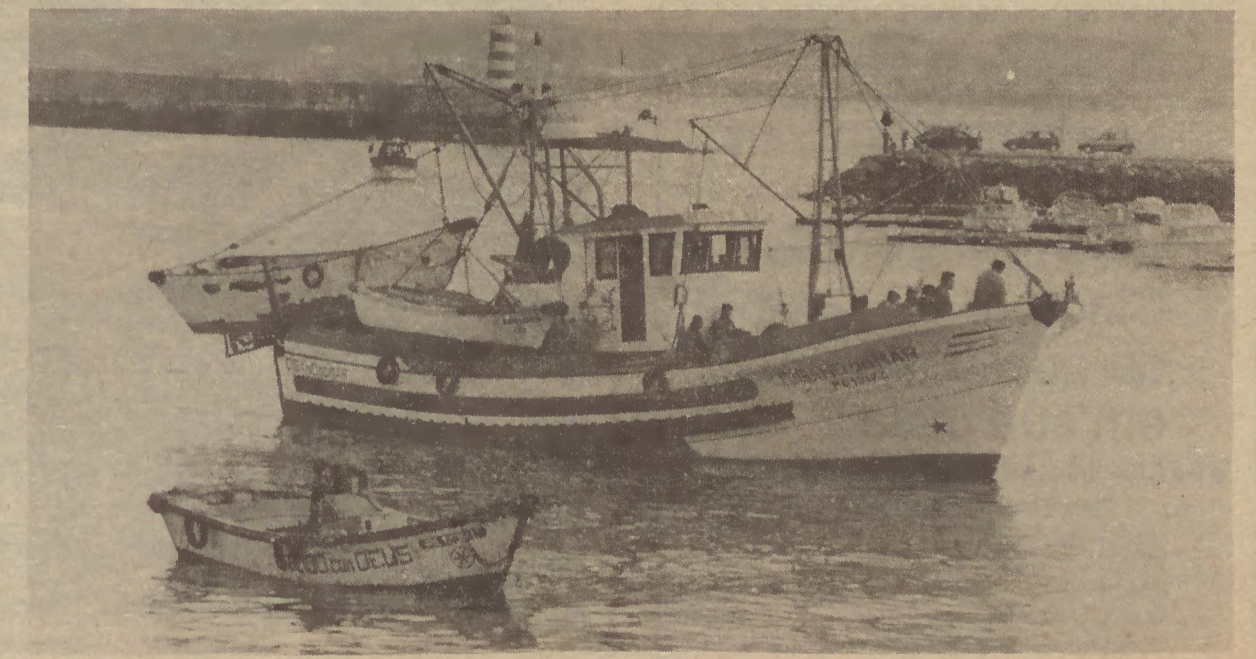
A incapacidade do governo em estabelecer a regulamentação para as pescas (veja-se o caso mais recente), bem como a falta de vontade política de criar um regime jurídico para os trabalhadores do sector são, indiscutivelmente, factores de instabilidade.

A contratação vigente abrange apenas 4500 pescadores num total de 35 mil. O que significa que cerca de 87% dos inscritos maioritários não têm qualquer norma mínima que regulamente a sua relação de trabalho, uma vez que não se lhes aplica a lei geral do trabalho.

Esta é uma das mais importantes reivindicações dos trabalhadores do sector a que urge dar satisfação.

Na Assembleia da República as pescas mereceram intervenção dos deputados comunistas

Desde logo porque tendo sido criado um Ministério próprio para o sector, o Ministério do Mar, presumia-se que tal decisão pudesse ter como objectivo o relançar de uma política nacional para as pescas. Presunção frustrada: por um lado, em termos orçamentais, o conjunto das Direcções e serviços que transitaram para o novo Ministério têm, para o seu funcionamento, um acréscimo nominal de somente 1,5%, o que significa uma quebra em valores reais de cerca de 10% e, portanto, uma menor capacidade de intervenção



Nota da Comissão das Pescas junto do Comité Central



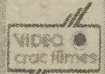
A GREVE

Realização: SERGEI EISENSTEIN
mestre ou mestres, realizador de
"O Couraçado Potemkine"

Superpartium

SOVEXPORTFILM apresenta uma produção GOSKINO/
PROLETKULT - GRIGORI ALEXANDROV, MAKSIM
STRAUCH, MIKHAIL GOMAROV em "STATCHKA"

Fotografia de EDOUARD TISSE - Argumento e
Realização de SERGUEI EISENSTEIN.



O CINEMA DE QUALIDADE
EM SUA CASA

Impressionante reconstituição de uma greve operária na Rússia Czarista de 1912.

Do suicídio de um trabalhador à repressão maciça, a acção progride numa aceleração dramática sem precedentes e culmina em momentos de indescritível violência.

Este trabalho de estreia do jovem Eisenstein possui um fôlego épico, um esplendor visual, um ritmo alucinante que o transformam em muitíssimo mais que um simples panfleto.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, GRL
VIDEO crac filmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX



■ Urbano Tavares Rodrigues

Na partida de Manuel Ferreira

Manuel Ferreira foi um trabalhador infatigável. Viveu apaixonadamente tanto a sua actividade docente, enquanto a exerceu, como a sua obra de escritor e de investigador, ansiando por dar a conhecer a um vasto público as literaturas africanas de língua portuguesa.

Ligado inicialmente ao movimento neo-realista, como o comprova o seu romance *A Casa dos Motas* e sem nunca se afastar de uma perspectiva crítica da sociedade e de uma visão socialista do mundo, evoluiu, com a sua longa permanência em Cabo Verde e o seu casamento com Orlanda Amaralís, para uma linha poético-picaresca, documentada pelos belíssimos livros de contos *Morna* e *Morabeza* e o amplo romance *Hora di Bai*. Mais tarde, já em Lisboa, escreveria a sua obra-prima, *Voz de Prisão*, narrativa notável pela riqueza da estrutura e da escrita, que é também um testemunho sobre a repressão fascista e o sentimento independentista dos povos africanos, mas com um sabor, uma ironia, uma penetrante sensibilidade, que lhe conferem um lugar de eleição no complexo e fascinante terreno de cruzamento de duas culturas, a portuguesa e a africana, que é Cabo Verde.

Após o 25 de Abril de 1974, em que Manuel Ferreira, militante comunista de há muito, participou na crista da onda, foi chamado a reger, na Faculdade de Letras de Lisboa, a cadeira de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Aí criou também o Instituto de Estudos Africanos.

Director da revista «África», autor de preciosas antologias das literaturas dos novos países africanos de língua oficial portuguesa, de *Aventura Crioula* e dos três volumes de *No Reino de Caliban*, Manuel Ferreira fez dessa empresa de investigação, divulgação e aprofundada análise o fulcro da sua vida. Embora tenha ainda noutro domínio, o da literatura infanto-juvenil, dado à estampa várias obras, concentrou sem dúvida o melhor da sua infatigável actividade nos estudos africanos.

Presidente, durante dois anos, da Associação Portuguesa de Escritores, impulsionou a realização do primeiro Congresso dos Escritores de Língua Portuguesa.

Jubilado na Faculdade de Letras de Lisboa, onde deixou, entre colegas e discípulos e várias gerações de estudantes, uma imperecível memória de saber, dedicação e partilha, ainda por lá era frequente a sua presença, tão preso ficara ao trabalho criado.

Também na célula dos escritores comunistas, a que pertencia, fica a saudade da sua presença sempre cordial, na concordância ou na discordância.

Como amigo de quase toda uma vida, aqui lhe deixo o abraço comovido e fraterno que não pude dar-lhe nos últimos dias da sua sempre cheia existência de lutador.



Ilustração de António Domingues para a 2ª edição do livro «Vida de Prisão»

Mulheres comunistas em Almada à procura de outras soluções

O pretexto para uma conversa: a realização de um Plenário a 15 de Fevereiro passado de mulheres comunistas de Almada com uma participação que as nossas entrevistadas, responsáveis pela comissão de trabalho para os problemas das mulheres junto daquela concelhia, considera ter sido boa atendendo ao facto de há muito tempo não se realizar no concelho nenhuma acção deste tipo. Integrado na campanha de discussão dos problemas de organização e frentes de trabalho específicas do Partido, que decorreu de 15 de Fevereiro a 15 de Março, procurou-se igualmente com este Plenário começar a debater com as mulheres comunistas algumas questões que elas pensam ser essenciais no trabalho para esta frente, nomeadamente com vista à preparação da VI Assembleia Concelhia de Almada que vai realizar-se em Maio.

«Avante!» - Esta comissão está constituída desde a V Assembleia Concelhia de Almada, em 89. Como tem decorrido o vosso trabalho?

MPA - Não tem tido um funcionamento tão regular quanto seria desejável. O trabalho tem pontos altos em épocas como o 8 de Março (Dia Internacional da Mulher), nas campanhas eleitorais ou quando a actividade geral do Partido exige uma intervenção mais intensa.

A aposta que agora fazemos é na continuidade do trabalho. Daí que temos um conjunto de ideias e conclusões retiradas do Plenário de Fevereiro (e não só) no sentido de alcançar aquele objectivo.

«Avante!» - Há alguns anos o trabalho partidário nesta frente baseava-se muito nas chamadas «células de mulheres». Entretanto, entendeu-se da sua pouca utilidade e optou-se por outras estruturas. Que balanço fazem dessas modificações?

MPA - Ao nível desta comissão não fizemos esse balanço mas, por exemplo, no Plenário de Fevereiro houve mulheres que colocaram essa questão. Algumas, sobretudo domésticas, disseram que a partir do momento que deixaram de ter reuniões específicas, passaram a estar muito mais afastadas da vida do Partido e desta frente de trabalho. E disseram que se continuam a militar no Partido é, muitas vezes, em tarefas que não lhes agradam. São postas nas Comissões de centro, nos bares, na limpeza...

«Avante!» - Acabaram com as células das domésticas e elas passam a ser domésticas no Partido?

FM - De facto é. Porque nas anteriores células das domésticas o que lhes dava maior vontade de participar nas reuniões periódicas era o chamado «ponto político» que contrabalançava um pouco aquilo que a televisão e o rádio, dia a dia, lhes oferece. Muito do que não sabiam sobre a vida política e social do país, vinham daquela forma saber ao Partido. Quando a célula acabou foram para os centros de trabalho lavar a loiça... e mais nada.

«Avante!» - Querem dizer com isto que há necessidade de se realizar uma certa emancipação da mulher comunista dentro do próprio Partido?

FL - Ressalte-se que a este nível estamos muito melhor que nas outras formações políticas...

MC - É importante referir que se torna necessário aumentar a representatividade das mulheres em todos os níveis de organismos de Direcção do nosso Partido. Isso é algo de fundamental e é constantemente referido nas reuniões que fazemos...

As mentalidades

FL - Mas tudo isto é um problema de mentalidade. Bem... há muitos camaradas homens que apesar de serem comunistas ainda têm dentro deles aquilo a que chamarei mentalidade machista...

«Avante!» - E o que vocês pensam que se pode fazer para reaproveitar o trabalho e a participação dessas camaradas?

MPA - Eu tenho muitas dúvidas em reconstituir as células de domésticas ou fazer outras similares. Ao nível desta comissão acho que podemos é tomar a iniciativa de organizar mais encontros, um pouco descentralizados...

«Avante!» - Mas nesses encontros de mulheres não acaba por suceder que as camaradas só discutem, única e exclusivamente, problemas de mulheres?

MPA - Isso neste momento não é verdadeiro, como o demonstrou o Plenário que fizemos em Fevereiro. Sucedeu foi, neste caso das domésticas, existirem pólos... não era de desenvolvimento de trabalho, era de fofosques, era de mexeriquices, iam queixar-se do que se passava em casa. O trabalho estava a ficar atrofiado.

Hoje penso que é muito diferente a situação se fizermos reuniões com composições heterogêneas que não permitam esse tipo de situação. Uma secretária ou uma mulher trabalhadora não vão levantar esse tipo de questões...

«Avante!» - Mas essa solução não vai provocar desequilíbrios de comunicação, de entendimento das realidades?

MPA - Acho que não porque todas as mulheres têm de tomar consciência de ordem social e política e só tomam consciência dos problemas em geral se estiverem em contacto com pessoas que os vivem. Por exemplo, as muitas domésticas que estiveram no tal Plenário viveram intensamente a intervenção que a nossa camarada Zélia, da Lisnave, fez sobre o assédio sexual que neste momento existe dentro da empresa, o trabalho precário, a dificuldade de participação das mulheres, etc.

O mundo do trabalho

MED - A nível desta comissão onde estamos inseridas, é muito mais produtivo estarem aqui representadas mulheres de diversos sectores. No quotidiano do nosso trabalho aqui a Fernanda, por exemplo, coloca questões para as quais eu não estaria alertada

se não fosse ela, com a sua experiência específica de doméstica e o seu contacto diário com outras domésticas a levantar. É dessa riqueza de vivências que poderá resultar uma acção mais diversificada e ao mesmo tempo mais eficaz da nossa parte.

MPA - Uma das preocupações saídas do Plenário diz respeito ao nível de participação das mulheres nas estruturas dos trabalhadores, assunto sobre o qual concluímos existir um grande retrocesso nos últimos anos. Outra grande prioridade, para além desta ligação ao mundo do trabalho, é conseguir chegar às mulheres do nosso conselho tendo em conta e pensando muito nas eleições autárquicas de 1993. Vamos elaborar um trabalho e um calendário de acções tendo esse período eleitoral em conta.

«Avante!» - O facto de aparecerem mulheres como cabeças de lista para órgãos



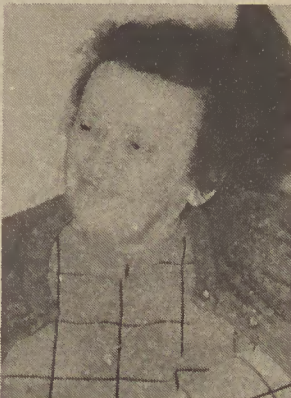
Manuela Pinto Anjo, funcionária do PCP. «A nossa actividade não tem tido um funcionamento tão regular quanto seria desejável. O trabalho tem pontos altos em épocas como o 8 de Março (Dia Internacional da Mulher), nas campanhas eleitorais ou quando a actividade geral do Partido exige uma intervenção mais intensa».



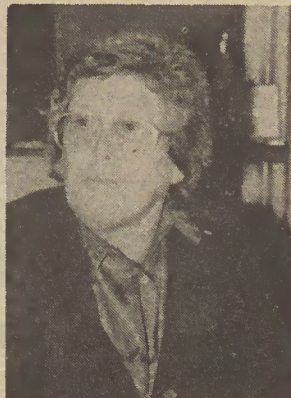
Florentina Castelhana, secretária de Direcção e do MDM desde 1977. «Há muitos camaradas homens que apesar de serem comunistas ainda têm dentro deles aquilo a que chamarei mentalidade machista».



O «Avante!» entrevistou seis dos nove elementos que constituem a comissão de trabalho para os problemas das mulheres com junto da Concelhia de Almada que realizou um Plenário em Fevereiro e que definiu quatro prioridades de trabalho: trabalhadores, autarquias, eleições de 93 e participação nas estruturas unitárias.



Maria Carvalho, funcionária do PCP. «É importante referir que se torna necessário aumentar a representatividade das mulheres em todos os níveis de organismos de Direcção do nosso Partido. Isso é algo de fundamental e é constantemente referido nas reuniões que fazemos».



Fernanda Moreira, doméstica, elemento da Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade. «Nas anteriores células das domésticas o que lhes dava maior vontade de participar nas reuniões periódicas era o chamado «ponto político»(...) Quando a célula acabou foram para os centros de trabalho lavar a loiça... e mais nada».



Emilia Lídia, presidente da Junta de Freguesia de Almada, reformada da Lisnave. «Como autarcas e mulheres, em determinado tipo de iniciativas que realizamos, preocupamo-nos muito com os problemas desta área. E elas não existiam antes, quando estava um homem à frente do município. Mesmo sendo comunista! É que, quer queiramos quer não, isto parte muito da sensibilidade».



Maria Eugénia Dias, funcionária da Carris, elemento da Comissão Nacional do MDM. «A nível desta comissão onde estamos inseridas, é muito mais produtivo estarem aqui representadas mulheres de diversos sectores. No quotidiano do nosso trabalho aqui a Fernanda, por exemplo, coloca questões para as quais eu não estaria alertada se não fosse ela».

autárquicos é por si só algo que motiva o voto dos eleitores?

EL - Geralmente essas mulheres são mulheres com trabalho desempenhado em outras frentes e que a população conhece, que inspiram confiança, não sendo por serem especificamente mulheres que estão na posição de cabeça de lista para uma freguesia ou para a Câmara. Aliás na Junta a que eu presido só existe no executivo uma outra mulher, uma jovem, e homens e mulheres funcionamos como um todo, não há ali uma situação de «mulher para aqui e homem para acolá». No entanto, em determinado tipo de iniciativas que realizamos, preocupamo-nos muito com os problemas das mulheres e, a esse nível, realizamos iniciativas que têm dado resultado.

Isto acontece mesmo a nível camarário. A presidente da Câmara não está aqui mas eu poderei dizer, a título de exemplo, que desde que em 88 ficou à frente do município tem realizado uma iniciativa especificamente para as mulheres trabalhadoras da Câmara que são mais de seiscentas. Tive oportunidade, juntamente com outros presidentes de Junta, de estar presente nessa iniciativa e posso dizer que foi impressionante o convívio e a solidariedade que ali se gerou...

«Avante!» - Esse tipo de iniciativas estaria ausente se o presidente da Câmara fosse homem?

EL - Bem, elas não existiam antes, quando estava um homem à frente do município. Mesmo sendo comunista! É que, quer queiramos quer não, isto parte muito da sensibilidade.

Trabalhar em unidade

«Avante!» - Como se tem desenvolvido aqui em Almada o trabalho unitário em estruturas como o MDM, o Movimento Democrático de Mulheres?

MPA - Essa foi outra das prioridades definidas no nosso Plenário de Fevereiro. Por várias razões, a capacidade de intervenção e o nível de participação no MDM aqui de Almada foi já muito superior ao que hoje sucede. O MDM já teve grande vitalidade e realizou iniciativas de muito interesse.

«Avante!» - Um defeito de trabalho?

MPA - É. Nós não temos conseguido concretizar na prática a «prioridade da frente de trabalho de mulheres».

Nós não temos conseguido, na prática, trabalhar na base desta prioridade.

Não é, naturalmente, um problema que surja por falta de vontade nossa.

As próprias tarefas do Partido, muitas vezes, acabam por impossibilitar essa prioridade.

O Partido realizou há algum tempo uma Conferência Nacional sobre a situação da Mulher que foi para todo o Partido e não apenas para as mulheres comunistas.

Podemos dizer que muitas mulheres comunistas assimilaram a importância da realização daquela conferência, os objectivos que aquela conferência tinha.

Mas houve também mulheres que não terão percebido a importância dessa realização e, sobretudo, nem todo o Partido o compreendeu.

Nenhuma de nós, por exemplo, está em desacordo sobre o valor e a importância do trabalho do MDM. Mas há quem esteja! Aliás, no Plenário que já referimos, essa foi uma questão levantada.

«Avante!» - E essa incompreensão existe porquê? Há quem pense que os problemas das mulheres, no fundamental, já estão resolvidos e daí não se justificar esta prioridade que o Partido quer dar a esta frente de trabalho?

MPA - Umas vezes é isso...

FC - Eu tenho ouvido muitas mulheres dizerem que é difícil trabalhar em unidade porque... bom, nós somos comunistas, é muito bom ser-se comunista, e quando participamos em iniciativas unitárias, como as do MDM, por vezes dá-nos uma revolta muito grande ver mulheres de outras frentes políticas estarem com certas ideias que nos são contrárias enquanto comunistas.

É muito difícil estar a aceitar determinadas posições numa reunião, termos de nos calar e às vezes ter mesmo de dizer sim a coisas com as quais não estamos de acordo. É muito difícil trabalhar em unidade.

MPA - Temos de levar em conta que grande parte do êxito das iniciativas tem a ver com sensibilidades que levam a uma maior ou menor participação das mulheres deste concelho. Quando organizamos iniciativas temos de pensar para quem elas são e a forma como vamos abordar as coisas. Por exemplo, se nós estamos com um atraso muito grande, em termos de Partido, no trabalho de organização do comércio e queremos atingir as mulheres do comércio, que é um sector com problemas gravíssimos, temos de pensar bem qual o tipo de iniciativa que as vai a cativar.

Algarve quer eleições regionais em 1993

Das conclusões do 7º Congresso do Algarve, que decorreu entre 19 e 22 de Março em Vilamoura, consta uma recomendação para que a Assembleia da República «estabeleça um calendário para aprovação da lei de criação das regiões administrativas por forma a que as primeiras eleições se possam realizar conjuntamente com as eleições autárquicas de 1993».

O documento final, lido na sessão de encerramento em que participou o ministro Faria de Oliveira, inclui ainda outras importantes recomendações no campo do desenvolvimento e da regionalização (embora, como reconheceu o secretário-geral do congresso, João Matoso, os organizadores não tenham desta vez, propositadamente, reservado ao tema um lugar de destaque nos temas propostos para discussão):

- «o integral cumprimento da Lei de Finanças Locais e o reforço das competências das autarquias»,
- «que, no quadro da preparação do novo plano de desenvolvimento regional, a CCR do Algarve promova uma séria audição das entidades regionais interessadas e capazes de dar contributo àquele trabalho»,
- «a criação de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional, como instrumento para apoiar o desenvolvimento económico-social do Algarve e potenciar a modernização do tecido empresarial».

Para a criação da Região Administrativa, foi sublinhada a importância de um forte movimento de opinião pública que pressione os órgãos de poder, reconhecendo-se que «a organização da sociedade civil é uma componente vital para o reforço da democracia e o progresso do Algarve».

As conclusões abarcam ainda cinco outros grandes temas: cultura e sociedade; turismo; agricultura; pescas e recursos vivos aquáticos; e ambiente e recursos naturais. Das propostas, recomendações e reclamações saídas do congresso destacam-se:

- uma homenagem, a nível nacional e regional, a Manuel Teixeira Gomes,

À regionalização não foi formalmente dado um lugar de destaque, mas ela impôs-se, como necessidade urgente, nos trabalhos do 7º Congresso do Algarve

- a constituição de uma comissão pró-Museu da Mulher Algarvia,

- a criação urgente, no quadro do Ministério da Saúde, de uma estrutura para a profilaxia e tratamento da toxicodpendência,

- uma maior diversificação da oferta turística,

- associar a qualidade do turismo à dignificação das condições de trabalho e à valorização dos seus profissionais, bem como à melhoria das condições ambientais da região e da qualidade de vida dos residentes,

- uma aposta mais forte na valorização do património (nomeadamente arqueológico e etnográfico),

- aumentar a produção e a produtividade na agricultura, defendendo o património genético agrícola e incrementando a utilização das suas potencialidades,

- incentivar a defesa, melhoria e promoção dos produtos regionais (designadamente, o queijo de cabra artesanal, a carne de ovino, os tomilhos e a goma de alfarroba),

- tomar urgentemente medidas de protecção à pesca, nomeadamente à pesca artesanal,

- encorajar a investigação sobre os recursos vivos aquáticos (em especial o «caranguejo-da-fundura»),

- actuar, a muito curto prazo, para proteger a ameijoia da Ria Formosa,

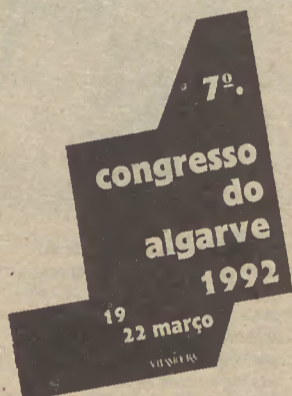
- revelar e explorar comercialmente os recursos hidro-minerais de elevado valor existentes na região,

- concretizar o projecto de navegabilidade do rio Arade até Silves.

Nas conclusões do 7º Congresso do Algarve alerta-se ainda para o perigo de deterioração, e mesmo perdas irreparáveis, que ameaça o património do Arquivo Distrital. Igualmente se chama a atenção para o facto de a diminuição dos custos do transporte no pacote turístico tornar a região mais vulnerável face à concorrência dos destinos de longa distância.

O perigo de desertificação humana no Algarve rural - «um mundo ao abandono» - e os riscos de erosão do solo são também preocupações expressas no documento final do congresso. Na região «foram salientes as repercussões da instabilidade meteorológica nos regimes hídricos», afirma-se, advertindo que «cheias, secas, erosão e desertificação são cenários desta mesma realidade, que se podem ainda vir a agravar, no contexto de previsíveis modificações climáticas, se não existir uma adequada política de intervenção e ordenamento territorial, atempadamente executada».

O 7º Congresso do Algarve (a que voltaremos no próximo número do «Avante!») foi promovido pelo Racial Clube de Silves, e contou com cerca de 500 participantes e mais de uma centena de comunicações.



Querido diário... do 7º Congresso

Quinta-feira, 19

A abertura oficial, de manhã, não teve deputados, mas isso não ficou para a história. Para esta, o que vale, realmente (a julgar pela repercussão nos *media*), é a nova auto-estrada que Joaquim Vairinhos quer fazer passar por Loulé e são as boas obras em curso que o governador-civil enumerou. Fica, também em jeito de consolação, o elogio de Cabrita Neto ao Hospital Distrital de Faro, o melhor de Portugal (como não estarão os outros?!).

De tarde entrou-se nas sessões de trabalho, que decorreram simultaneamente em duas salas e que partiram literalmente das raízes algarvias, começando por tratar do passado e da terra. Quando Carlos Brito, da Comissão Política do PCP e director do «Avante!», apresentou a sua comunicação sobre o pensamento político de Manuel Teixeira Gomes (que mereceu elogios e resultou na recomendação de uma homenagem ao único algarvio que até hoje ocupou o cargo de Presidente da República), já se tinha falado sobre as escavações na estação arqueológica de Cerro da Vila (situada ali mesmo ao lado) e no castelo de Salir, e da sismologia do Algarve; depois, falou-se ainda do pintor (e decorador, e cineasta, e etnólogo, e poeta) Carlos Porfírio, e da rebelião dos algarvios do século XII contra os almorávidas. Na sala do lado, especialistas do INE apresentavam alguns dos mais recentes dados disponíveis sobre a agricultura do Algarve. Seguiram-se comunicações sobre fertilizantes - entre eles, as lamas retiradas das estações de tratamento de águas residuais - e sobre fertirrigação (aproveitamento das ditas águas residuais como factor de produção). A agricultura e a pecuária continuariam em foco na sessão seguinte. Lagos esteve em peso na sessão sobre os Descobrimentos, o que se veio a reflectir nas conclusões, onde se reivindica para a cidade um lugar destacado nas comemorações nacionais.

Sexta-feira, 20

A comunicações sobre os museus etnográficos (o Regional, ainda em projecto, e o de Espiche, a necessitar de instalações), seguiu-se, na sessão sobre cultura e sociedade, a

proposta de criação de um Museu da Mulher Algarvia. Na sala ao lado, dizia-se a várias vozes que no Algarve há água, mas está mal aproveitada.

O primeiro painel em plenário teve como tema os Descobrimentos, a que os organizadores quiseram dar especial importância neste congresso. Além das notícias trazidas pela Comissão Municipal que está a animar o concelho de Lagos, ouviu-se José Manuel Garcia (assessor da Comissão Nacional para as comemorações) evocar a ligação ao Algarve do Infante D. Henrique e censurar as obras que o IPPC e a Secretaria de Estado da Cultura estão a levar a cabo na fortaleza de Sagres - no que foi prontamente acompanhado por outros congressistas. Literalmente «do outro lado» (como foi apresentada), veio a visão dos Descobrimentos exposta pela brasileira Augusta Ferraz, que esteve no congresso com o grupo de teatro «Os Guarani»: falou do passado colonial do ponto de vista dos colonizados, dizendo que o sonho português foi o pesadelo dos índios brasileiros. O aplauso foi do tamanho da apaixonada polémica que assim se abriu. Nas sessões da tarde alertou-se para a ameaça de desertificação do Algarve, falou-se do mar e das suas riquezas por explorar, das pescas e da vida dos pescadores, da história e cultura de concelhos e freguesias, dos problemas do ensino, dos professores, da luta contra a toxicodpendência. Como não podia deixar de ser, apontou-se o dedo ao Governo do País e exigiu-se a criação da Região Administrativa.

Sábado, 21

Numa das sessões da manhã tiveram lugar de destaque os problemas dos trabalhadores no Algarve - em especial a precariedade do

emprego na administração pública - e dos desempregados há mais de dois anos. Na outra sala falava-se de vectores de desenvolvimento, tratando temas que foram da cartografia digitalizada à engenharia financeira.

«O Algarve e o Futuro», segundo painel em plenário neste congresso, foi sem dúvida o momento mais alto do confronto político. Mendes Bota, eurodeputado do PSD que é também conhecido como poeta e cantor, abriu o debate, estendendo por uma vintena de páginas as mutações europeias que vão condicionar a economia algarvia, alertando para os riscos que correm as empresas, a agricultura, a pesca, o turismo, e defendendo a criação da Região Administrativa (mais tarde, havia de receber da assistência o comentário de que mais parecia um deputado da oposição...). José Vitorino vestiu aqui a pele da CEAL (confederação de empresários algarvios), repetiu o conhecido diagnóstico da economia regional e lembrou que o objectivo dos empresários é o lucro, como bem se sabe, pelo que recusou responsabilidades que são de quem faz as leis e detém o poder político. O socialista Luís Filipe Madeira optou por acentuar as opções tomadas no Algarve, como determinantes do futuro, em contraposição ao tom europeísta até aí dominante nos discursos, no que não foi particularmente feliz, retomando depois a defesa da Região Administrativa e a «batalha da água». Carlos Brito, dando à sua intervenção um colorido de naus e caravelas a condizer com os Descobrimentos assinalados no congresso, referiu o enquadramento (nacional, internacional e comunitário), as prioridades e o modelo do desenvolvimento do Algarve, pondo o dedo na ferida ao lembrar que, se a regionalização não virá mudar as marés e os ventos, trará certamente novas técnicas de marear rumo à Índia do nosso futuro. Para o público não restava



O Congresso do Algarve recomenda a realização das primeiras eleições regionais juntamente com as autárquicas de 93, bem como o integral cumprimento da Lei de Finanças Locais. O ministro Faria de Oliveira estava presente quando Jorge Pereira e João Mealha leram as conclusões

muito tempo. A pretexto de um pedido de esclarecimento, o Governador Civil de Faro aproveitou para anunciar que brevemente iria ser anunciada a abertura de uma linha de crédito de 50 milhões de contos para apoio a reparações em unidades hoteleiras de todo o País... Passado o almoço - e com o atraso e a pouca assistência que marcaram a maioria das sessões -, retomou-se o tema da regionalização (intervindo, entre outros, Carlos Luís Figueira, o responsável da direcção regional do PCP) e do turismo.

Domingo, 22

Dia de encerramento, com sessão oficial marcada para duas horas mas que demorou apenas uma, digam lá os leitores se não se presta mesmo a que por ali apareçam uma porção de figuras e personalidades!... Tanto mais que estava anunciada a presença do ministro do Comércio e Turismo. Tudo assim foi: as personalidades em grande número, o ministro em simpáticas poses, os jornalistas em maior azáfama. Jorge Pereira e João Mealha, do secretariado do congresso, leram as conclusões apuradas ao longo dos três dias anteriores. João Matoso, o secretário-geral, afirmou o propósito dos organizadores de continuar a proporcionar, com o congresso, um espaço pluridisciplinar e pluripartidário para discussão dos problemas regionais. A encerrar, Faria de Oliveira disse que o Algarve é uma região de futuro, que o sucesso depende sobretudo dos empresários, que o sol e a praia terão sempre a preponderância nos produtos turísticos algarvios, que vai haver uma linha de crédito para os hoteleiros (a novidade que Cabrita Neto já tinha desvendado na véspera) e que daqui a 18 meses vai haver uma nova escola de hotelaria em Faro.

Daqui a dois anos, pela vontade dos organizadores e dos participantes, haverá o 8º Congresso do Algarve.



Carlos Brito, Mendes Bota, João Matoso, Luís Filipe Madeira e José Vitorino, no painel «O Algarve e o Futuro»

Em 1º Encontro Nacional Cidades Saudáveis reúnem na Amadora

Reunindo mais de 30 municípios portugueses, representantes do Governo na área da Saúde e também da Organização Mundial de Saúde, além de diversas entidades, realizou-se na cidade da Amadora a 13 e 14 de Março o «1º Encontro de Cidades Saudáveis», uma iniciativa que divulga o projecto da Organização Mundial de Saúde (OMS) que visa a promoção da qualidade de vida nos centros urbanos com mais de 20 000 habitantes. A Amadora é a única cidade portuguesa que apresentou, até agora, a candidatura a esta rede europeia de cidades saudáveis, um projecto da OMS que não se destina a cidades onde haja saúde, mas onde se lute pelo bem-estar. Existem já em toda a Europa 30 cidades com projectos em curso que satisfaçam as condições de admissão impostas pela OMS, por exemplo Barcelona, Belfast ou Estocolmo.

A importância desta iniciativa - pioneira no nosso país - foi claramente definida na Resolução saída do Encontro, onde os municípios presentes, após apreciarem «os

princípios condutores do Projecto Europeu das Cidades Saudáveis, que a Organização Mundial de Saúde vem promovendo», reconhecem «a necessidade de substituir o conceito tradicional de Saúde, conduzido por instituições, por um conceito mais abrangente, dinâmico e participativo, onde a Comunidade assuma papel protagonista».

As medidas que se exigem

Assim, os representantes dos mais de 30 municípios participantes no 1º Encontro Nacional das Cidades Saudáveis acordaram na exigência da adopção de um conjunto de 10 medidas, que passamos a transcrever:

- 1 - Desenvolvimento de mecanismos e acções de captação de novos interlocutores no seio da comunidade.
- 2 - Desenvolvimento de mecanismos e acções que conduzam a uma diversificação profissional dos intervenientes na promoção de saúde.

3 - Desenvolvimento de mecanismos e acções que viabilizem a diversificação de espaços de intervenção.

4 - Assunção plena das 10 motivações de participação da comunidade apresentadas pelo consultor da OMS presente no Encontro da Amadora, Alastair White.

5 - Divulgação intercidades de projectos de promoção de saúde e dos seus resultados.

6 - Confrontação dos problemas comuns com as diferentes formas de os solucionar.

7 - Institucionalização, alargamento e criação de mecanismos e acções de intercâmbio de informação.

8 - Desenvolvimento de intervenções intersectoriais e interinstitucionais para promoção de saúde.

9 - Assegurar os recursos humanos, materiais e financeiros fundamentais à aplicação do projecto.

10 - Apoio aos esforços de constituição de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis.

Neste quadro, os municípios participantes comprometeram-se a «assumir políticas municipais que definam áreas prioritárias e estratégicas de intervenção articulada» e a «constituir, em cada município, estruturas municipais que coordenem localmente o Movimento Cidades Saudáveis».

Finalmente acordaram ainda recomendar à Organização Mundial de Saúde que «no processo de apreciação de candidatura ao Projecto Europeu de Cidades Saudáveis considere a contemplação de duas cidades portuguesas», e apelar a todos os municípios portugueses para que adiram à filosofia do Projecto Europeu das Cidades Saudáveis e para que participem no próximo simpósio anual das Cidades Saudáveis, promovido pela OMS e que vai ter lugar em Copenhaga, em Julho deste ano.

Orlando de Almeida «É preciso interessar cada vez mais municípios»

Orlando de Almeida, presidente da Câmara Municipal da Amadora - a autarquia que promoveu o 1º Encontro Nacional das Cidades Saudáveis - explicou, na intervenção proferida, que «o esforço e interesse postos na difusão deste programa resultou do nosso próprio contacto com ele, através dos simpósios internacionais que anualmente se realizam mas também, e talvez fundamentalmente, da nossa experiência concreta de trabalho neste domínio». E pormenorizou, acerca do objectivo do Encontro:

«O Programa Cidades Saudáveis expõe, no que diz respeito às autarquias, um novo pensamento sobre o seu papel e vocação. Pensa-os, em última instância, como governo da cidade, de natureza essencialmente participativa. O fundamento da sua actividade é a qualidade de vida das populações ou, por outra forma, a saúde das comunidades e todo o feixe complexo da relação que a determina».

Recordando que «no domínio da saúde as competências legais fixadas cabem, quase por inteiro, ao Poder Central», o presidente da Câmara Municipal da Amadora fez questão de sublinhar que «no município da Amadora - porque, de forma crescente, assumimos esta noção de autarquia como governo da comunidade - consideramos necessário reforçar um conjunto de exigências que nos parecem essenciais ao bem-estar da população do Concelho», desenvolvendo de seguida, em jeito de parêntesis, algumas necessidades específicas e estratégicas no campo da Saúde no populoso Concelho da Amadora, com relevo para a construção dos Centros de Saúde da Brandoa e da Damaia, para os quais o município já disponibilizou meios e que tarda, por aparente indiferença do Poder Central, em ser concretizado.

Urge conhecer o projecto

Retomando mais adiante os objectivos do Encontro, Orlando de Almeida afirmou:

«Tendo em conta a vitalidade e iniciativa do Poder Local em Portugal, não é facilmente justificável que este projecto não seja conhecido no nosso país, pelo menos conhecido ao ponto de suscitar interesse e vontade de participação. Cremos que, apesar do curto período com que foi preparado, a receptividade que constatámos a esta iniciativa que aqui nos reúne revela que há sensibilidade e disponibilidade».

E a seguir:

«Faltou até aqui, pensamos, a informação e divulgação necessárias. Esperamos que as vontades reunidas neste Encontro e esta mesma realização permitam tomar iniciativas concretas, de modo a suprimir essa dificuldade». Quanto ao município da Amadora, «consideramos de extrema utilidade que este Encontro - para lá dessa função de informação e divulgação - contribua para construir um modo de coordenação entre municípios portugueses que assegure, quer a troca de experiências, como a coordenação do relacionamento com a Administração Central e o contacto estabelecido com a Organização Mundial de Saúde».

E a finalizar:

«Quer-nos parecer que esse espaço se afigura como indispensável para garantir que o projecto seja conhecido e susceptível de interessar cada vez mais municípios. Estamos disponíveis, pela nossa parte, para dar o nosso contributo nessa direcção: cremos ser do maior interesse e utilidade o desenvolvimento do projecto em Portugal. Estamos vitalmente interessados nisso, para que a nossa experiência particular possa ser confrontada com outras experiências portuguesas».



O que disse a Associação de Municípios

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) esteve presente no 1º Encontro de Cidades Saudáveis, tendo o seu representante proferido uma breve intervenção, que condensamos.

Após referir o objectivo de «Saúde Para Todos no Ano 2000» como «o desejo a que a Organização Mundial de Saúde deu voz na Conferência de Alma-Ata», a ANMP considerou que «é a partir daí que se começa a compreender que não são apenas os hospitais e os profissionais que aí trabalham que são os principais responsáveis pela saúde. Para além deles e, quantas vezes, muito mais que eles, outros equipamentos, outras personagens têm um papel importante e principalmente no bem-estar e na saúde das populações. É o fim do hospital-centrismo e o reconhecimento dos Cuidados Primários de Saúde». E mais adiante:

«Indicadores de saúde, como a mortalidade infantil ou a mortalidade por doenças infecciosas, cuja queda tão signifi-

cativa marcou esta última época, não estão desligados das importantes obras realizadas pelas autarquias no saneamento básico». Daí que, «como frisou a Associação Nacional de Municípios Portugueses, os 53 milhões de contos retirados no Orçamento do Estado às Autarquias este ano vão reflectir-se na execução de menos obras de abastecimento de água, em menos estações de tratamento de águas residuais, menos habitação social, menos escolas, menos centros de dia, menos caminhos, menos centros e postos de saúde, menos subsídios aos bombeiros, aos grupos desportivos e às colectividades de cultura e recreio». E a terminar:

«Mas este Encontro constitui também uma prova de dinamização de força e de imaginação do Poder Local que, liderando este projecto, ao procurar novas soluções e estratégias que sejam capazes de contribuir para que Saúde para todos no ano 2000 deixe de ser uma miragem e passe a ser uma realidade».

Os pormenores duma Plataforma

No âmbito da realização do 1º Encontro Nacional das Cidades Saudáveis, os representantes dos municípios participantes acordaram:

1 - Reconhecer no Projecto Europeu Cidades Saudáveis, promovido pela Organização Mundial de Saúde, virtualidades e utilidade para o desenvolvimento de políticas municipais que perseguem a melhoria da Saúde e Bem-Estar das Comunidades.

2 - Afirmar o seu empenho, a curto prazo, de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis.

3 - Sujeitar de imediato à ratificação dos órgãos que representam a adesão plena à filosofia «Rede Nacional de Cidades Saudáveis».

4 - Constituir uma Comissão Instaladora da Rede Nacional das Cidades Saudáveis, composta pelos seguintes municípios: Amadora, Coimbra, Figueira da Foz, Lisboa e Seixal.

3 - Considerar a realização, no 2º semestre de 1992, de um Encontro Nacional de Municípios que formalize a constituição de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis Portuguesas.

6 - Apelar aos demais municípios portugueses para a sua adesão aos princípios que presidem ao Projecto Europeu das Cidades Saudáveis.

7 - Delegar no Município da Amadora a ampla divulgação do texto desta Plataforma junto dos órgãos de Comunicação Social, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, das Assembleias e Câmaras Municipais, do Ministério da Saúde, dos principais órgãos da soberania nacional e da OMS.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Prenúncio

Bancos. Mais bancos. Uma lista vária. Atenção aos depósitos! Eu acho que o perigo aumenta. Ah, esta diária sensação de cair de um banco abaixo...

Nabos

Alguém que longe vê no mágico porvir CEE diz que o nosso maior dom está nos produtos hortícolas. Que bom!

Procedimento com sentido escoamento garantido...

Logo vi. Com tantos nabos a dar abalos por aí o que eles querem mesmo é exportá-los...

Ó magos do progresso! Com mil diabos, então o vosso sucesso não vai além dos nabos?...

Telenovela

O Durão não durou. Pois olha a maravilha... Há muito a **Gazetilha** garrida o anunciou. Dentro daquele instinto de profeta que há em todo o poeta? Não digo tanto, eh lá... Somente penso que bastava o bom senso que em todo o homem há...

Aqui para nós, a bizarrice não é que ele saísse enfim, era o seu fado, com a trouxe e tanta. A mim o que me espanta é que ele houvesse entrado...

Na gesta lacrimal de um tosco herói o culpado afinal quem foi? Quem foi que pôs o coitadinho na fofalha? Ora quem foi... Alguém que nunca falha e agora está muito caladinho...

Toutinegra

Voltou a toutinegra à minha rua como todos os anos acontece. Entre as folhas das árvores parece um sonho apenas entre o sol e a lua.

Uma toda finíssima charrua no chão de luz prepara a antiga messe onde aquecendo a doce e clara prece no fio de si própria continua.

O fragor da cidade não descansa mas ergue-se esta voz de muita esperança para assinar o livro do registo.

A toutinegra canta a sua lei: — Eu amo, eu sempre amei, eu amarei não esqueço, não me vendo, não desisto.

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Os «maus serviços»

O dirigente da UGT, José Veludo, acusou há dias a Inspeção Geral das Finanças (IGF) de «estar a prestar um mau serviço ao País». Ora o único «mau serviço» que se vislumbra possível por parte da Inspeção Geral de Finanças é o de não cumprir a sua função, ou seja... inspeccionar. Será disso que se queixa Veludo?!... Não. O incomodado dirigente da UGT queixa-se, exactamente, do contrário, ou seja, da inspeção que a IGF fez às finanças da UGT, descobrindo assim grossas fraudes praticadas nesta central sindical. Pelo que o raciocínio de Veludo fica em uma de duas: ou acha que Inspeção Geral de Finanças não deve inspeccionar, ou então que a UGT, os seus dirigentes e os seus negócios estão acima das leis que regem este País. Vindo isto de um sindicalista, temos aqui um rico serviço... e não é, de certeza, em prol dos trabalhadores.

Aberturas

O presidente italiano, Francesco Cossiga, vai começar hoje, quinta-feira, uma «Presidência Aberta» ao estilo de Mário Soares (seu confessado inspirador) onde procurará «dar um sentimento de unidade na diversidade italiana». O mais curioso disto é que a Itália está a menos de um mês de eleições gerais, grassando actualmente o pânico entre os partidos tradicionais que

monopolizam o poder há 45 anos (com destaque para a Democracia Cristã), temendo perder o poleiro. E é precisamente nesta altura que o presidente italiano lhe dá para a «Presidência Aberta». Aberta a quem? E para fechar o quê?

O espaço curto

Tantas teses para tão pouco, será o comentário que um documento divulgado numa folha informativa da chamada Plataforma de Esquerda, poderá suscitar, acreditamos nós, nos eventuais leitores. Uma leitura mais atenta, porém, dá para entender que sendo a mensagem pouca, não será por acaso que ela se vai repetindo, de tese em tese. Visando demonstrar que a esquerda é pouca e os partidos não prestam, acaba por sugerir a necessidade de mais um. Que, não o sendo, pretende sê-lo. Que, não se organizando, pretende organizar-se. Que, não querendo concorrer com os outros, pretende correr com eles.

Afirma que «o espaço partidário é curto» para a cidadania política. Que a «esquerda portuguesa caminha alegremente para parte nenhuma». Esperava-se, assim, uma alternativa. Mas não: declaram não vir anunciar alternativas. Porém propõem-las. O pior é que o leitor procura-as nas tais teses e não as encontra. O segredo desta ambivalência talvez se ache naquela afirmação de que a Plataforma não está disposta a fazer muito. Os cidadãos que o façam: «A Plataforma pode considerar que esta ou

aquela causa tem pertinência numa dada conjuntura: mas não se substituirá aos interessados nem está interessada em promover o "tarefismo". A política é para ser feita à medida e ao ritmo das pessoas».

Qual será o ritmo «destas» pessoas? Devagar? Devagarinho? Ou parados?

Promessas

Mas, apesar de se afirmar assim tão pouco, de não ser um projecto mas uma «placa giratória», de não querer ser um partido mas de admitir sê-lo para concorrer às eleições, de não oferecer uma «teoria da sociedade», de não querer «dar orientação sindical», mas de a fornecer, nomeadamente quanto à «transformação das centrais sindicais», a Plataforma tem uma ótima opinião de si própria. Ela pretende ser a «esquerda» que vem acrescentar-se à esquerda. A «esquerda que não se fica». A «esquerda radicalmente democrática». A «esquerda internacionalista», embora dentro dos parâmetros da CE. A «esquerda do pensamento crítico sem fronteiras». A «esquerda avisada e precavida». São promessas de monta. Uma coisa é muito mais certa que as outras. É a vontade de ir às eleições. Outra é a de que pensam os mentores da Plataforma que a «alternativa ao PSD, enquanto maioria de Governo, não é uma questão que esteja na ordem do dia». Sendo assim, temos tempo de sobra.

frases da Semana

“A UGT está preocupada apenas com a sua própria estabilidade financeira. São gestores, não trabalhadores. Falam de taxas de inflação, não dos salários. Alegam-se com Maastrich. O Vale do Ave é longe. Adoram os corredores do poder, odeiam a rua e as fábricas. A realidade é esta.” (...)

☞ (Luís Marques, «Cara do Caso» — «Expresso», 21.03.92)

“Foi uma trama para destruir o Tino”

☞ (Mulher de Diamantino Durão — «Expresso», 21.03.92)

“Quería pôr 10 mil professores a trabalhar e fui afastado...!”

☞ (Diamantino Durão — «O Diabo», 24.03.92)

“Vou para onde o senhor Primeiro-Ministro quiser.”

☞ (Couto dos Santos — «O Independente», 20.03.92)

“Remodelação enfurece Durão Barroso... e diverte Santa Lopes”

☞ (títulos — «Semanário», 21.03.92)

“A sueca, ou o que isso simboliza em termos de sensibilidades dentro do PSD, marcaram-no desde o início da sua carreira.”

☞ (sobre o «precoce e dotado» Marques Mendes — «Semanário», 21.03.92)

“(...) apesar de pequenino, Marques Mendes não precisou de encontrar as botas-de-sete-léguas para saber tudo o que se passa no reino de Cavaco. Bastou-lhe sentar-se no lugar certo e ter a confiança do rei.”

☞ (Ricardo Costa, «Faces» — «Expresso», 21.03.92)

“Quero prisão para violadores do ambiente”

☞ (Teresa Patrício Gouveia — «O Diabo», 24.03.92)

“‘Revolução’ eleitoral pode ficar para 1994”

☞ (título — «Correio da Manhã», 24.03.92)

“Acabaram as divergências: vamos dar as mãos e construir o futuro do CDS.”

☞ (Basílio Horta — «O Diabo», 24.03.92)

“Não tenho vontade nenhuma de ser presidente, mas quem deve decidir é o povo.”

☞ (Ross Perot, milionário texano, candidato à Presidência dos EUA — «Diário de Notícias», 24.03.92)

“Então descobri que gostava do convívio com a câmara”

☞ («Pipinha», do «Jogo de Cartas» — «O Diabo», 24.03.92)



Agenda

se, a partir das 14.30, um debate público com a participação do camarada Armando de Castro subordinado ao tema «A economia ao serviço de quem e de quê? O lugar e o papel do Homem na organização económica das sociedades capitalista e socialista».

• LISBOA

Debate: «A batalha ideológica. Fim da luta de classes? Fim das ideologias?». No CT da Av. António Serpa, às 15.00, com a participação do camarada Aurélio Santos, promovido pelas organizações das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião.

• PAIO PIRES

Reunião de quadros da Freguesia sobre questões da organização do Partido, com a participação do camarada Manuel Valente. Às 15.00, no CT.

• PORTO

«O Ambiente, o Ordenamento do Território e o De-

maradas ligados ao trabalho de Informação e Propaganda. No Centro de Trabalho às 21.00.

• CASCAIS

Plenário da Comissão Concelhia de Cascais: às 21.00, no Centro de Trabalho.

• COIMBRA

«A economia portuguesa no quadro da restauração do capitalismo e da integração na CEE» - debate promovido pelo Comité Local e sectores Intelectual e Sindical de Coimbra, com a participação do camarada Octávio Teixeira.

missão Concelhia para preparação da intervenção dos comunistas no Encontro Concelhio da CDU. No CT, às 20.30.

• SANTARÉM

Debate sobre a situação internacional, com a participação do camarada Albano Nunes: às 21.30, no Centro de Trabalho.

• SINTRA

Plenário de militantes da freguesia de S. João das Lámpas. No CT local, às 21.30, com a participação de António Cordeiro.

Quinta, 26

• LISBOA

Audição Pública sobre os Parques de Ciência e Tecnologia, promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia do PCP. Na Sala Milão do Hotel Roma, com início às 21.00.

Plenário da Função Pública, que inclui debate sob o tema «Ser comunista hoje». Às 18.30, no CT Vitória, com a participação do camarada Aurélio Santos.

• CASCAIS

Reunião da célula da Alcatel: no

Porto Sábado Seminário: O Ambiente, o Ordenamento do Território e o Desenvolvimento Regional

Centro de Trabalho de Cascais, às 19.00.

Alcabideche: reunião da célula dos Reformados, para discussão da situação política. No CT local, às 15.00.

• S. DOMINGOS DE RANA

Plenário da célula dos Reformados, com a participação do camarada Jaime Félix. No CT de Tires, às 15.30.

Sexta, 27

• ALMADA

Reunião de activistas da Festa do «Avante!»: no Centro de Trabalho Concelhio, às 21.00. Participa o camarada Henrique de Sousa.

• AMADORA

Plenário de ca-

No Centro de Trabalho, às 21.30.

• FARO

«A comunicação social e a luta ideológica» - debate público promovido pela DORAL, no Hotel Sta. Maria, às 21.30, com a participação do camarada Ruben de Carvalho.

• LISBOA

«O Partido que queremos, o Partido que somos» - debate no Centro de Trabalho de Alcântara, às 21.00, com a participação do camarada Vidal Pinto.

Reunião da Direcção do sector Centro Norte de Empresas: no CT da Av. Duque de Loulé, às 19.30.

• ODIVELAS

Plenário da Co-

Sábado, 28

ENTRONCAMENTO

Convívio promovido pela JCP do Entroncamento e de Vila Nova da Barquinha, comemorativo do Dia da Juventude: a partir das 15.00, no CT do Entroncamento.

• BRAGA

Assembleia da Organização dos Professores da O.R. Braga: a partir das 10.00, no salão da Junta de Freguesia de S. Lázaro. No quadro da Assembleia realiza-

se, a partir das 14.30, um debate público com a participação do camarada Armando de Castro subordinado ao tema «A economia ao serviço de quem e de quê? O lugar e o papel do Homem na organização económica das sociedades capitalista e socialista».

• V. REAL STO. ANTÓNIO

«A comunicação social e a luta ideológica» - debate público moderado pelo camarada Ruben de Carva-

Debates

Coimbra

Sexta-feira
A economia portuguesa no quadro da restauração do capitalismo e da integração na CEE
com Octávio Teixeira

Faro

Sexta-feira
V. Real Sto. António
Sábado
A comunicação social e a luta ideológica
com Ruben de Carvalho

Lisboa

Sexta-feira
O Partido que queremos, o Partido que somos
com Vidal Pinto

Santarém

Sexta-feira
A situação internacional
com Albano Nunes

Lisboa

Sábado
A batalha ideológica. Fim da luta de classes? Fim das ideologias?
Com Aurélio Santos

Braga

Sábado
A economia ao serviço de quem e de quê? O lugar e o papel do Homem na organização económica das sociedades capitalista e socialista
Com Armando de Castro

lho, às 15.30, no Sindicato das Conservas.

Domingo, 29

• DAMAIA

Almoço-convívio comemorativo do 71º aniversário do Partido. Às 13.00, no CT da Damaia.

• FAFE

Assembleia da Organização Concelhia. A partir das 14.00, no Centro de Trabalho.

• FIGUEIRA DA FOZ

IV Assembleia da Organização Concelhia. No Hotel Costa de Prata-1. Participa o camarada Agostinho Lopes, que intervém no encerramento, ao fim da manhã.

• MONTEMOR-O-VELHO

Almoço-convívio comemorativo do 71º aniversário do Partido, promovido pela Comissão Concelhia. Às

12.30, no restaurante «O Telheiro» em Bebedouro/Arazedo.

• TIRES

Almoço-convívio comemorativo do 71º aniversário do Partido. Às 13.00, no Café Borges, com a participação do camarada José Soeiro.

Terça, 31

• LISBOA

Plenário de militantes reformados

da cidade de Lisboa, aberto a amigos, inserido na preparação de um seminário sobre problemas dos Reformados. Às 14.30, no CT Vitória.

• LOURES

Reunião de camaradas activistas do Movimento Associativo e Popular, com a participação do camarada Carlos Rabaçal. No CT de Odivelas, às 21.00.

Quarta, 1

• LOURES

Plenário de militantes da freguesia de Famões. Às 21.30, na Junta de Freguesia local.

• PAREDE

Reunião de camaradas reformados das freguesias de Parede e Carcavelos, com a participação dos camaradas Romeu do Rosário e Areosa Feio.

Hoje, às 21.30
na Sala Milão do Hotel Roma

Audição Pública sobre os Parques de Ciência e Tecnologia

Assembleias das Organizações Concelhias

* Fafe

Domingo, às 14.00, no Centro de Trabalho

* Figueira da Foz

Domingo, no Hotel Costa de Prata-1

Televisão

Quinta, 26

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.30 Jivaro
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Os Simpson
21.55 Antes do Fim
23.00 Teatro: «O Caso Rosenberg»
01.40 24 Horas
02.00 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Francês
12.40 Circo
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
17.30 Patinagem Artística
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Herbie Hancock no Porto
22.30 A Ilustre Casa de Black Adder
23.00 O Arrependido
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 27

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Filha do Lavrador
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto Por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Blaze
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Mamma Mía
24.00 24 Horas
00.35 Remate
01.05 O Lado Escuro da Lua
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.20 Curso de Inglês
12.35 Circo
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.25 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.00 Nunca Mais é Sábado

20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Veneno do Sol
22.25 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 O Rick de Sherwood

Sábado, 28

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes
14.20 A Guerra dos Mundos
15.10 The Cure
16.10 Jesus Cristo Superstar
(ver «Filmes na TV»)
17.55 O Século dos Detectives
18.45 A Grande Competição
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.25 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.10 Araçonga
23.15 Sem Pressa de Viver
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Contradições
02.05 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Fórum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Fórum Musical (II)
13.15 Agarra o 2
13.50 Romance Imortal
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 29

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 O Castelo da Aventura
13.40 O Mundo Animal
14.30 Top+
15.15 Pollyanna
(ver «Filmes na TV»)
17.25 As Aventuras do Cavalo Preto
17.40 ET - Entretenimento Total
19.00 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araçonga
22.25 Domingo Desportivo
23.35 Conversa Afiada
00.45 No Calor da Noite
01.45 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 S.O.S. Terra
10.50 Regiões Magazine
11.50 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
19.15 Crónica
20.10 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.05 Artes e Letras - Nomeações para os Oscars 1992
22.55 O Céu Pode Esperar
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Tauromaquia

Segunda, 30

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária

12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Pequeno Lord
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
22.45 Grandes Desafios
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.40 O Assassinato de Randy Webster
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Oscars 92

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 Fantoche Mágico
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Museu Vivo
14.00 Jornal das Duas
14.30 Tênis - Open do Estoril
17.00 Xanadu
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Falar Claro
22.45 Teatro: «A Guerra das Rosas»
00.15 Tênis

Terça, 31

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Herança da Sogra
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.15 Primeira Página
23.15 Carol & Companhia
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Alemão
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Museu Vivo
14.00 Jornal das Duas
14.30 Tênis - Open do Estoril
17.00 O Livro dos Recortes
17.55 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 Clássico do Rock (I)
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 Halfaouine
(ver «Filmes na TV»)
00.00 Pop Off

Quarta, 1

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Praia Vermelha
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Tu Cá, Tu Lá

17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Valentino
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.35 Aldeia das Brincadeiras
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2

16.00 O Caminho das Estrelas
17.00 Mulheres no Mundo
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 TV Artes
19.55 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz:
«Quarta-feira»
22.45 Sinais do tempo
23.30 E os Violinos Calaram-se

Filmes na TV



«O Arrependido» de Jacques Tourner

Jivaro

«Jivaro», (EUA/1953). Realização de Edward Ludwig. Interpretação de Fernando Lamas, Rhonda Fleming, Brian Keith, Lon Chaney, Richard Denning. Cor, 88 minutos.

Romance, caça ao tesouro, exotismo nas selvas da Amazônia. Tudo ingredientes a condizer com a versão original em 3-D em que o filme foi rodado. Aqui, quem tiver paciência para o «produto», contentar-se-á com *as duas dimensões* da pequena caixinha.
Quinta, 14.35, Canal 1

O Arrependido

«Out Of Past / Build my Gallows High», (EUA/1947). Realização de Jacques Tourner. Interpretação de Robert Mitchum, Kirk Douglas, Jane Greer, Rhonda Fleming, Steve Brodie, Paul Valentine, Virginia Huston. P/B, 94 minutos.

Jeff Bailey (Robert Mitchum) é dono de uma estação de serviço algures numa pequena cidade. Antigo detective privado, ele tinha sido em tempos contratado por Fred Sterling (Kirk Douglas), um jogador profissional, para procurar Kitty Moffart (Jane Greer) que o atingira a tiro e lhe roubara 40 mil dólares. Descobrimo-a no México, em vez de cumprir a sua parte no contrato, apaixonara-se por ela, mas cedo se arrependeu. Conseguindo refugiar-se no anonimato, é agora de novo descoberto por ela que, não só liquidara Sterling, como também o arrasta para a morte. Um dos melhores filmes de Jacques Tourner, *O Arrependido* é também uma das melhores obras incluídas no ciclo do «filme negro» transmitido pela RTP, com excelente fotografia de Nicholas Musuraca e um trio de excelentes intérpretes.
Quinta, 23.00, Canal 2

A Filha do Lavrador

«The Farmer's Daughter», (EUA/1947). Realização de

H. C. Potter. Interpretação de Loretta Young, Joseph Cotten, Ethel Barrymore, Chas Bickford, Rose Hobart. Cor, 93 minutos.

História de uma empregada doméstica que, opondo-se politicamente aos patrões, consegue candidatar-se ao Congresso dos Estados Unidos, ela serve de argumento para uma comédia romântica passada nos meios da vida política norte-americana. Destaque, novamente, para um excelente trio de intérpretes: Joseph Cotten, Ethel Barrymore e Loretta Young que, com a sua interpretação, alcançou o Óscar da Melhor Actriz.
Sexta, 14.35, Canal 1

Blaze

«Blaze», (EUA/1989). Realização de Ron Shelton. Interpretação de Paul Newman, Lolita Davidovich, Jerry Hardin, Gaillard Sartain, Jeffrey DeMunn. Cor, 119 minutos.

Em mais uma das várias alterações à programação de cinema prevista pela RTP para o mês de Março, «Blaze» vem substituir o anunciado «O Clube dos Poetas Mortos» e é mais um filme com argumento a desenvolver-se nos meios políticos dos Estados Unidos - desta vez com a história da «ligação escandalosa» de um governador da Luisiana a uma *strip-teaser*. O problema do filme, que teve uma fraca carreira comercial, é nunca ter sabido centrar-se na verdadeira história que queria contar, já que, no outro prato da balança, apresenta como outro trunfo forte (e altamente concorrente) o ambiente político e social do Sul dos Estados Unidos - as lutas dos negros pelos direitos cívicos. Destaque para uma grande interpretação de Paul Newman e para a estreia de Lolita Davidovich, no papel de Blaze Starr.
Sexta, 21.20, Canal 1

O Lado Escuro da Lua

«Manden I Manen», (Din./1986). Realização de Erik Clausen. Interpretação de

Peter Thiel, Catherine Poul Jupont. Cor, 90 minutos.

Apenas se sabe tratar-se da história de um homem recentemente saído da prisão, onde espiou o assassinio da mulher, e que se vê de novo envolvido na acusação de um novo crime. Azares.
Sábado, 01.05, Canal 1

Romance imortal

«The Jolson Story», (EUA/1946). Realização de Alfred E. Green. Interpretação de Larry Parks, Evelyn Keyes, William Demarest, Bill Goodwin, Ludwig Donath. Cor, 124 minutos.

Já esteve previsto para 7 de Março e foi substituído à última hora. Conta o percurso de Al Jolson, um cantor ligado inevitavelmente à arrancada do cinema sonoro com a sua participação no filme «O Cantor de Jazz». Uma carreira recheada de êxitos e uma vida bastante mais problemática, que já justificaram, ambas, nada menos de três filmes biográficos. Este é um deles, e foi rodado ainda em vida do cantor, que empresta ao filme a inconfundível voz em canções como *Avalon*, *You Made Me Love You* ou *My Mammy*, e cuja personagem é interpretada por Larry Parks.
Sábado, 13.50, Canal 2

Jesus Cristo Superstar

«Jesus Christ Superstar», (EUA/1973). Realização de Norman Jewison. Interpretação de Ted Neeley, Carl Anderson, Yvonne Elliman, Barry Dennen, Bob Bingham. Cor, 100 minutos.

Foi disco, foi espectáculo da Broadway e, finalmente, filme. A vida de Cristo, na *opera rock* de Tim Rice e Andrew Lloyd Webber, inaugura, de modo original, as páscoas cinematográficas da RTP. E dá para entender porque razão o que permanece como verdadeiramente clássico - o que não é manifestamente o caso -, nunca aparenta, como aqui, o ar inevitavelmente «datado», embora invulgar.
Sábado, 16.10, Canal 1

Sem Pressa de Viver

«Buying Time», (Can./1989). Realização de Mitchell Gaborie. Interpretação de Jeff Schultz, Page Fletcher, Laura Cruickshank, Leslie Toth, Dean Stockwell. Cor, 94 minutos.

Com um argumento inicialmente centrado no mundo da delinquência juvenil e progressivamente evoluindo para o do crime organizado, este filme algo violento é de origem canadiana e as poucas referências existentes não lhe conferem particular interesse.

Sábado, 23.15, Canal 1

Pollyanna

«Pollyanna», (EUA/1960). Realização de David Swift. Interpretação de Hayley Mills, Jane Wyman, Karl Malden, Nancy Olson, Adolphe Menjou, Donald Crisp. Cor, 129 minutos.

Produto típico dos Estúdios Disney, o argumento deste interessante filme é baseado numa conhecida história infantil de Eleanor Porter que conta as aventuras de uma jovem orfã recebida na casa da família numa pequena cidade interior de New England. A interpretação notável da jovem Heyley Mills faz recordar a de Mary Pickford (na primeira versão de 1920) e valeu-lhe um Oscar Especial para a interpretação Juvenil. Mas os restantes e notáveis actores não lhe ficam atrás, nesta agradável *matinée* de Domingo.

Domingo, 15.15, Canal 1

O Céu Pode Esperar

«Heaven Can Wait», (EUA/1943). Realização de Ernst Lubitsch. Interpretação de Gene Tierney, Don Ameche, Charles Coburn, Marjorie Main. Cor, 108 minutos.

Divertimento e fantasia, como só Lubitsch nos pode proporcionar, este filme, baseado na peça *Birthdays*, de Laszlo Bus-Feketé, conta a história de Henry Van Cleeve que, após a sua morte, se apresenta no Inferno convencido de que para aí inevitavelmente o levariam as suas pecaminosas aventuras no campo do amor, em particular com a sua (depois legítima) mulher, Martha. Mas, surpresa das surpresas, o Diabo, num assomo de bondade e altruísmo, entende que o lugar deste cidadão é mais acima, lá onde habitam para a eternidade todos os seres a quem Van Cleeve proporcionou vida tão bem recheada de amor e felicidade. Com Don Ameche e Gene Tierney, nos principais papéis, uma deliciosa obra-prima, a gravar.

Domingo, 22.55, Canal 2

O Pequeno Lorde

«Little Lord Fauntleroy», (EUA/1936). Realização de John Cromwell. Interpretação de Freddie Bartholomew, C. Aubrey Smith, Guy Kibbee, Dolores Costello, Mickey Rooney. P/B, 98 minutos.

Adaptação ao cinema do romance clássico de Frances Hodgson Burnett, o filme conta a história de um pobre novo iorquino que se vê, de súbito, herdeiro da fortuna e das propriedades de um avô, titular

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Caminho de Idaho	★★	—	—
B Europa	★★★★	—	★★★
C Frankle e Johnny	★★	—	★★★
D JFK	★★	—	★★
E O Cabo do Medo	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Gus Van Stan — King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
 B — Real. Lars von Trier — King Triplex/1 (15.15, 21.00, 24.00) — Lisboa.
 C — Real. Garry Marshall — Alfa/5 (14.00, 16.00, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 D — Real. Oliver Stone — Alfa/2 (14.15, 18.00, 21.45); Amoreiras/6 (14.00, 17.45, 21.30); Mundial/2 (14.00, 17.45, 21.30); Quarteto/3 (14.15, 18.00, 22.00); S. Jorge/3 (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
 E — Real. Marlin Scorsese — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/3 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15); Fonte Nova/2 (14.15, 14.30, 18.45, 21.15); Mundial/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); São Jorge/1 (15.15, 18.15, 21.15); Terminal/1 (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

e britânico. Merecia uma melhor hora de transmissão.

Segunda, 14.35, Canal 1

O Assassinato de Randy Webster

«The Killing of Randy Webster», (EUA/1981). Realização de Sam Wanamaker. Interpretação de Hal Holbrook, Dixie Carter, James Whitmore, Jr., Jennifer Jason Leigh, Nancy Malone, Sean Penn. Cor, 100 minutos.

Num telefilme de qualidade claramente acima da média, o argumento, baseado num facto real e dramático denunciado pelo jornalista Tom Curtis na revista *The Throwdown*, relata a investigação desenvolvida pelo pai de um jovem, morto pela polícia de Houston, Texas, a qual tenta encobrir, através de um inquérito icado, a sua própria responsabilidade no incidente.

Segunda, 00.40, Canal 1

A Herança da Sogra

«Easy Money», (EUA/1983). Realização de James Signorelli. Interpretação de Rodney Dangerfield, Joe Pesci, Geraldine Fitzgerald, Candy Azzara, Jennifer Jason Keigh, Tom Ewell. Cor, 95 minutos.

Para ter direito a receber uma herança, um operário de vida desregrada tem de passar um ano afastado dos seus vícios e prazeres mais nefastos - a comida e a bebida em excesso, o jogo e o tabaco. É mais uma comédia para uma agradável *Sessão da Tarde*, já que as referências a apontam como razoavelmente encenada e bem interpretada.

Terça, 14.35, Canal 1

Halfaouine

«Halfaouine», (Fr./Tunísia/1989). Realização de Ferid Boughedir. Interpretação de Selim Boughedir, Carolyn Chelby, Mohamed Driss. Cor, 98 minutos.

Terça, 22.00, Canal 2

Prala Vermelha

«Beach Red», (EUA/1967). Realização de Cornel Wilde. Interpretação de Cornel Wilde, Rip Torn, Burr De Benning, Patrick Wolfe, Jean Wallace. Cor, 105 minutos.

Revelando os seus talentos de actor e também de realizador, Cornel Wilde encena, talvez pela primeira vez com tamanha cruza no cinema americano, os horrores da guerra, num filme duro e talentoso cujo argumento se desenrola em meio da II Guerra Mundial, durante o desembarque de um batalhão de *marines* numa ilha das Filipinas na posse dos japoneses.

Quarta, 14.35, Canal 1

Valentino

«Valentino», (EUA/1977). Realização de Ken Russell. Interpretação de Rudolf Nureyev, Leslie Caron, Huntz Hall, Michelle Phillips, Carol Kane, Felicity Kendal. Cor, 127 minutos.

Pretensa reflexão sobre a nostalgia e os mitos de Hollywood nos gloriosos tempos do «mudo», este filme do britânico Ken Russell, biografia da vida escandalosa e da carreira fulgurante de Rudolfo Valentino, enferma do costumado frenesim do realizador e da sua, por vezes excessiva, «imaginação» visual, o que prejudica altamente uma excelente história para (e do) cinema.

Quarta, 21.30, Canal 1

TEATRO

ESTRELA 60

Rua de St. António à Estrela, 60. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. DA VIDA DOS PÁSSAROS, de João Silva, produção de O Bando

PALÁCIO RIBAMAR

Algés (antigo casino, frente ao jardim). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.30. CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA, encenação de Armando Caldas, música de Carlos Alberto Moniz, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ANTES QUE A NOITE VENHA, de Eduarda Dionísio, encenação de Adriano Luz.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17:00. PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 na Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão de Maria do Céu Guerra. Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: MI RIVAL, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17:00. MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO DA GRAÇA

Travessa de S. Vicente, 11. De 3ª a

sáb. às 21.30, dom. às 16. ESTRELAS NA MANHÃ, de Alexandre Galine, encenação de José Wallenstein.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00. FOMOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. LA NONNA, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Sala Estúdio. Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 5ª, 6ª e sáb. às 19.30. NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

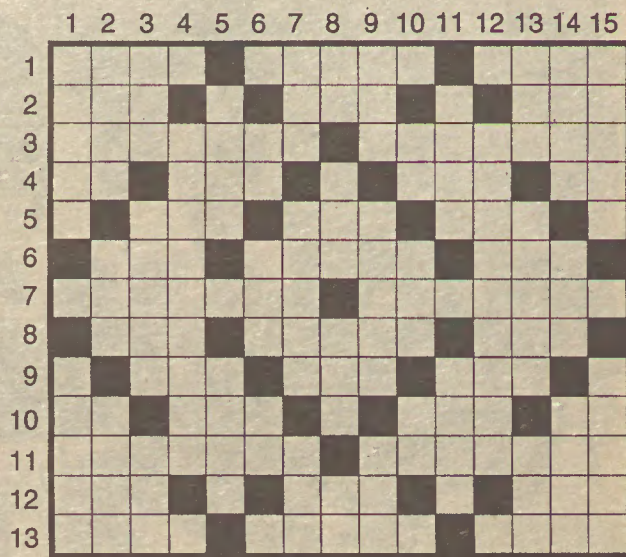
TEATRO VARIEDADES

Parque Mayer. Tel. 3466665. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. també, às 16. QUEM MUDA A FRALDA À MENINA?, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Três braganças que reinaram em Portugal; 2 — Patroa; vadiagem; a lei latina. 3 — Nono mês do ano maometano consagrado ao jejum. 4 — Estás; ofertou; os americanos já lá estiveram; prep. 5 — Ilha do mar da Irlanda; Deus dos muçulmanos; mulos. 6 — Regressa; maravalha; sirga. 7 — Pretencioso; divindade grega correspondente a Diana dos romanos. 8 — Meio missal; levanta; tecidos quentes para o inverno. 9 — Amarra; além disso; laços apertados. 10 — Nome que os egípcios davam ao Sol; capa de irmandade; hastes; atmosfera. 11 — Terno; triunfo. 12 — Possuir; governador de província árabe; dirigiam-se. 13 — Aro; peça do xadrez; não há sem espinhos.

VERTICAIS: 1 — Deuses protectores da família; agradecida. 2 — Quisquer; volta; assim seja. 3 — Caminhavam; avaliava a extensão; reze. 4 — Gigante que Camões pôs a simbolizar o Cabo Tormentoso. 5 — Paraíso terreal; depois de. 6 — Ouro (simb.); prep.; campeão. 7 — argola de corrente; apelação; grande vaso de barro para mistura de vinhos dos banquetes romanos. 8 — Prep.; a 3ª pessoa; pertencia; prep. 9 — Aguardente de melão; lavrava; estrada construída pelos romanos. 10 — Outra coisa; pedra de altar; letra grega. 11 — Jarro (planta); filha da filha. 12 — Prudente. 13 — Carta de uma só folha; adicionas; corrente de água natural. 14 — Vontade de beber; gritos de dor; soltas lamentos. 15 — Interrogatório de candidato; intriga.

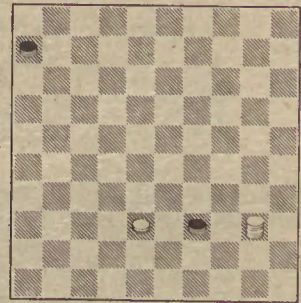
SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Lóbregas; lacuna. 2 — Obrigat; tem. 3 — Saíras; pôr; ar. 4 — Mês; rezas; crê. 5 — Na; ror; Samoa. 6 — Gim; rocim; sim. 7 — Os; sagas; dó. 8 — Pio; Solon; ter. 9 — Erato; sãs; um. 10 — Ave; adiar; ova. 11 — Na; eis; Gredos. 12 — Ali; irânico. 13 — Agrava; afamadas.

VERTICAIS: 1 — Losangos; anta. 2 — Obá; ais; Eva. 3 — Brim; pré; ar. 4 — Rirem; dia; ola. 5 — Egas; ota; IV. 6 — Gás; rós; ode. 7 — Ar; rocas; III. 8 — Perigosas. 9 — Foz; malar; If. 10 — Rás; SOS; grã. 11 — At.; sãs; oram. 12 — Céu; mil; avena. 13 — Um; com; adir. 14 — Ara; deu; oca. 15 — Acre; formosos.

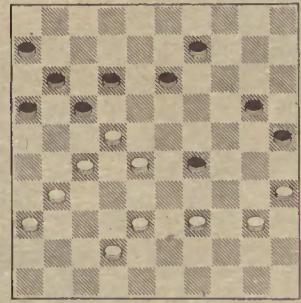
DAMAS

CCCXLVIII - 26 de Março de 1992
PROPOSIÇÃO Nº 1992D025
 Por: ROUSSAY
 Jogando, 1955
 Pr.: [2]; 6-39
 Br.: [2]; 38-(40)



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1992D026
 Por: ROGER SERF
 Jogando: Paris, 29.XI.1943
 [Contra G. Aubier]
 Pr.: [10]; 6-9-11-12-13-16-17-20-25-29
 Br.: [10]; 22-27-28-31-35-36-38-39-40-42



FORCING!
 As pretas jogam e forçam o ganho

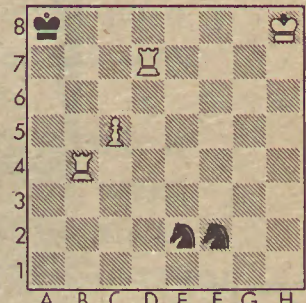
Soluções do nº CCCXLVIII
 Nº 1992D025 [R]: 1. 40-35!, (6-11), 2. 35-40!, (11-17), 3. 38-33!, (39X28) 4. 40-49, (28-33*); 5. 49-43, (17-22*); 6. 43-16, (33-39); 7. 16-11, (22-27), 8. 11X44, (27-32); 9. 44-33, (32-37); 10. 33-47+ 2. (11-16); 3. 38-33, (39X28); 4. 40-49, (28-33); 5. 49-43, (16-21), 6. 43X16, (33-39); 7. 16-49+
 Nº 1992D026 [RS]: 1. (17-21)!; 2. 38-32, (29-34); 3. 40-29* (11-17); 4. 22X11, (16X7); 5. 27X16, (7-11); 6. 16X18, (13X44)+

A. de M. M.

XADREZ

CCCXLVIII - 26 de Março de 1992
PROPOSIÇÃO Nº 1992X025
 Por: H. RÜBESAMEN
 Münchener N. Nachrichten, 1908

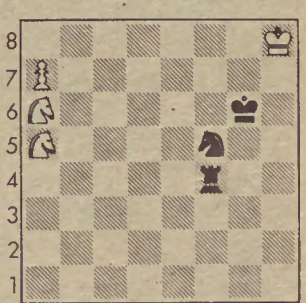
Pr.: [3]; Cs.é2, f2-Ra8
 Br.: [4]; Pç5-Ts.b4, d7-Rh8



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1992X026
 Por: V. N. DOGLOV
 Schakmaty — URSS — 1976

Pr.: [3]; Cf5-Tf4-Rg6
 Br.: [4] Pa7-Cs.a5, a6 - Rh8



Branças jogam e ganham

Soluções do nº CCCXLVIII
 Nº 1992X025 [H.R.].
 1.Th7!
 1.... Cç3/Cd3/Cg3/Ch3;
 2. → Tf4/Tg4/Td4/Té4, e
 3. → Tf8/Tg8Tt8/Té8++

Nº 1992X026 [V.N.D.]
 1. Cç6, Cé7; 2. C:é7+, Rf7; 3. Cç6, Tf5; 4. Cf8!, Th5+; 5. Ch7, Té5; 6. Cf6!, R:f6; 7. a8=D e ganham

A. de M. M.

Tempo

Para sábado e domingo, períodos de tempo muito nublado, vento moderado de noroeste, aguaceiros frequentes.





Palavras que escrevem a luta

As palavras servem para dizer coisas. Quando alinhadas em consignas, escritas em vastos planos e desfraldadas ao vento, as palavras e o que elas dizem podem ganhar uma força especial, uma acutilância nova, uma intervenção diferente. Eis as palavras que os trabalhadores levaram para a rua no passado sábado em Lisboa, dizendo as coisas que o poder não quer ouvir. E afirmando a luta que, mais tarde ou mais cedo, o Governo terá de atender.



Fotos de Janeiro Trigo



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Uma questão de justiça?

O Governo é assim — o seu lema é certamente «fazer bem sem olhar a quem». Deve ter sido pelo alto sentido de justiça social, e pelas promessas repetidamente cumpridas ao longo dos anos, que os portugueses votaram maioritariamente na sua continuação no poder.

Como se sabe, a mais certa avaliação da justiça social verifica-se nas áreas económica e financeira. Portanto não falamos hoje aqui de saúde, educação e outros aborrecimentos sem importância. Porque se falássemos, também aqui teríamos de render homenagem a Cavaco. Não é a primeira vez que um ministro vai para casa por não ter correspondido às expectativas dos cidadãos. Relembre-se apenas o caso de Leonor Beza, corrida da Saúde. E o caso recente de Durão, corrido da PGA, perdão, da Educação...

Falemos, portanto, de impostos.

Aí sim, se pode ver quanto o Governo é isento, como não faz uma política de classe.

Aumenta o pão? Aumentam os medicamentos? Mas quem paga é toda a gente. Os ministros não escolhem. Como a Justiça, são cegos, e descarregam, quais espadas sobre as cabeças dos sentenciados, os seus impostos sobre os bolsos de cada um.

Se o Zé paga mais caro um papo-seco, também o monopolista o tem de fazer. Se o filho do Zé vai pagar propinas mais caras, também a filha do ministro, que por acaso já acabou o curso, teria de pagá-las. Se o reformado tem de esportular mais pelos comprimidos, as dores de cabeça dos patrões também não se resolvem de graça.

Mas o Governo vai mais longe, na sua sede de justiça.

Toda a gente conhece o escândalo que é um milionário ter de pagar, só por sê-lo, muito mais caro por um carro. O homem não tem culpa de ser rico. E não se pode tratar diversamente os cidadãos. Portanto, vai daí, o Governo prepara-se para tomar uma decisão justa.

Quem o anunciou foi um matutino da nossa praça. Que, informando-se junto de quem de direito, nos anunciou uma revisão do Imposto Automóvel. Segundo o «Público», a coisa vai passar-se do seguinte modo: acima dos 1750 centímetros cúbicos de cilindrada, os automóveis vão ver o seu imposto baixar mais de mil contos.

Perfeitamente justo. Pois não é verdade que pagar por um carro vários milhares de contos já é um esforço económico de monta? Mas o Governo parece não querer ficar-se por aqui, o que já não seria mau. No sentido de aproximar as classes, de promover o entendimento e a concertação, vai decidir que os veículos de menor cilindrada paguem mais imposto.

Trata-se de uma medida que — pensamos — recolheria o aplauso (e a assinatura) de Torres Couto, se o líder da UGT houvesse sido consultado para o efeito.

Há, porém, que ter em conta os invejosos.

Há sempre invejosos.

Os que não têm sequer dinheiro para um carrito. Pensam que estão a ser positivamente postos de lado, a ser ignorados pelo Governo que sobre todos vela e a todos quer brindar.

Mais uma vez o Governo do PSD não se esqueceu deles. E, numa operação de «harmonização» das taxas do IVA, prepara-se para dar um bónus ao Zé que se transporta de passe social. Este vai ver, por exemplo, o seu passe L baixar de 2860 escudos para 2800. Uma poupança de nada menos que 60 escudos mensais. Vai haver arraial, festa e missa de acção de graças.

Quanto ao Zé Peão, também não foi esquecido.

Continua a não pagar nada por gastar as solas nas ruas do País.

■ LM

Contra o racismo

Comemorou-se no passado sábado, dia 21, o Dia Mundial contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, decretado pelas Nações Unidas. A data foi lembrada durante a manifestação promovida pela CGTP-IN em Lisboa, tendo na ocasião sido aprovada uma moção apresentada por Manuel Correia, membro das Comunidades

Africanas em Portugal. Lembrando que hoje se debate na AR a ratificação do Acordo de Schengen e a autorização legislativa sobre a regularização dos imigrantes em situação irregular no nosso país, os participantes na manifestação repudiaram «a escalada neofascista e racista na Europa», afirmando que «à xeno-

fobia racista temos de opor a solidariedade internacionalista» com os trabalhadores imigrantes.

A moção exige ainda «um amplo debate público sobre a ratificação dos Acordo de Schengen e sobre a legalização dos clandestinos e que esta se processe de forma ampla e não de maneira selec-

tiva», como a CGTP-IN tem vindo a reclamar.

Os manifestantes apelaram também a uma forte assistência ao debate que hoje decorre na Assembleia da República e manifestaram a sua inteira solidariedade com as comunidades imigrantes e suas organizações representativas em Portugal.

Eleitos CDU do Vale do Sousa comentam visita do governador civil

«Será que o representante do Governo no distrito não sabe quais são os principais problemas destes concelhos e das dificuldades financeiras para a execução de obras e infra-estruturas de que tanto necessitam?» Esta uma das perguntas que os eleitos da CDU do Vale do Sousa colocam, comentando a visita do Governador Civil do Porto aos concelhos de Felgueiras, Paredes e Penafiel.

Em documento resultante de uma reunião que aqueles eleitos efectuaram na passada sexta-feira, tomando posição sobre a visita do representante do Governo, estranham que este tivesse manifestado vontade de se «inteirar dos problemas dos municípios do distrito e lutar ao lado dos autarcas para resolver esses mesmos problemas». «Esta disponibilidade não terá antes a ver com o aproximar das eleições autárquicas e, através de alguma demagogia, calar inconvenientes críticas que justamente se levantam em todo o lado contra a política deste Governo?», perguntam ainda os signatários.

Os eleitos da CDU lembram que, com a aprovação do último Orçamento de Estado, o Governo do PSD, entre os 55 milhões de contos que retirou às autarquias, 1800 milhares de contos deixaram de entrar nos cofres dos cinco concelhos do Vale do Sousa. Quanto às verbas do PIDDAC, sublinham que estas também foram substancialmente reduzidas na mesma área:

«Se em 1991 — ano de eleições — o Governo previa gastar nos cinco concelhos 1 953 624 contos, em 1992 fica-se pelos 624 659 contos, isto é, menos 1 328 965 contos. Fica assim adiado o hospital, a rede viária e transpor-

tes, o saneamento, o abastecimento de água, etc., etc.»

O documento classifica ainda de «inqualificável» o tratamento que o Governo do PSD impõe às autarquias:

«Primeiro, subtrai aos Municípios do Vale do Sousa, só em 1992, mais de 3 milhões de contos, em claro desrespeito de leis em vigor e esquece promessas eleitorais. Depois, através do seu representante no Distrito, vem fazer outras promessas, agendar subsídios segundo critérios pouco claros que facilmente se podem confundir com compadrios ou tentativas de impor submissões. Esta atitude do Governo PSD é, a nosso ver, amoral e ilícita, inaceitável num Estado democrático.

«O Governo PSD tão diligente em fazer cumprir leis e aplicar impostos que sobre-carregam os cidadãos, não pode, por sua vez, ficar isento

de cumprir aquilo que a lei determina.

Pela nossa parte tudo faremos para que os órgãos autárquicos não fiquem dependentes de manobristas ou jogadas de influências. Por isso, o nosso apoio à iniciativa de enviar ao Tribunal Constitucional as normas da Lei do Orçamento. Esperamos que seja feita justiça às autarquias.»

Finalmente, os eleitos da CDU sublinham as propostas que o grupo parlamentar do PCP levou à Assembleia da República e que, apesar de respeitarem o equilíbrio das despesas orçamentais, foram recusadas pela maioria do PSD. Entre elas contam-se a despoluição dos rios Sousa e Ferreira, a construção da Escola Preparatória da Lixa, várias outras melhorias e construção de instalações e equipamentos, e ainda a construção do novo Hospital do Vale do Sousa.

Hoje

Audição pública sobre parques de Ciência e Tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Partido Comunista Português promove pelas 21.00 horas, no Hotel Roma (sala Milão), uma Audição Pública sobre os Parques de Ciência e Tecnologia.

A necessidade de uma crescente e rápida integração dos resultados da investigação e desenvolvimento experimental — I&DE — nas actividades produtivas levou, nas últimas décadas, ao aparecimento em diferentes países de Parques de Ciência e Tecnologia (PCTs), espaços estruturados de tecnologias avançadas visando facilitar os processos de diversificação e modernização das estruturas económicas.

A multiplicação de investimentos em infra-estruturas de I&DE e infra-estruturas industriais verificadas nos últimos anos no nosso país,

beneficiando de financiamentos comunitários, justificam uma análise da situação com vista à definição de medidas de rentabilização dos investimentos já realizados que contribuam de facto para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e para o desenvolvimento regional.

Neste momento estão em curso projectos de criação dos PCTs de Lisboa e Porto (este com pólos na Área Metropolitana do Porto, no Vale do Ave e no eixo Feira-Ovar) com empenhamento directo e determinante do Governo, através do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, disponibilizando para o efeito vultuosas verbas dos programas CIÊNCIA e STRIDE, cerca de 8 milhões de contos no total. Paralelamente, encontra-se em fase de arranque o Polo Tecnológico de Lisboa/

Lumiar com financiamento do PEDIP.

Ao promover esta Audição Pública sobre os PCTs, iniciativa aberta a todos os interessados, a Comissão de Ciência e Tecnologia do PCP pretende sobretudo

ouvir e recolher elementos que permitam uma análise do problema dos diversos ângulos e que contribuam também para a definição de uma política de modernização do tecido produtivo do nosso país.

Greve de militarizados a 70 por cento

Os Militarizados da Marinha efectuaram, no dia 18/3, uma paralização que contou com uma adesão de 70%.

As razões para tal atitude tiveram a ver com a ausência de diálogo por parte do Ministério da Defesa, vazio legislativo e com o futuro indefinido no que respeita a este pessoal no quadro da Autoridade Marítima.

Entretanto, a Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM), em comunicado emitido no dia 19/3, afirma «ter pedido audiência ao MDN e ao Almirante CEMA, que nem resposta mereceu». A ANMM reafirma que «continuará a bater-se pela satisfação das aspirações de todos os Militarizados» e apela «à participação de todos» na Assembleia Geral que vai ser realizada no próximo sábado, pelas 14h30, na Cova da Piedade.